



Capítulo



Socioeconomia

Edna Maria Ramos de Castro, Roberto Araujo de Oliveria Santos,
Gilberto de Miranda Rocha, Maria Elvira Rocha de Sá,
Raimunda Nonata Monteiro da Silva, Carmen Lúcia de Oliveira Pereira.

ISBN 978-85-87690-89-0



Socioeconomia

Edna Maria Ramos de Castro, Roberto Araujo de Oliveria Santos,
Gilberto de Miranda Rocha, Maria Elvira Rocha de Sá,
Raimunda Nonata Monteiro da Silva, Carmen Lúcia de Oliveira Pereira.

Este capítulo do Diagnóstico Zona Oeste – refere-se aos estudos socioeconômicos e institucionais no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico - insere-se no trabalho de construção de conhecimento sobre essa imensa região a oeste do Pará, para fins de planejamento e de formulação de estratégias de ações. Será a primeira experiência de aplicação do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O PAS é formado por um conjunto de estratégias e orientações para as políticas de governos federal, estaduais e municipais e sinaliza caminhos para o desenvolvimento da Amazônia a serem considerados pelos setores produtivos e a sociedade. Certamente ele dialoga com os planos e programas de governos anteriores em função dos impactos gerados por aquelas políticas de desenvolvimento e dos modelos adotados de desenvolvimento regional, correspondendo, como aquelas, a macro intervenções. Diferencia-se, porém, daquelas ao orientar-se por um paradigma de ordenamento territorial, regulamentando e formalizando direitos e deveres fundiários, produtivos e de preservação, potencializando os seus recursos e a participação da sociedade no processo de elaboração e de controle.

Perspectiva completada pela formulação integrada entre vinte ministérios, sob coordenação da Casa Civil e com envolvimento direto dos Ministérios de Integração Nacional e de Meio Ambiente, responsáveis por ações de alta implicação no desenvolvimento regional e de acompanhamento dos seus impactos. O processo de desenvolvimento para o PAS é considerado altamente dependente da construção de instituições adequadas e da mobilização de sinergias entre Estado e sociedade.

O PAS enquanto instrumento do planejamento está integrado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e reconhece que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil “resultou em dramática desigualdade na distribuição de renda entre pessoas e regiões” e que os desafios de superação desses que são estruturais tornam-se maiores com a intensa competição em mercados globais que tende a produzir impactos maiores em áreas periféricas, caracterizadas

por excessiva especialização em produtos primários. Expressa a proposta de estratégia macro regional da PNDR para a Amazônia, refletindo a abordagem proposta em múltiplas escalas, em base incluyente e sustentável, valorizando a magnífica diversidade regional por meio das dimensões socioeconômica e cultural” (PAS, 2006).

A possibilidade de sucesso na implementação de políticas públicas de desenvolvimento integrado e sustentável depende de uma série de fatores entre eles: a capacidade do Estado em conduzir o processo levando os atores (locais, nacionais e internacionais) a respeitarem o contrato social, entendendo aí a incorporação também do contrato natural, o que implica um nível de governabilidade das instâncias de poder, um investimento em capital social em busca de amplos consensos, a busca de convergência de interesses, e a geração de novas parcerias entre setores sociais, e entre estes e o Estado, pontos assinalados a serem incorporados nas práticas de planejamento e ordenamento territorial, no PAS.

As seis diretrizes do Plano que atendem ao objetivo geral de implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização das potencialidades de seu enorme patrimônio natural e sócio-cultural, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades regionais, a viabilização das atividades econômicas, dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais e uso sustentável dos recursos naturais com a manutenção do equilíbrio ecológico, podem ser sintetizadas em: 1. promoção do ordenamento do território; 2. minimização do desmatamento ilegal; 3. capacitação tecnológica dos setores tradicionais; 4. estímulo ao desenvolvimento com equidade; 5. estímulo à cooperação entre os entes federativos; e 6. fortalecimento e empoderamento da sociedade civil da região.

Outra dimensão destacada no PAS é a gestão integrada dos recursos naturais. Por meio dela o documento abre a possibilidade de antever e prevenir os problemas ambientais; regular as relações entre os sistemas sócio-culturais e o meio ambiente biofísico, e garantir a renovação ou

preservação desses recursos. As instâncias locais têm um papel fundamental na condução e implementação e avaliação dos resultados das ações. Acima de tudo, a noção de gestão integrada aparece como um modo de conciliar preservação e desenvolvimento.

Como um elemento decisivo do desenvolvimento sustentável aparece então o ordenamento territorial, entendido como “a busca de um equilíbrio entre os equipamentos habitacionais e de produção e a distribuição fundamental da população”, ou seja, o ordenamento só pode funcionar através da gestão do uso dos recursos naturais.

A Carta de Santarém, aprovada publicamente em março de 2004, em evento naquela cidade, retrata um certo consenso entre autoridades públicas, atores locais e agentes econômicos em torno de algumas ações de planejamento a serem direcionadas à Área de Influência Zona Oeste, a partir de uma decisão de asfaltamento da BR-163. Acatada pelos Ministros Marina Silva e Ciro Gomes, deu origem à institucionalização de um instrumento de discussão e definição de orientações que foi o Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental - Zona Oeste.

O Plano Zona Oeste Sustentável tem uma finalidade estratégica de acompanhar as dinâmicas sócioeconômicas e territoriais, controlar e corrigir seus impactos sobre questões sociais e ambientais, como o desmatamento e a produção de desigualdade e pobreza, como tem sido observado com a implantação de outras grandes obras na Amazônia.

Por decisão dos ministérios envolvidos no PAS, a primeira experiência de planejamento regional sob os paradigmas anteriormente referidos foi o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência Zona Oeste.

Estrutura do diagnóstico

Este Diagnóstico divide-se em três partes. Os capítulos que compõem a Parte I dedicam-se à análise do processo de ocupação da Amazônia, dinâmicas demográfica e territorial – rural/urbano, infra-estrutura e desenvolvimento social, problemática fundiária e legal-institucional.

Na Parte II os capítulos descrevem as dinâmicas sócioeconômicas sob dois principais ângulos: econômico-social e territorial, tratando de forma integrada a ação de atores sociais e econômicos, ação de políticas públicas e integração entre interesses de agentes de setores econômicos diferentes, a exemplo dos setores pecuária, madeira, garimpo e agricultura – familiar e mecanizada. Enfocamos o problema da regularização fundiária e ordenamento territorial para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) sob o ângulo do direito,

tratando dos mecanismos jurídicos e dos institutos disponíveis na legislação, e fazendo algumas propostas que associem a questão da repartição das terras à questão ambiental, de acordo com um modelo democrático de acesso à propriedade.

Na Parte III encontra-se uma síntese das principais dinâmicas sócioeconômicas e institucionais na Área de Abrangência do ZEE-Zona Oeste.

Verificou-se ao longo dos 11 capítulos que compõem este Diagnóstico Socioeconômico e Jurídico-Institucional convergências e também dispersões significativas na evolução das dinâmicas entre as sub-regiões e ao interior das mesmas, na comparação entre os municípios ao interior de cada subregião.

Nas séries analisadas por diversas perspectivas confirma-se algumas sínteses como de transformações aceleradas nos últimos 10 anos - demográficas, econômicas, sociais e territoriais – potencializando as disputas pelos recursos naturais, seccionamento de atores e concepções de desenvolvimento, cerne do conflito desencadeado em início de junho em Santarém interpondo atores globais (Cargill e Greenpeace) e locais (segmentos em defesa de propostas de uso da terra não convergentes), que espelha de certa forma a situação e as dinâmicas tratadas no Diagnóstico, porém estendendo-se por uma grande região, ao sul por toda a rodovia BR-163 e a oeste do território paraense.

É interessante notar que enquanto na literatura internacional a categoria utilizada é ordenamento territorial, no Brasil, desde a década de 1970, a burocracia estatal começou a utilizar a nomenclatura “zoneamento ecológico-econômico”, que veio a se consolidar no final da década de 1990 como termo oficial.

A Constituição Federal, no seu art. 21, IX, fala em “elaborar e executar planos nacionais e regionais de *ordenação do território* e de desenvolvimento econômico e social” (grifo nosso). Fenômeno semelhante ocorreu com a categoria “área protegida”, utilizada pela bibliografia internacional, enquanto no Brasil a burocracia preferiu o termo “unidade de conservação”, também consolidado na bibliografia brasileira.

Contemporaneamente, considera-se que o ordenamento territorial implica o envolvimento tanto dos agentes estatais quanto da sociedade local, tendo em vista que nele se realizam ações de curto, médio e longo prazos que devem integrar-se às particularidades das diferentes zonas a serem ordenadas.

Nesse sentido, o processo de ordenamento territorial requer uma descentralização que tanto possibilite articular os propósitos estabelecidos nacionalmente com as necessidades e realidades regionais, quanto levantar as informações relevantes para esse processo - o que se expressa pela

participação de todas as organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área ambiental em um dado território e também da própria população.

Um dos caminhos para garantir a eficácia do zoneamento é a descentralização. De um modo geral, podemos dizer que a descentralização significa a transferência de um nível central para um nível intermediário ou local, seja do comando (descentralização política), da execução (descentralização administrativa) ou dos recursos (descentralização financeira) referentes a um conjunto de ações.

No caso do Estado Federal, as formas características de descentralização podem ser resumidas em duas: a) deslocamento da capacidade de decidir e implementar políticas para esferas de governo infra-nacionais; b) transferência para outras esferas de governo da implementação e administração de políticas definidas no plano federal. Enfim, a descentralização também tem sido apontada como favorecedora da participação popular, especialmente quando significa a transferência de poder decisório para o nível local.

Essa descentralização, no entanto, não tem evoluído no sentido indicado pela Constituição Federal, pois a realidade do ordenamento territorial na Amazônia brasileira ainda caracteriza-se pela sobreposição de atribuições de agências dos diferentes níveis de governo e pelo predomínio da atuação do Governo Federal. Conduzindo a resultados pouco satisfatórios, esse quadro requer um estudo aprofundado que permita uma maior racionalização e eficácia da política ambiental nessa área.

Não basta porém limitarmo-nos aqui a enunciar competências administrativas, pois as decisões efetivamente tomadas e implementadas raramente seguem parâmetros racionais, independentemente das relações de interesse que se estabelecem entre os atores na economia e na política. A análise do contexto institucional nos obriga a tratar do estabelecimento de um sistema complexo de relações. Faremos isso através da análise de situações num primeiro capítulo, em que tentaremos identificar os principais componentes sociológicos dos problemas enfrentados por uma ação institucional de ordenamento territorial.

Base de informações consultadas

A Área do Plano Zona Oeste Sustentável é formada por 73 municípios que estão localizados nos seguintes estados: 28 no Pará, 6 no Amazonas e 39 no Mato Grosso. Este Diagnóstico Socioeconômico e Jurídico-Institucional recobre os 19 municípios que correspondem à regionaliza-

ção definida como Área de Abrangência do ZEE – Zona Oeste, por indicação dos Ministérios de Meio Ambiente e de Integração Nacional, e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), coordenadora do projeto, e que foram tratados neste Diagnóstico como unidades municipais ou agrupados em **subáreas** de acordo com suas características socioeconômicas, geográficas e culturais. Resulta portanto no seguinte universo de municípios estruturados por **subáreas**:

- **Calha do Rio Amazonas:** Santarém; Belterra; Juruti e Prainha.
- **Baixo Tapajós:** Itaituba; Trairão; Aveiro e Rurópolis.
- **Transamazônia Oriental:** Altamira; Senador José Porfírio; Uruará; Vitória do Xingu; Brasil Novo; Porto de Moz; Anapu; Medicilândia e Placas.
- **Vale do Jamamxim:** Jacareacanga e Novo Progresso.

Adotou-se assim, neste Diagnóstico, a regionalização do PAS do Ministério da Integração que é em Área de Abrangência do ZEE em subáreas; trabalhou-se na escala de 1:250.000, que é a escala definida pelo Consórcio ZEE Brasil – e ainda utilizou-se outras bases cartográficas para demonstrar a dinâmica da socioeconomia da Área de Influência Zona Oeste que ultrapassa os limites da área de abrangência.

Dotou-se, por opção metodológica, a focalização sobre a área de abrangência definido no Consórcio ZEE, porém também incorporando a análise da Área de de Influência Zona Oeste, mais ampla, em função da análise dos processos sociais que geram dinâmicas específicas e não restritas à divisão municipal.

Inúmeras fontes foram consultadas no processo de elaboração deste Diagnóstico. Da literatura publicada, documentos oficiais ou não oficiais em fase de elaboração, dados quantitativos secundários ou produzidos pelo trabalho de campo da equipe transdisciplinar que trabalhou na produção deste Diagnóstico – sociólogos, economistas, geógrafos, assistentes sociais, cientista político, historiador, estatístico, entre outros - foi possível montar uma estrutura de informação da sócioeconomia da região estudada, fundamental para a execução do PAS na região, via PNDR.

Foram consultadas, entre eles, os dados censitários do IBGE por município e setor censitário; estatísticas municipais; censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), da Agência de Defesa Agropecuária do

Estado do Pará (Adepará), dados do Projeto Prodes; Ministério de Integração Nacional (MI), Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Planejamento, dados municipais das Secretarias de Estado do Pará: de Planejamento, Orçamento e Finanças, Secretaria de Produção, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Estatísticas Municipais, além de dados fornecidos por entidades de classe, em particular Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri).

Procedeu-se a realização de entrevistas com gestores municipais de prefeituras e de secretarias dos municípios da Área de Abrangência do ZEE, com diretores e técnicos de órgãos de governo e de entidades de classe dos setores econômicos presentes na área de estudo, instituições responsáveis pelo aparato legal, ordenamento territorial, fundiária e policial.

Foram ainda consultadas as análises produzidas por instituições de pesquisa, fundações – Fundação Viver, Produzir e Preservar, Saúde e Alegria, Adepará, sindicatos, associações e cooperativas de trabalhadores rurais, sindicatos de produtores agropecuários, sindicatos de empresas de madeira, Paratur, empresas municipais de turismo, lideranças de movimentos sociais, entrevistas com gerentes de estruturas portuárias, empresas de infra-estrutura de transporte, energia e serviços urbanos e entrevistas com empresários dos diversos setores que atuam na região de estudo.

Do Plano da Amazônia Sustentável ao ZEE-Zona Oeste confirma-se o entendimento de que é necessário tratar essa região como múltipla, diversa e ao mesmo tempo singular, derivando, no plano das políticas públicas, de orientações que não minimisem sua complexidade. Esta é uma das sínteses extraídas das pesquisas e das avaliações de planos de desenvolvimento anteriores que, seguidamente, têm sido inviáveis no ordenamento territorial construído com a participação da sociedade.

Estrutura espacial e formação territorial dos municípios

A ocupação humana na Amazônia tem sido o resultado de um longo processo histórico. Resultados de pesquisas indicam que esse processo histórico de ocupação e construção do espaço da Amazônia tem início bem antes do colonizador europeu. No entanto, é mister afirmar que a partir do século 16 esse processo se acelera definindo a atual configuração espacial regional.

Pelo menos três grandes períodos encerram a construção histórica e geográfica da Amazônia brasileira: “a formação territorial da Amazônia (1616-1930), o planejamento regional e federalização do território (1930-1985) e o período atual, denominado ‘uma fronteira experimental’ (BECKER, 1992) de gestão compartilhada e negociada”.

Os séculos 15 e 16 constituem o patamar inicial do processo de colonização pelos portugueses. Nesse período a apropriação do território amazônico se estende para além da Linha de Tordesilhas. Alicerçada nas “drogas do sertão” e através de várias estratégias de ocupação territorial, entre as quais a construção de fortificações ao longo da calha da rede de drenagem regional. Durante o período pombalino, denominação advinda do interventor Marquês de Pombal, as visões dos Jesuítas, que defendia a autonomia local sob influência da igreja, são substituídas pela visão estratégia e de controle territorial e de seus recursos pelo Estado português. Pombal passa a privilegiar as relações com a metrópole portuguesa.

Após longo período de estagnação econômica, já no século 19, especificamente a partir de 1850 se delineia uma nova forma de apropriação e ocupação da Amazônia que se estende até 1930. A segunda metade do século 19, sob o domínio de um Brasil independente e imperial, define-se igualmente a configuração territorial da Amazônia brasileira.

Naquele período, considerado de grande prosperidade econômica regional a dinâmica do espaço amazônico se alicerça na exploração extrativista da borracha. Os registros históricos apontam 1840 o início dessa atividade econômica. A partir da segunda metade do século 19, inicia-se a internacionalização da navegação do rio Amazonas e mobiliza-se substancialmente força-de-trabalho com a migração nordestina para a Amazônia. A exploração ainda que adentrada no território se circunscrevia, em muito, ao longo da calha dos rios, principalmente nos vales dos rios Juruá, Purus e Madeira. O “boom” da borracha se intensifica até 1914 e vive seu apogeu entre 1908 e 1917. A partir de 1920 até os anos de 1950, vivencia-se crise e estagnação econômica, em grande parte motivada pelo declínio da borracha. Nesse período de estagnação novos produtos extrativos, como a castanha, juta malva, são valorizados após a crise da borracha sem o mesmo ímpeto.

Ao mesmo tempo em que o uso do espaço se substancia no extrativo, a apropriação política do território procura definir os seus limites. A configuração e as fronteiras e limites territoriais da Amazônia brasileira foram definidos igualmente entre o final do século 19 e início do século 20. O século 20, a partir de então será expresso, em muito, por ações estratégicas cujo objetivo maior será a consolidação dessa apropriação da região.

Destacam-se aqui, na época do Estado Novo de Getúlio Vargas a criação, em 1944, da Fundação Brasil Central; na Constituição de 1946, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a definição de Amazônia Legal. Sucessão de órgãos e instituições executivas, financeiras e de pesquisas são criados, moldando a feição de ação política e institucional do estado brasileiro na região: Instituto Agrônomo do Norte, Banco de Crédito da Borracha¹, Serviço Especial de Saúde Pública, etc.²

A partir dos anos de 1950, inicia-se um processo de transformação gradativa da estrutura espacial regional. Se, por um lado, até então, a exploração econômica se alicerçava mais nos produtos regionais e tinha um caráter mais adaptativo, pouco alterando a dinâmica da natureza e dos ambientes originais, com um padrão de ocupação linear ao longo das terras baixas, várzeas e terras firmes, margeantes a ampla rede hidrográfica e no litoral, por outro lado, as políticas de integração nacional, objetivo perseguido desde o império, irão imprimir uma nova dinâmica. Novos vetores de ocupação e povoamento se instalam no espaço amazônico, trazendo modificações substanciais nas formas de apropriação e uso dos recursos naturais e na organização social e política regional.

No âmbito dessas políticas a integração física pela construção de rodovias constituiu prioridade. A projeção e sua posterior construção de estradas interioriza o povoamento alterando drasticamente o padrão de organização do espaço. Ainda no Governo Juscelino Kubistcheck é construída a rodovia – símbolo de integração nacional, a rodovia Belém-Brasília viabilizando fluxos de pessoas e mercadorias.

Nos governos sucessivos, principalmente a partir dos militares que tomaram o poder em 1964, as rodovias foram priorizadas, fundamentadas, em grande parte no lema segurança e desenvolvimento. Um controle da Amazônia³ através de uma efetiva ocupação de seu território. As estratégias adotadas a partir de 1966 se apoiaram na modernização de algumas organizações (criação do Basa e da Sudam, criação da Zona Franca de Manaus) e em programas e projetos denominados “malha programada”, composta por:

grandes obras de infra-estrutura de integração espacial (rodovias como a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá);

grandes projetos hidrelétricos e minerais como a UHE Tucuruí e o complexo uruti-metalúrgico de Carajás, que transformam a região em grande fronteira de recursos em escala global;

superposição de territórios federais sobre os estaduais, criados por decreto, a partir de então sob jurisdição direta do Governo Federal – como as faixas de 100 km ao longo de rodovias federais;

indução à migração para povoamento do território e formação de mão-de-obra regional;

projetos de colonização agrícola – Plano de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria nas Regiões Norte e Nordeste (Proterra);

incentivos fiscais e financeiros para instalação de grandes projetos agropecuários e projetos industriais, como o parque de bens eletro-eletrônicos na Zona Franca de Manaus.

No caso do estado do Pará, assim são descritas as transformações⁴: “[...] as formas tradicionais de exploração econômica – o extrativismo vegetal voltado para a exportação, à agricultura itinerante de base familiar e a incipiente indústria local – passaram por intensas mudanças induzidas pela política de transportes, centrada na abertura de estradas e pela política de incentivos fiscais”.

No Estado, implantam-se grandes complexos mine-rometalúrgicos e uma gigantesca infra-estrutura para lhes dar suporte, ensejada pela descoberta de expressivas reservas de ferro, bauxita, e outros bens minerais, bem assim pela estratégia dos países industrializados de transferir para o “terceiro mundo” a produção de semi-elaborados – produtos altamente consumidores de energia e potencialmente geradores de danos ambientais.

Do mesmo modo como se deu na grande região Amazônica, o processo de ocupação da área de influência Zona Oeste apresenta dois grandes períodos que podem ser identificados com significativa relevância na formação territorial municipal, são eles:

O primeiro anterior à construção da Transamazônica e à Cuiabá – Santarém, é um período caracterizado por uma

1 Em 1966 transformado em Banco da Amazônia (Basa).

2 Em 1966 transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por sua vez extinta em agosto de 2001 e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

3 No âmbito interno, Becker menciona a preocupação com focos revolucionários na região. No âmbito internacional, “(...) duas preocupações se apresentavam: a migração nos países vizinhos para suas respectivas Amazonas que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximo dos seus centros vitais, e a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. Finalmente, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional.” (BECKER, 2001 a, p.9)

4 Diagnóstico gestão ambiental relatório final Estado do Pará”, MMA, 2001

estrutura espacial herdada do período colonial e que se expandiu e se consolidou no "boom" da borracha, até meados da década de 1960. Trata-se de um período iniciado com a conquista e ocupação portuguesa do Vale das Amazonas e de seus afluentes – implantação de fortificações militares e missões religiosas – moldado pela exploração extrativista, alicerçado no sistema de aviação e tendo como suporte uma rede de núcleos articulados pela circulação fluvial. Vários núcleos urbanos são remanescentes desse período: Santarém, Juruti, Prainha, Porto de Moz, Itaituba, Aveiro, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio.

O segundo período, posterior à construção da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém, é caracterizado pela ruptura e redefinição da estrutura anterior e que se alicerça na agropecuária, na colonização oficial e na interiorização do povoamento por meio de um sistema planejado e misto de ocupação do território – urbanismo rural – tendo no transporte rodoviário o principal eixo articulador da espacialidade regional. O processo de colonização do INCRA, baseado na estrutura preexistente de cidades como Altamira, Itaituba e Santarém, induziu revigoramento e estimulou como centros de polarização do conjunto de novos núcleos urbanos (na “área de influência Zona Oeste”), planejados e espontâneos, emergentes do Plano Integrado de Colonização (PIC) e dos processos migratórios da região sul e

sudeste para as bordas da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém. Veja na Figura 1 da área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém dentro da Amazônia Legal.

Área antes das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163)

Do povoamento à ocupação produtiva no Baixo Amazonas, no Tapajós e no Xingu: 1650 – 1850

A história territorial da região Amazônica, teve, em grande medida sua realização em função da extensa rede de canais de drenagem que compõem a sua bacia hidrográfica. A penetração, o povoamento e a circulação de pessoas e mercadorias no espaço regional dependeram, durante parte da vida da Amazônia, dos rios, furos e igarapés. Foram, nesse sentido, vias que desempenharam papel fundamental na estruturação da vida econômica até à atualidade. Desde, pelo menos os últimos cinquenta anos, as rodovias começaram a interiorizar o povoamento, inaugurando um novo momento da história regional.

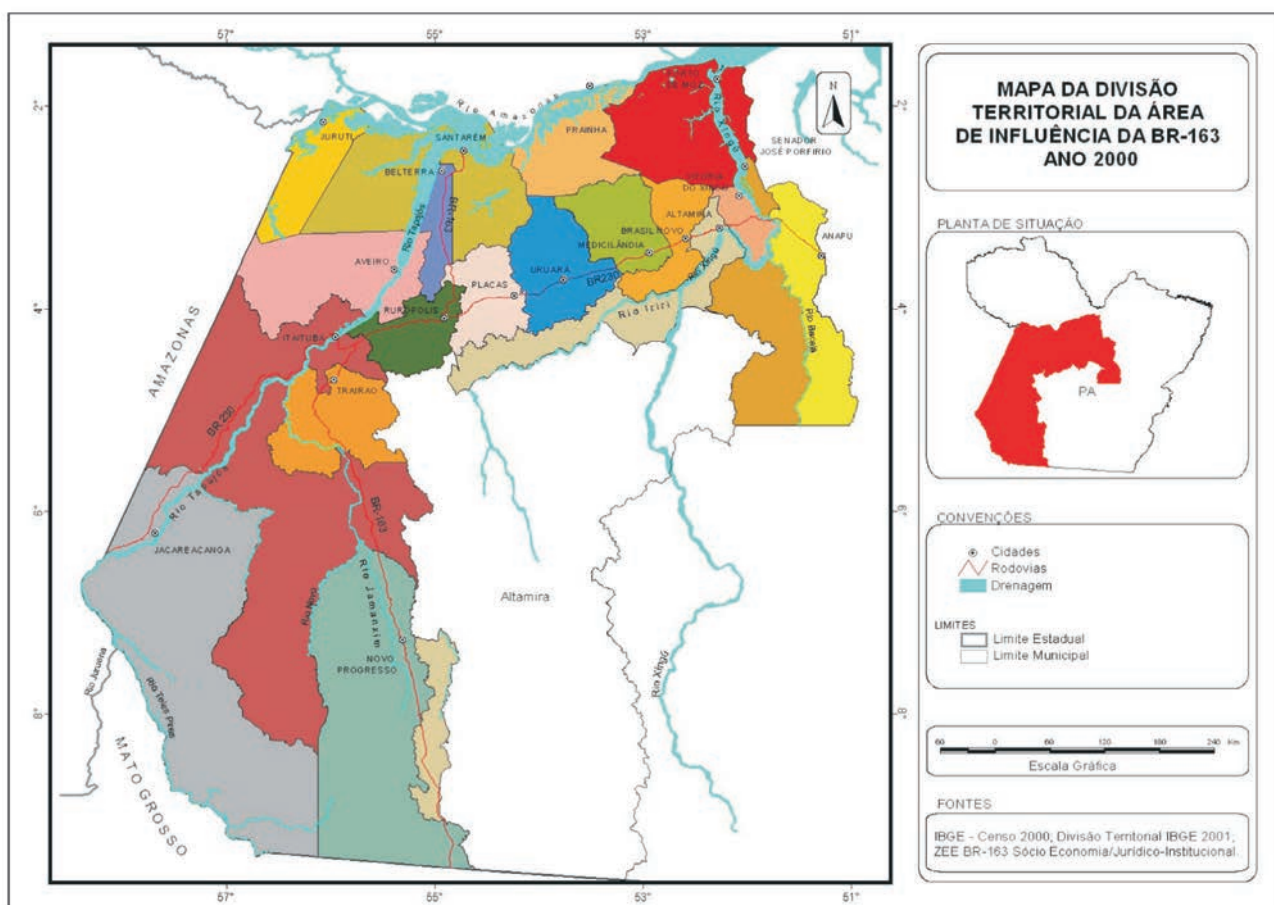


Figura 1. Área de Influência Zona Oeste na Amazônia Legal
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG - Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

A existência dessa imensa bacia hidrográfica facilitou, em meados dos séculos 15 e 16, o início do povoamento, ocupação do território e de sua exploração. Na verdade, as estratégias de controle territorial, advindas do Estado Colonial português imprimiram ações cujo objetivo último era a apropriação econômica dos recursos existentes. As drogas do sertão, entre outros produtos do extrativismo regional, muito valorizado no contexto internacional da época, estimularam as expedições científicas e a construção de formas de ocupação e de gestão territorial.

No Baixo Amazonas e no oeste do estado do Pará, durante o período colonial, estratégias de ocupação territorial se sucederam entre o século 16 ao século 18 e início do século 19. Em primeiro lugar, as ordens religiosas da Companhia de Jesus, os jesuítas em fins do século 16 e início do século 17. No século 18, com a substituição do poder religioso e missionário inaugurou-se a era pombalina.

Os religiosos inauguram, inicialmente, a ocupação do território através das fortificações ao longo da Calha do Amazonas e afluentes. Além de controlar os fluxos ascendentes e descendentes, o objetivo era pacificar os índios.

Nesse contexto da história regional, vários núcleos emergiram com destaque para Santarém, Altamira e Itaituba. Os jesuítas foram os pioneiros na penetração e conquista do Baixo Amazonas, Baixo Tapajós e Xingu ainda em 1750⁵. No Baixo Xingu construíram vias de penetração onde não havia condições de acessibilidade pelos cursos d'água. Vitória do Xingu assim como a Vila de Altamira emergiram nesse contexto, a primeira como porto e a segunda como centro na época. A partir de 1755, se firmou na Amazônia um novo sistema de controle territorial apoiado em elementos da geopolítica pombalina: as fortificações, o povoamento nuclear, a criação de unidades administrativas e o conhecimento geográfico do território.

O Município de Santarém, teria sido criado em 1754, ou por Carta Régia de 6 de junho de 1756. Só haveria recebido a designação de Santarém a 14 de março de 1758, data que, para alguns, corresponde à de sua instituição e instalação. Em 1761, deu-se a criação do distrito-sede, cuja instalação se teria efetuado a 1.º de junho de 1829. A Lei provincial n.º 145, de 24 de outubro de 1848, concedeu foros de cidade à sede do Município. Este, na Divisão Administrativa de 1911, aparece dividido em 4 distritos: Santarém, Boim, Alter do Chão e Curuai.

Nesse mesmo contexto, fundamenta-se a criação de município de Itaituba. Ligado a conquista do rio Tapajós pelos portugueses. A primeira expedição que atingiu a região onde se encontra o atual município foi a do capitão

Pedro Teixeira, em 1626. Em seguida, chegaram os jesuítas que ali fundaram vários aldeamentos após Francisco da Costa Falcão ter iniciado a construção do forte na foz do rio Tapajós em 1697. Os aldeamentos, então criados, se desenvolveram e em 1754 os jesuítas foram afastados da direção das aldeias e Santarém foi elevado à condição de vila. Em 1812, já existia um lugar com o nome de Itaituba. Nessa ocasião, era um aglomerado de barracões e um entreposto comercial. Em 1856, Itaituba tornou-se sede do município, cuja instalação ocorreu em 1857, com a proclamação da república em 1900, obteve foro de cidade. O município era formado de dois distritos: Jacareacanga e São Luis do Tapajós.

Economia extrativista, aviamento e “boom” da borracha: 1850 – 1912

A partir de meados e do final do século 19, a região Amazônica entra numa nova fase de ocupação e de uso dos recursos naturais regionais. A seringueira (*Hévea brasiliensis*) possibilitou o “boom” da borracha. A demanda dos mercados da Europa e Estados Unidos dinamizaram a economia regional. Um novo padrão de organização do espaço regional emergiu, no qual a exploração extrativista constituiu a mola propulsora do dinamismo econômico que se asseverava. A configuração física e geográfica do território, em muito, contribuiu para se efetivar da extração do látex.

Ao longo dos vales, nas áreas de várzea e terras firmes a extração se multiplicou. Barracões, às margens dos rios, vilas e cidades emergiram para dar suporte a produção econômica. Emergiu, a partir de então, uma nova estrutura espacial fundada na exploração extrativista da borracha cujo funcionamento se circunscrevia no sistema de financiamento chamado *aviamento*, mecanismo de drenagem de recursos alicerçado nas altas margens de lucros envolvidos nas transações comerciais. Veja na Figura 2, referente ao espaço-tempo da área de influência Zona Oeste.

A economia gomífera engendrou uma nova geografia. O espaço, então, construído era a expressão das necessidades do processo produtivo da borracha: os locais de extração com os centros exportadores de Belém se articulavam por meio de uma rede de pequenos núcleos de povoamento cuja função primordial era, além de servir de moradia para a força de trabalho, ser ponto de comércio e concentração da produção na bacia hidrográfica, extrair o excedente econômico gerado. (CORREA, 1992).

5 O núcleo que deu origem a Altamira, à margem esquerda do importante tributário do Amazonas, foi fundado em maio de 1894. Por efeito da Lei estadual n.º 1 234, de 6 de novembro de 1911, foram criados o distrito e o Município de Altamira, com território desmembrado do antigo Município de Souzel.

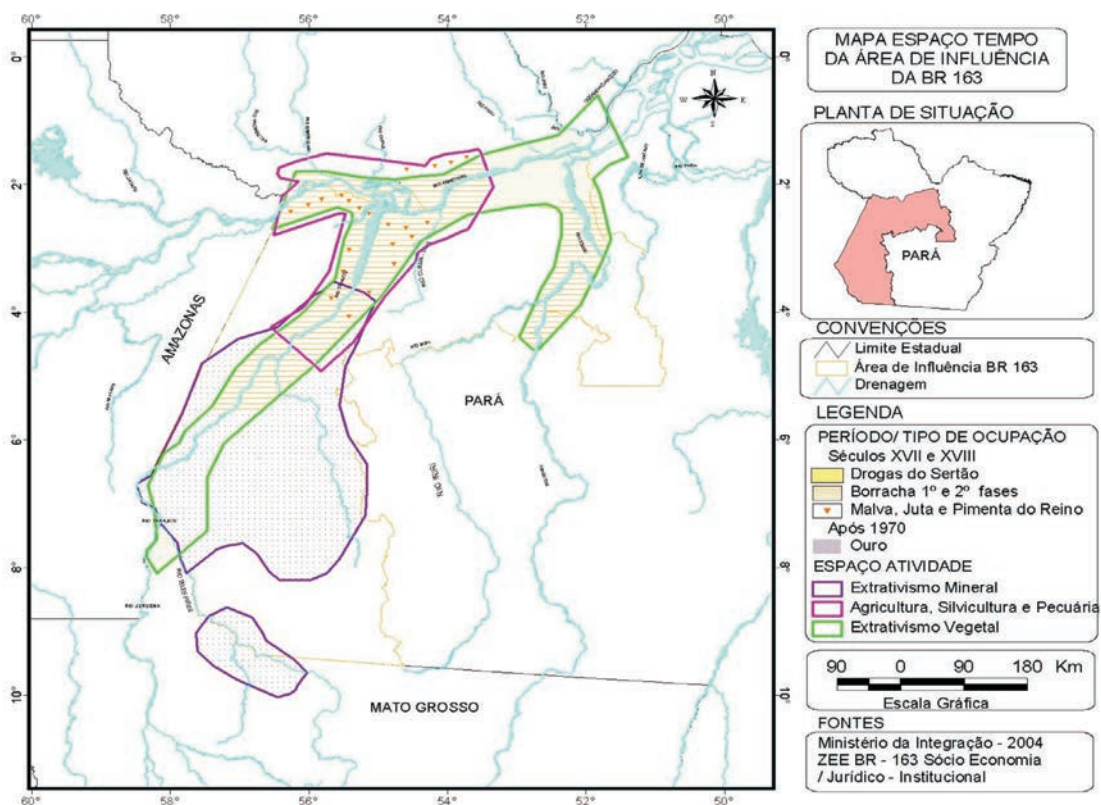


Figura 2. Área de Influência Zona Oeste na Amazônia Legal
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG - Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

A rede de núcleos que deu origem à rede urbana dendrítica de caráter redistributivo teve, nas interações entre os centros, de natureza comercial atacadista, a dinâmica que assegurava a participação de cada núcleo no âmbito da divisão do trabalho. No processo de circulação da produção, cada núcleo da rede recebe e envia para um núcleo maior e mais próximo da cidade primaz. A rede urbana da Amazônia, na época, se deveu à cristalização, no espaço geográfico, do sistema de aviação.

Muitos núcleos emergiram e/ou se desenvolveram no âmbito dessa dinâmica econômica regional. Aveiro, Juruti e Porto de Moz são exemplares. O atual município de Juruti localizado no Baixo Amazonas, segundo o historiador Domingos Álvares Ferreira Pena, foi primitivamente, uma aldeia dos índios mundurucus, fundada em 1818 e sujeita a administração de um missionário com poderes paroquiais.

Com a divisão provincial em 1832 e 1833, a localidade adquiriu a categoria de freguesia, ficando integrada ao termo de Faro. Em 1879, Juruti passou a ser ponto de escala da nave-

gação a vapor, subvencionada pela província do Pará. A influência de moradores e o desenvolvimento da indústria agrícola e pastoril fizeram com que, em 1883, a freguesia fosse elevada a condição de município, instalado em 1885⁶

Porto de Moz, por sua vez, localizado no Baixo Amazonas, data de 1639, quando os capuchos de José lançaram as bases da atual sede, com a denominação de aldeamento Muturutu. Com a exploração do Baixo Xingu e desenvolvimento do aldeamento instalou-se em 1758 a vila de Porto de Moz. Em 1890, Porto Moz adquiriu a categoria de cidade, extinta em 1930 passando a integrar o território de Gurupá, restabelecendo-se três anos depois na qualidade de subprefeitura, sendo que só vai ganhar definitivamente sua condição de município em 1933.

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aveiro⁷ foi elevada a categoria de vila em 1871, sendo que em 1848 a vila foi extinta e seu território foi anexado pelo município de Itaituba. Em 1883 a vila é desmembrada de Itaituba, sendo que sua instalação ocorreu em 1884.

6 Entretanto, em 1900 (advento republica), veio a ser extinto, ficando o seu território anexado aos municípios de Faro e Óbidos. Treze anos depois readquiriu sua categoria, vindo a reinstalar-se em 1914, ficou também sob administração direta do Estado em 1930 (revolução), quando sofreu novamente nova supressão. A emancipação político-administrativa do município de Juruti ocorreu definitivamente em 1938. A origem do município de Juruti remonta aos anos 1818, quando foi fundado o povoado de "Juruti Velho", local onde anteriormente existiu um aldeamento comandado por religiosos. Em 1865 Juruti passou a condição de vila, porém somente em 1914 é que começou apresentar condições de capacidade para a vida política e autonomia administrativa, tendo sido instalado em 3 de 5 de 1914, antes Juruti pertenceu até 1870 a Faro e até 1912 a Óbidos. Em 1938 o município é elevado a sua atual categoria.

7 Em 1892, são criados os distritos de Pinhel, Rio Cupari e Urucaqui. Novamente em 1930 o município de Aveiro foi extinto e seu território incorporado pelo município de Santarém. Em 1938 Aveiro é elevado a condição de município sendo seu território retirado de Santarém e Alter do Chão, sendo que o distrito de Aveiro em 1950 permanecia no município de Santarém. Novamente em 1955 Aveiro é elevado a categoria de município sendo seu território desmembrado de Santarém e Itaituba. Sendo sua sede no antigo distrito de Aveiro e tendo dois distritos: Aveiro e Brasília legal, no entanto o STF anulou neste mesmo ano sua criação voltando para o município de Santarém e Itaituba. Em 1961, novamente é elevado a condição de município, com sede em Aveiro e dispondo de três distritos: Aveiro, Brasília Legal e Pinhal. Sua instalação deu-se em 1962.

O Declínio e o Segundo Período da Produção da Borracha: a repercussão regional

O período entre o colapso da economia gomífera e meados da década de 1960 é marcado por um longo período de estagnação econômica. Os sintomas da crise são manifestados na perda de dinamismo econômico em todo o Estado do Pará. Em alguns locais, entretanto, tentativas ocorreram no sentido de buscar o revigoramento econômico.

As tentativas se circunscreveram na diversificação das atividades produtivas e na substituição da borracha pela castanha-do-Pará. Paralelamente à extração e exploração do látex, existiam outras atividades complementares nas margens dos rios e em terras consideradas boas para a roça e a criação.

A castanha-do-Pará respondeu como o principal produto que alicerçava a economia do Estado do Pará. A região de Altamira, no baixo curso do rio Xingu, de Santarém no Baixo Amazonas conheceram “revigoramento” em função dessa atividade. A coleta da castanha se tornou a principal atividade dos moradores da região. No âmbito da economia estadual, a região se tornou o terceiro produtor de Castanha-do-Pará.

Posteriormente, com a eclosão da Segunda grande guerra mundial, de 1939 a 1945, e o bloqueio do comércio da borracha com os países asiáticos, foi retomada a procura pela borracha amazônica. Os EUA passaram a demandar e investir na produção de látex visando o suprimento da indústria bélica dos países aliados, durante o conflito mundial, já que havia o impedimento dos seringais asiáticos pelos japoneses.

Em 1942 foram assinados os Acordos de Washington, segundo os quais o Brasil se comprometia a enviar a produção gomífera para os Estados Unidos. Isto significou o monopólio do Estado no que concerne à compra e venda da borracha, ou seja, a intervenção direta do Governo na produção do látex, desta vez, sem a presença das casas aviadoras.

A retomada da exploração gomífera ocorreu com o apoio do governo brasileiro que, para tanto, determinou um conjunto de medidas políticas para apoiar a extração do látex: criou o Banco da Borracha para o financiamento da exploração e estimulou a constituição de um mercado de trabalho através do estímulo à migração de nordestinos para a Amazônia – a conhecida campanha dos “soldados da borracha”. Era a Segunda tentativa de retomada da economia gomífera, o segundo período da borracha. Com a chegada dos soldados da borracha aumentou grandemente a população do Xingu.

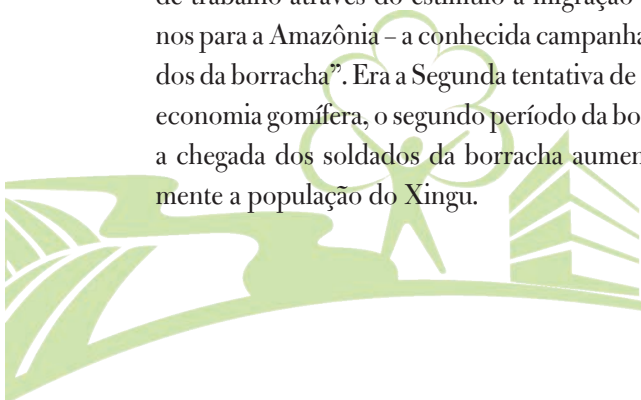
A partir de 1940, Altamira se constituiu em principal núcleo da região produtora do gênero. Como ponto de concentração da força de trabalho remobilizada – os “soldados da borracha”, que se dirigiam aos seringais do alto Xingu e Iriri, e os garimpeiros, em busca de ouro na Volta Grande do Xingu, Altamira conheceu significativo crescimento urbano.

Com a expansão do comércio da borracha, por volta de 1940, iniciou-se uma nova fase de ocupação da Amazônia. Por causa da grande procura pelas seringueiras quase toda a região foi explorada. A origem do município de Belterra está intimamente ligada a essa época. O milionário Henry Ford queria transformar mais um dos seus sonhos em realidade. O objetivo do dono da Companhia Ford, líder na indústria automobilística nos Estados Unidos, era implantar um cultivo racional de seringueiras na Amazônia, transformando-a na maior produtora de borracha natural do mundo.

Nascia, então, a Fordlândia, localizada entre os municípios de Itaituba e Aveiro, que tinha cerca de um milhão de hectares de terras que o governo brasileiro teria cedido a Ford. A vila teria toda a infra-estrutura de uma cidade moderna “*made in*” EUA. Mas, o sonho não aconteceu, pois a Fordlândia não era uma área propícia para ser base de implantação do projeto. Por isso, técnicos da Holanda e EUA iniciaram intensas investigações para encontrar uma área que fosse ideal para o projeto da Companhia Ford.

A descoberta era perfeita: uma planície elevada às margens do Rio Tapajós, coberta por densa floresta. A essa área Ford chamou de ‘Bela Terra’, que depois passou a ser chamada de ‘Belterra’. A partir daí, o projeto começava a se tornar realidade, e Belterra ficou conhecida como “a cidade americana no coração da Amazônia”. O projeto teve início e uma estrutura nunca antes montada em toda a região foi dando vida à futura cidade modelo. Hospitais, escolas, casas no estilo americano, mercearias, portos próximos à praia foram construídos para abrigar as famílias de todos os empregados que estavam trabalhando no projeto. Grande parte dos trabalhadores braçais vinham do sertão nordestino, fugindo da seca, e encontravam no projeto de Henry Ford a “salvação”.

Em cinco anos, o projeto ganhou dimensões comuns para a região naquela época: campos de atletismo, lojas, prédios de recreação, clube de sinuca, cinema. De 1938 a 1940, Belterra viveu o seu período áureo e foi considerado o maior produtor individual de seringa do mundo. No entanto, o final da 2ª Guerra Mundial, a morte do filho de Henry Ford, a grande incidência de doenças nos seringais e, principalmente, a descoberta da borracha sintética foram fulminantes para a decadência do projeto



em Belterra. A partir daí, a área foi negociada para o Brasil e a Companhia Ford abandonou o seu sonho.

Durante 39 anos, Belterra foi esquecida e a “cidade americana” foi transformada, entre outras denominações, em Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), ficando sob jurisdição o Ministério da Agricultura. Somente em 1997, os moradores de Belterra conseguiram a emancipação do município.

Nesse período igualmente a atividade aurífera e de garimpagem se evidenciaram no Tapajós. Iniciada em 1958, a partir das descobertas de Nilson Pinheiro, no rio das Tropas, município de Itaituba, desenvolveu-se através de técnicas rudimentares de exploração (manual). Essas condições propiciaram a apropriação da renda diferencial pelos donos de garimpo.

Região após a construção da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém

A Transamazônica e a implantação da colonização oficial: 1970 – 1974

O final da década de 1960 um conjunto de medidas do Estado brasileiro de caráter político – institucional, dá início à implementação de uma miríade de ações que irão transformar a estrutura espacial remontante do período colonial na Amazônia. A integração de natureza econômica e os anseios geopolíticos e militares eram objetivos presentes no âmbito da política nacional e territorial do Estado brasileiro.

A primeira medida políticas, com o objetivo de assegurar a ação federal na região foi a “Operação Amazônia”, lançada em 1968. Reconstruiu-se o efetivo institucional federal na região. A criação do Incra e da Sudam são exemplos do novo quadro institucional criado.

Em 1970, pelo Decreto-Lei nº 1.106, foi criado o Programa de Integração Nacional – PIN, com a finalidade de financiar a construção de infraestrutura nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, e promover a rápida integração do Nordeste e da Amazônia à economia e à estrutura

espacial nacional. Igualmente, pelo Decreto nº 1.164/71, foram tomadas, como indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada margem das rodovias, construídas, em construção ou projetadas, integrantes do Plano Rodoviário Nacional e do Fundo de Integração Nacional. A federalização do território, no Pará, açambarcava 66,26% do território estadual. Veja na Figura 3.

Numa primeira etapa do PIN foi construída a rodovia Transamazônica e, além disso, implantados Projetos Integrados de Colonização – PICs ao longo da rodovia. Para tanto, o Decreto Lei nº 68.443/71 determinava, como de interesse social, para fins de desapropriação, as terras de propriedade particular situadas na Transamazônica, no trecho entre Altamira e Itaituba, configurando um polígono de 64.000 km² de área para ocupação por pequenos produtores. Foi instaurado, também em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), com o propósito de facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições de trabalho e igualmente promover a agroindústria no Nordeste e na Amazônia.

A implantação do projeto integrado de colonização de Altamira estabeleceu um padrão em que se associava o assentamento de colonos nos lotes rurais e em lotes urbanos no plano urbano-rural previsto. O padrão de colonização estabelecido prioritariamente era destinado a pequenos proprietários e o assentamento se faria na faixa de 10 Km das margens esquerda e direita da rodovia principal, a BR-230 ou Transamazônica.

Um sistema urbano projetado completava o projeto. A colonização ao longo da Transamazônica previa um sistema composto de três pequenos núcleos urbanos hierarquicamente posicionados e com funções diferentes e complementares: Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas. No PIC – Altamira, entretanto, baseado em sistema que teria como ponto central de apoio uma cidade pré-existente, foram construídas, apenas, as Agrópolis e Agrovilas⁸. Ao longo da Transamazônica um conjunto de núcleos urbanos emergiram, como: Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis.

8 **Agrovila:** é a menor unidade urbana do sistema de colonização. É onde deveriam morar os parceiros que assim o desejassem e de onde partiriam para os lotes localizados dentro dos travessões, que partem da estrada principal para o interior da floresta. Como infra-estrutura possuía, além das moradias dos colonos (48 a 100) habitantes, um centro administrativo, uma escola primária, um templo ecumênico, um pequeno comércio (seção de uma cooperativa), e uma área para circulação, esporte, praça. **Agrópolis:** um centro urbano agro - industrial e administrativo que tem por finalidade dar apoio à integração social no meio rural. É formada por um conjunto de Agrovilas e exerce influência socioeconômica e administrativa numa área em que podem estar situadas até 22 Agrovilas. Possuía moradias para técnicos, colonos, posto médico, mercado, clubes e um mais amplo setor administrativo, assim como diversos escritórios de entidades que atuam na área como Incra, Acar, FSESP. É uma área para receber colonos que chegam de outras regiões para trabalhar (Camargo, 1973). As Agrópolis deveriam ser comunidades com capacidade para comportar até 1.000 famílias, numa hierarquia urbano - rural, situadas a cada dez quilômetros, que seriam centros administrativos equipados com escola de segundo grau, um hospital, indústrias leves e depósito da Cibrazem. **A Rurópolis** seria a mais elevada na hierarquia e deveria servir como sede administrativa, numa distância de 200 Km, e com capacidade para abrigar aproximadamente 200.000, pessoas com serviços ampliados de escolas técnicas, bancos, hotéis e aeroporto.

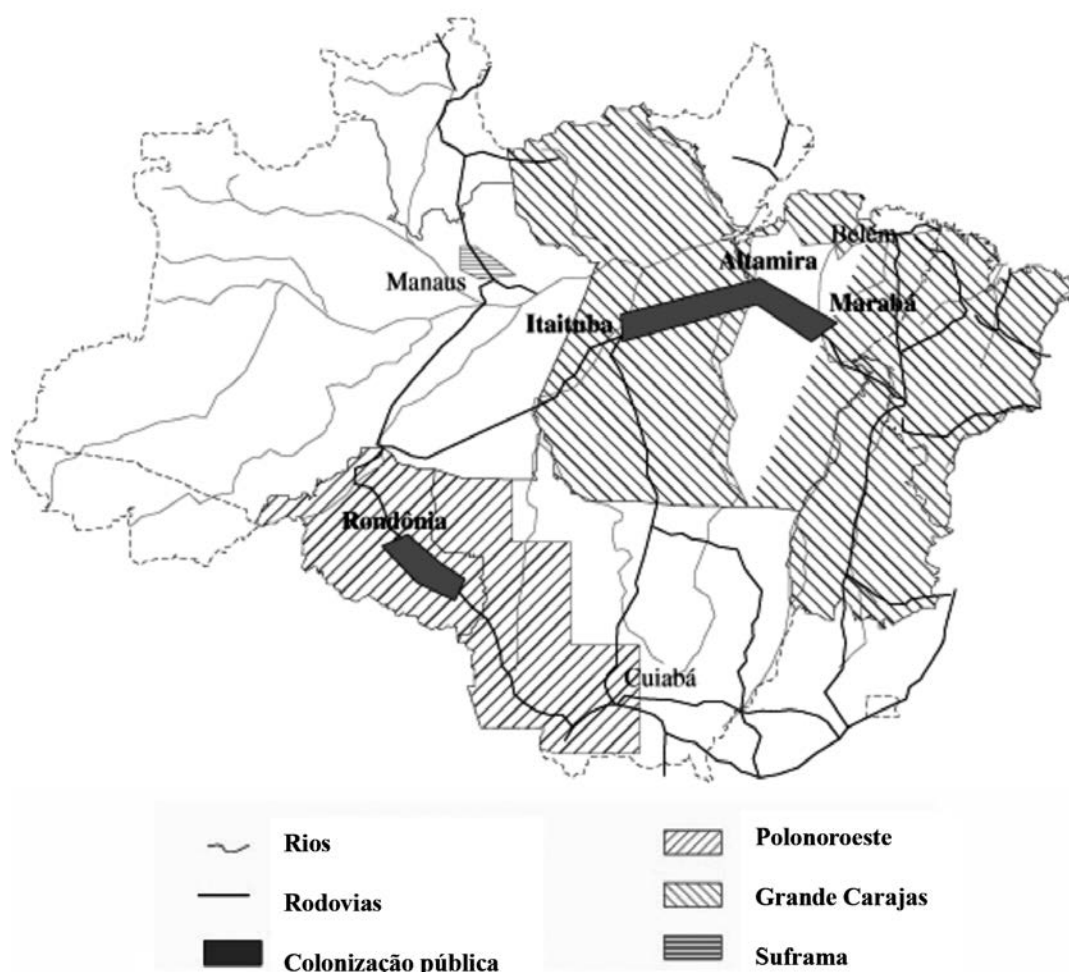


Figura 3. Federalização do território e áreas de colonização pública dos programas especiais e traçado das rodovias

Fonte: NAPIAM – BIM (NAM – HT, 1998).

Brasil Novo: a origem do município tem a haver com o PIN (Plano de Integração Nacional), instituído pelo Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 1.106 de 16/07/1970. Um dos objetivos do PIN era desenvolver uma grande colonização dirigida na Amazônia, trazendo trabalhadores sem terras de diversos pontos do Brasil, e em especial do Nordeste, uma vez que os conflitos fundiários estavam aumentando gradativamente nas regiões sul e nordeste.

O trecho da Rodovia Transamazônica, situado entre Altamira e Itaituba, estava o programa para a construção das agrovilas, constituído por um conjunto de 48 ou 64 lotes urbanos, com igual número de casas que seriam destinados aos colonos assentados no local, os quais receberiam também lotes de 100 há, para desenvolver atividades econômicas. Cada agrovila deveria contar com o serviço de 01 escola, 01 posto médico e em alguns casos um armazém para guardar a produção agrícola.

Também fazia parte do projeto a construção de agrópolis, em torno das quais gravitariam de 01 a 12 agrovilas. A *agrópolis* teria um posto bancário, correios, telefone, escola de 2º grau, etc. O objetivo da *agrópolis* era complementar o atendimento dos serviços básicos prestados pelas

agrovilas situadas na área de colonização dirigida do Incra. Na verdade foram implantadas várias agrovilas, porém apenas uma *agrópolis*, a de Brasil Novo no KM-46 do trecho Altamira-Itaituba da Transamazônia. Ali foi instalado a sede do Projeto Integrado de Colonização de Altamira, contando com serrarias, hotel, residência de funcionários, escolas, e alguns outros serviços infra-estruturais. Após 17 anos de existência, a *agrópolis de Brasil Novo* transformou-se em um núcleo populoso, passando mais recentemente (1988) a condição de município.

A origem do município de Medicilândia, tem como motivador o PIN instituído pelo decreto federal nº 1.106, de 16/07/1970. O objetivo do PIN era desenvolver um grande programa de colonização dirigida na Transamazônica, entre Marabá-Altamira e Altamira-Itaituba. O desenvolvimento da Agrovila, que posteriormente, possibilitou a criação do município, se deu a vários fatores, dentre os quais se destaca a fertilidade dos solos nesse trecho, do que resultou o dinamismo do setor agrícola dessa área. Outro elemento propulsor do desenvolvimento foi à implantação do Projeto Agrocanavieiro Abrahão Lincoln (projeto PACAL), da qual fazia parte uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool. O

núcleo urbano surgiu quando determinado colono, cujo lote se situava exatamente de frente para a estrada, resolveu instalar um serviço de bar e restaurante, que acabou servindo de ponto de apoio para caminhões e ônibus que circulavam naquele trecho. Com a implantação do projeto canavieiro e a plantação de cana-de-açúcar, houve a necessidade de mão-de-obra para desmatamento, roçagem, plantio, obras, construção civil da usina, e outros, o que atraiu população que buscavam trabalho e pousavam naquele lugar, enquanto aguardavam oportunidade de emprego. Novos serviços foram paulatinamente demandados, sendo construídos pequenos restaurantes, dormitórios, postos de gasolina, etc.

Por volta de 1975 os moradores de Medicilândia começaram a luta pela emancipação, em razão do crescimento demográfico acelerado daquela região e da falta de assistência por parte de Prainha. Através da lei nº 5.438, em 10 de maio de 1988, Medicilândia foi elevada à categoria de município, com sede na vila de Medicilândia, que passou a categoria de cidade, com a mesma denominação. A ocupação do município esteve ligada ao projeto PACAL, e de um modo geral, a construção da rodovia Transamazônica, que propiciou a formação de povoados tais como, Agrovilas e Agrópolis, decorrente do projeto de colonização realizado pelo Incra.

A evolução econômica e o processo histórico de ocupação do recém criado município de Rurópolis confundem-se, em grande parte, igualmente, com a Juruti história da implantação e desenvolvimento do PIC-Itaituba. Este PIC foi criado pelo Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970, teve sua implantação iniciada no ano de 1972. Possuía inicialmente, 1.026.679 habitantes e, atualmente abrange 6.341.750 habitantes. Na área do polígono desapropriado já foram ocupados 3.546.500 habitantes e, fora do polígono, 215.100 habitantes, perfazendo um total de 3.761.600 habitantes (INCRA, 1986).

A área de ação do projeto compreende terras dos municípios de Aveiro, Santarém, Itaituba e Rurópolis. Teve como a primeira sede administrativa a comunidade de Miritituba pertencente ao município de Itaituba. Posteriormente a administração foi transferida para a Rurópolis, Presidente Médici, que atendendo as especificações do sistema de urbanização rural hierarquizado incorporou, durante sua construção, concluída em 1974, a infra-estrutura básica necessária para transforma-se em pólo de desenvolvimento regional.

Outro município erguido desse amplo processo de colonização oficial foi Uruará. Com a implantação da Agrópolis de Uruará pelo Incra, a localidade pré-existente se urbanizou e sua crescente expansão se tornou organizada.

Em 1983, começaram os movimentos para que o povoado de Uruará se tornasse distrito de Prainha. O que só foi efetivado em 1985, quando o povoado de Nossa Senhora de Fátima de Uruará, passou a se chamado de Vila de Uruará.

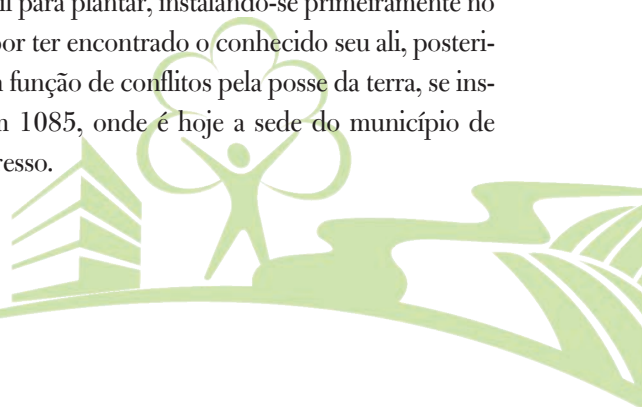
Com a alta dos preços do cacau e da pimenta-do-reino no mercado mundial, em 1985 e 1986, produtos largamente cultivados na região, a comunidade passou por fluxo de prosperidade decorrente dessas atividades levando também o comércio a se fortalecer.

Uruará surgiu num local, onde o Incra pretendia implantar uma Agrópolis. Contudo, o povoamento de Uruará foi espontâneo, antecedendo a ação governamental, partindo de um ponto da parada de ônibus e caminhoneiros que aguardavam contratação de fretes. Primeiramente surgiu no lote nº 10 da Gleba 67, num boteco, que um colono colocou para atender os motoristas e transeuntes da Transamazônica. A seguir, foram surgindo outros barracos que serviam de restaurantes e pousadas aos motoristas e foram se agregando colonos que abandonavam seus lotes em outras áreas ou chegavam em busca de trabalho, ou de um terreno onde ficar, uma vez que as terras da região de Uruará são favoráveis à exploração agrícola.

Os lotes circunvizinhos ao nº 10 foram sendo ocupados e os proprietários, por iniciativa própria, os foram dividindo em lotes urbanos e os vendiam aos interessados que queriam implantar novos serviços ou fixar residência. Por volta de 1973, os moradores da pequena localidade de Nossa Senhora de Fátima de Uruará sentiram a necessidade de construir uma capela e uma escola. A partir de 1978, o Incra começou a implantação da Agrópolis em Uruará regularizando os posseiros com títulos de propriedade urbana, promovendo a implantação dos serviços de arruamento, organizando os loteamentos, reservando áreas para escolas, construindo campo de futebol, centro comunitário e a primeira escola.

Os municípios ao longo da Cuiabá – Santarém emergiram de um processo de ocupação do território diferente do eixo da Transamazônica. A população de Novo Progresso é composta basicamente por imigrantes dos estados do Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul, uns vindo à procura de terra para plantar, além de outras razões.

O primeiro morador da área, seu Furino Ribeiro, aventurou-se, em 1979, pela Santarém-Cuiabá em busca de terra fértil para plantar, instalando-se primeiramente no km -1014 por ter encontrado o conhecido seu ali, posteriormente em função de conflitos pela posse da terra, se instalou no km 1085, onde é hoje a sede do município de Novo Progresso.



No início a principal atividade econômica de Novo Progresso era a agricultura de subsistência, somente em 1982 é que começaram a chegar os primeiros pecuaristas na região, mas foi com a descoberta do ouro que o crescimento da cidade passou a ser acelerado. Servindo de entreposto comercial, abastecia os garimpos e os garimpeiros da região levando muitos comerciantes a se instalarem em Novo Progresso; as mercadorias vinham dos estados do sul.

O município de Trairão criado pela lei nº 5.695, de 13 dezembro de 91, está localizado no sudoeste do Estado do Pará, na microregião de Itaituba. Seu território foi desmembrado do município de Itaituba. Sua área territorial é de 10.808,98 km² onde se encontra uma população estimada em 1993 segundo o IBGE de 8.884 habitantes, representando 0,82 hab/km² de densidade populacional.

O processo de ocupação da área onde está Trairão teve início em 1972, com a abertura do Ramal sul da rodovia BR-163 (rodovia Santarém-Cuiabá). Já em 1974 os primeiros colonos que lá chegaram reivindicaram do Incra, responsável pela colonização, uma área que servisse de apoio para a instalação de escola, posto de saúde, igreja, local para comercialização dos produtos agrícolas. Em 1975, mesmo sem autorização de Incra, foi realizado o primeiro loteamento urbano e construída a primeira escola pela comunidade, os lotes tinham 15x30m nessa área que anos depois foi a doada a comunidade (100 hab.).

Em 1976, o processo migratório se intensificou (principalmente do nordeste do Brasil), tendo como atrativo a abundância de terras agrícolas. Esses colonos mesmo tendo lotes rurais, residiam na vila.

Nesse período teve início o financiamento agrícola para agricultura de subsistência, acompanhada pela assistência técnica da Acar-PA, hoje Emater. Dois anos depois teve a introdução do cacau incentivado pela Ceplac em convênio com a Sagri. Mas o processo de colonização vai se intensificar a partir de 1982 com a abertura das vicinais.

Com o início da produção de frutos em 1983, associado com as culturas de arroz, feijão, milho a região conheceu um relativo progresso. Os colonos do sul só chegaram à região a partir de 1985 e vão ser responsáveis pela introdução da pecuária e pela exploração madeireira. A população de Trairão, é composta quase na sua totalidade, por imigrantes vindos do nordeste (Maranhão e Piauí) e do sul e sudeste (Minas, Sta Catarina, Paraná e Rio Grande Sul). O embrião do município é as 100 hab que foi doado pelo Incra aos primeiros moradores que passou para administração da comunidade de Trairão em 1987.

O Polamazônia: o Pólo Altamira e o Pólo Tapajós - a ocupação espontânea e agropecuária: 1974 - 1980

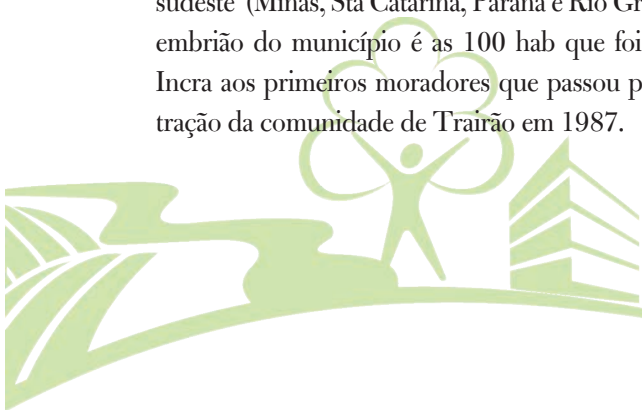
A partir de 1974, o redirecionamento da política estatal com relação à Amazônia e ao processo de ocupação e exploração de seus recursos, deu ensejo a um processo de mudança que influenciou, decisivamente, no destino da colonização.

Ao formular uma nova política para o desenvolvimento regional, o Governo Federal promoveu uma política direcionada à empresa agropecuária e selecionou, no âmbito regional, espaços que iriam concentrar os investimentos. Foi criado, assim, o Polamazônia, programa de pólos agropecuários e agro-minerais da Amazônia. Dos 15 pólos projetados para o Estado do Pará, um foi para a região de Altamira – o pólo Altamira.

Em um primeiro momento, a colonização oficial trouxe mudanças substanciais para a região de Altamira, sobretudo, no que concerne a uma ruptura brusca no ritmo da vida econômica local e regional, já que o peso dos investimentos em setores infraestruturais – Agrovilas, Agrópolis, estradas e na agropecuária alteraram o padrão não somente da ocupação do espaço, mas igualmente, redirecionaram a economia do extrativismo para atividades agrícolas e pecuárias. Altamira, nessa ocasião, iniciou um processo de revigoração urbano e assumiu, novamente, a função de centro polarizador sub-regional, alicerçado em uma nova base econômica. De fato, Altamira passou a sustentar expressiva produção de cana-de-açúcar, pimenta e cacau para consumo extra-regional e teve grande expansão de serviços e equipamentos para atender os colonos. Nesse contexto, a estrutura física da cidade se expandiu, com o espaço da produção de um novo setor central de comércio e serviços e bancos, novos bairros residenciais, além dos tradicionais bairros de beira-rio (BECKER, 1992).

Dada a mudança de política de terras em 1974 – o que favoreceu a grande empresa e os colonos selecionados – novos bairros surgiram na periferia urbana, habitados por migrantes sem terra, assalariados urbano-rurais, bem como, no centro ou próximo a ele, loteamentos espontâneos ocupados por ex-colonos empregados no setor terciário.

A partir do abandono do projeto de colonização e do apoio à ocupação do espaço via empresa e projeto agropecuário, ocorreram algumas mudanças de importância na compreensão da estrutura espacial sub-regional: as áreas prioritariamente destinadas à ocupação por pequenos produtores foram ampliadas; a espontaneidade da ocupação extravasou os travessões, as estradas vicinais, ampliando a



área do projeto de colonização. Ao lado das Agrovilas e Agrópolis planejadas surgiram novos núcleos, agora de caráter espontâneo, como Anapu, Pacajá e Belo Monte, rompendo com o modelo de urbanização dirigida pelo Estado.

Por outro lado, iniciou-se um processo de concentração de terras com a expulsão/expropriação de colonos assentados nos anos 1970. A adoção de novas medidas pela administração do projeto foram direcionadas pela nova política do Estado. Entre elas, a permissão de que, em certas áreas, fossem criados lotes de 500ha, a liberação de glebas para lotes de 1.000 a 3.000 hab dentro do polígono de desapropriação – prevista para a expansão futura do projeto de colonização.

Tal medida contrariou o espírito pelo qual foram desapropriadas as terras e o objetivo da colonização no início da década de 1970 (MIRANDA, 1992). Isto implicou na ampliação da mobilidade da população intra-regionalmente, proporcionando o deslocamento rural-urbano – um êxodo rural. Altamira, novamente, viu ampliada a sua área urbana mediante um processo de ocupação das áreas alagadiças, assim como da periferização urbana.

A década de 1970 mostrou-se expansiva: econômica, demográfica e espacial. Em síntese, apresentou um volume de investimento privado e/ou governamental, produção crescente de bens e serviço e saldo migratório positivo, com crescimento populacional nunca vistos na região. A dinâmica deste processo de conformação espacial da região tem sido determinada pelos investimentos estatais em infraestrutura e pelas expectativas de produção agropecuária, ou seja, a Área de Influência Indireta, foi vista como, essencialmente, fronteira agrícola.

Municipalização do território na Área de Influência Zona Oeste

Fatores gerais que estimularam a criação dos novos municípios

Na área de influência Zona Oeste até meados da década de 1980 a malha político – administrativa era constituída de 09 (nove municípios), a saber: Altamira, Santarém, Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Juruti, Prainha, Senador José Porfírio e Porto de Moz. Todos, conforme exposto anteriormente, são expressões da estrutura espacial herdada do período colonial.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, 10 (dez) novos municípios foram criados: Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Placas, Belterra, Novo Progresso e Trairão.

Segundo Rocha (1999; 2002; 2003), a criação dos novos municípios é parte de um amplo processo de revisão da malha político – administrativa e de reordenamento político e institucional resultado de duas décadas de profundas transformações espaciais, em que a municipalização do território é expressão. Alguns fatores da municipalização do território são destacados por Rocha (2003):

Mudanças institucionais induzidas pela promulgação da Constituição Federal de 1988.

A promulgação da Nova Constituição Federal de 1988 deu um impulso extraordinário na criação de novos municípios no Brasil: de um lado transferiu para as Assembleias Estaduais a competência legal para criar critério de redivisão territorial, além de o Texto Legal ter definido o município como ente federativo. De outro lado, estimulou mudanças nas relações inter governamentais com a descentralização político – administrativa e tributária.

No país como um todo houve um surto emancipacionista. Entre 1988 e 2001 o Brasil presenciou um intenso processo de revisão da sua malha político – administrativa. A um total de 3.991 municípios existentes no Brasil em 1980, segundo dados de 2001 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil conta com cerca de 5.562 municípios⁹.

Na Amazônia Legal esse processo também foi significativo. O Estado do Pará é exemplar nesse sentido: Em 1970, existiam no Estado cerca de 83 unidades político – administrativas: municípios. Atualmente, o Estado conta com cento e quarenta e três (143) municípios. Um acréscimo de 60 novas unidades. Desse total, vinte e um (21) emergiram entre 1982 e 1988; vinte e seis (26) em 1991. Três (3) em 1993; três (3) em 1994 e nove (9) em 1996. As emancipações ocorreram de forma difusa em todo o território estadual, sendo que indiscutivelmente a maioria dos novos municípios localiza-se em espaços que sofreram os processos de modernização. Veja Tabela 1.

A emergência de novas territorialidades e o rearranjo espacial do poder na área de influência Zona Oeste.

A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá – Santarém abriram a região e se constituíram em vias novas de penetração e de ocupação do interior do território. Uma nova onda migratória se estabeleceu nas décadas que sucederam o final da década de 1960. As alterações no perfil

9 Em 1996, graças a emenda constitucional n. 15 de 12 de setembro de 1996 a criação de novos municípios passa a depender de estudos de viabilidade municipal: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.” Brasil, Constituição Federal de 1988, Art. 18, § 4º

demográfico regional ensejaram mudanças na composição da população e no perfil sócio – político e cultural regional. Veja Figura 4. A emergência de novas territorialidades alterou as formas de uso do território e passaram a ter peso significativo na estrutura de poder local e regional. Os novos municípios são em parte expressões desse rearranjo espacial do poder na área.

Tabela 1. Municípios da Amazônia Legal, segundo período de instalação, por Unidades da Federação, 1980 a 2001

UF	1980	1991	1993	1997	2001
BRASIL	3.991	4.491	4.974	5.507	5.562
AMAZÔNIA	390	529	651	792	805
Rondônia	7	23	40	52	52
Acre	12	12	22	22	22
Amazonas	44	62	62	62	62
Roraima	2	8	8	15	15
Pará	83	105	128	143	14
Amapá	5	9	15	16	16
Tocantins	52	79	123	139	139
Maranhão*	130	136	136	217	217
Mato Grosso	55	95	117	126	139

Fontes: IBGE, DGC/DETRE, IBAM, Banco de Dados Municipais. Ajustamento das bases territoriais. * Total dos municípios do estado do Maranhão.

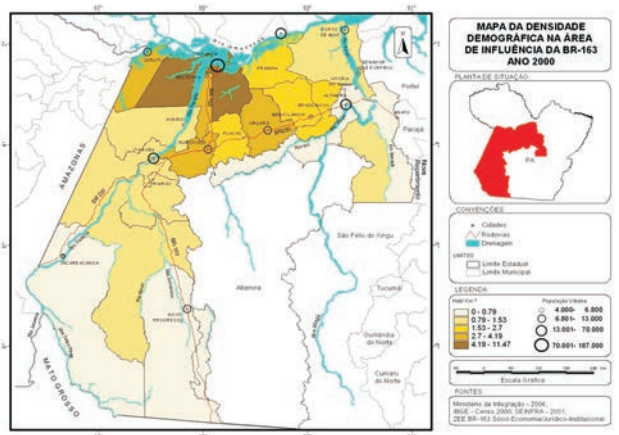


Figura 4. Densidade Demográfica na Área de Influência da Zona Oeste – 2000
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG – Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

O processo de urbanização e de surgimento de novas cidades fruto das migrações e das políticas de ocupação e de povoamento da área entre 1970 e 1990. Segundo Rocha (2006), a municipalização do território decorre, em muito, das necessidades de regulação política do território. A urbanização e a formação de um mercado de trabalho regional se entrelaçam na viabilização da diversidade de empreendimentos implantados na região. As cidades, criadas para viabilizá-los, também produziram

sua própria vida de relações ao apropriar-se politicamente de seu pedaço de território.

Ademais, o município, frente às mudanças espaciais engendradas pelas políticas públicas, passaram a ter importância nova, dado que minimizaram, em muito, os problemas sociais. Os novos municípios participam ativamente nesse contexto como elemento fundamental para a organização do mercado de trabalho e para a organização do território. Pode-se mesmo dizer com Bertha Becker que tanto a urbanização quanto a fundação de novas cidades foram parte das estratégias e políticas públicas de ocupação e de povoamento do território no período entre 1970 e 1990.

Dinâmicas socioeconômicas e ordenamento territorial

A Área de Abrangência do Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) Zona Oeste, no Estado do Pará, equivale a 334.000 km². Ela está localizada no oeste do Pará e é constituída por 19 municípios, sujeitos a significativas transformações demográficas, em decorrência do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). Veja as Figura 5 e 6.

Ela encontra-se no cerne dos complexos fundiários da Amazônia Oriental que foram definidos como áreas de ocupação orientada pela ação do Estado, no Programa de Integração Nacional dos anos 1970. É dizer, portanto, que a maioria das dinâmicas territoriais aí presentes têm como origem uma série de planos de ordenamento territorial implementados pela União desde a época do regime militar, através da criação de órgãos oficiais e instrumentos jurídico-administrativos de fomento e assistência técnica às atividades econômicas, bem como de gestão fundiária, uso e prospecção dos recursos naturais.

Apoiando-se na abertura de um sistema rodoviário e na distribuição de terras, as ações da União atraíram uma intensa imigração de populações extra-regionais, famílias de “colonos” que vinham na esperança de encontrar assentamento nas áreas dos “Projetos Integrados de Colonização”. O Programa de Integração Nacional contribuiu assim ao crescimento em volume e à diversificação da origem regional dos fluxos migratórios que tinham como destino a Região Norte. Iniciou-se desse modo um processo duradouro de concorrência pela terra e pelos recursos naturais entre diversos atores, resultando em conflitos diversos à medida que se assentavam e complexificavam as bases econômicas e políticas da ocupação da região.

Os dezenove municípios envolvidos no projeto foram agrupados em subáreas de acordo com suas caracte-

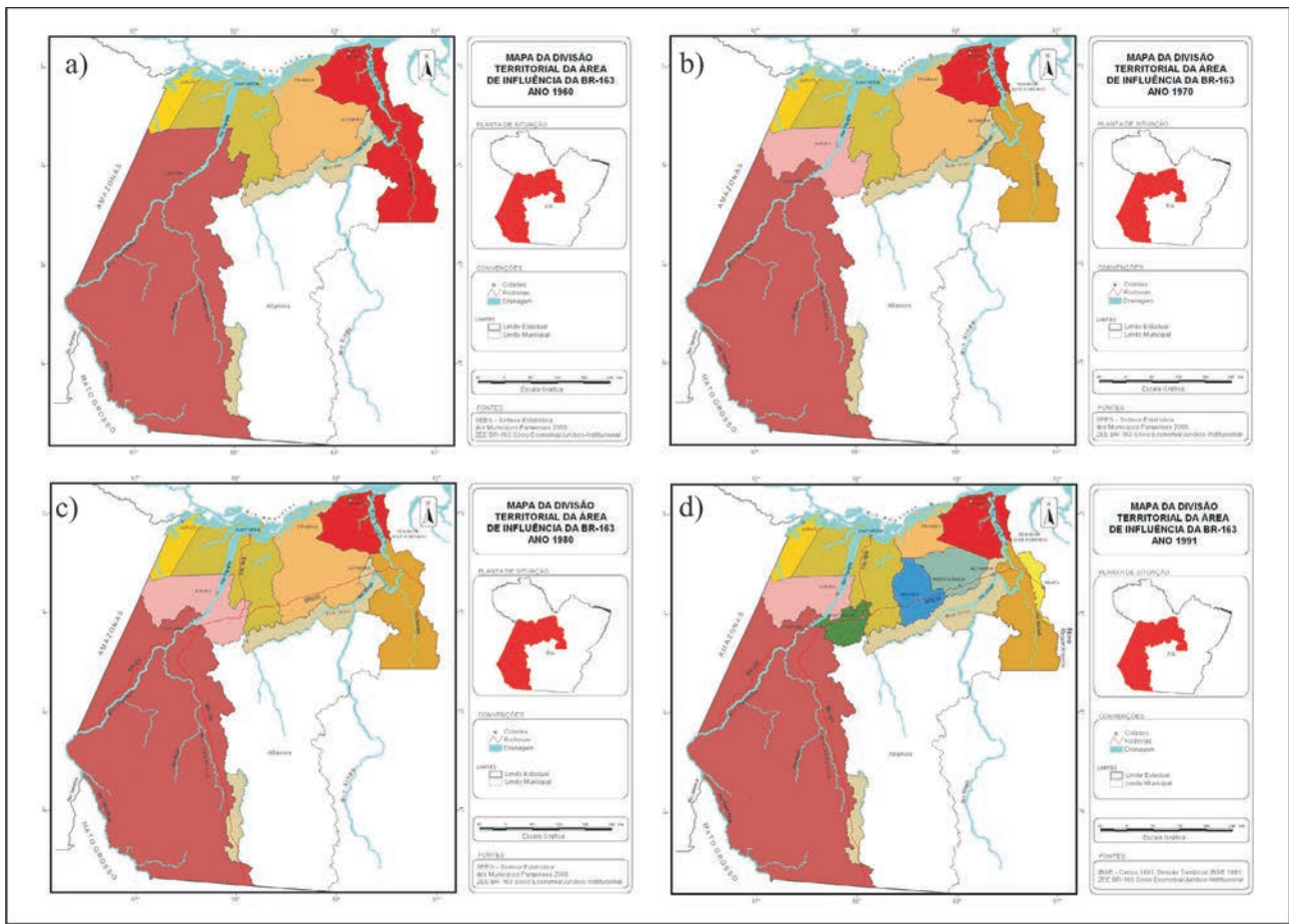


Figura 5. Divisão Territorial da Área Zona Oeste: a)1960. b) 1970. c)1980. d)1990
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG – Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

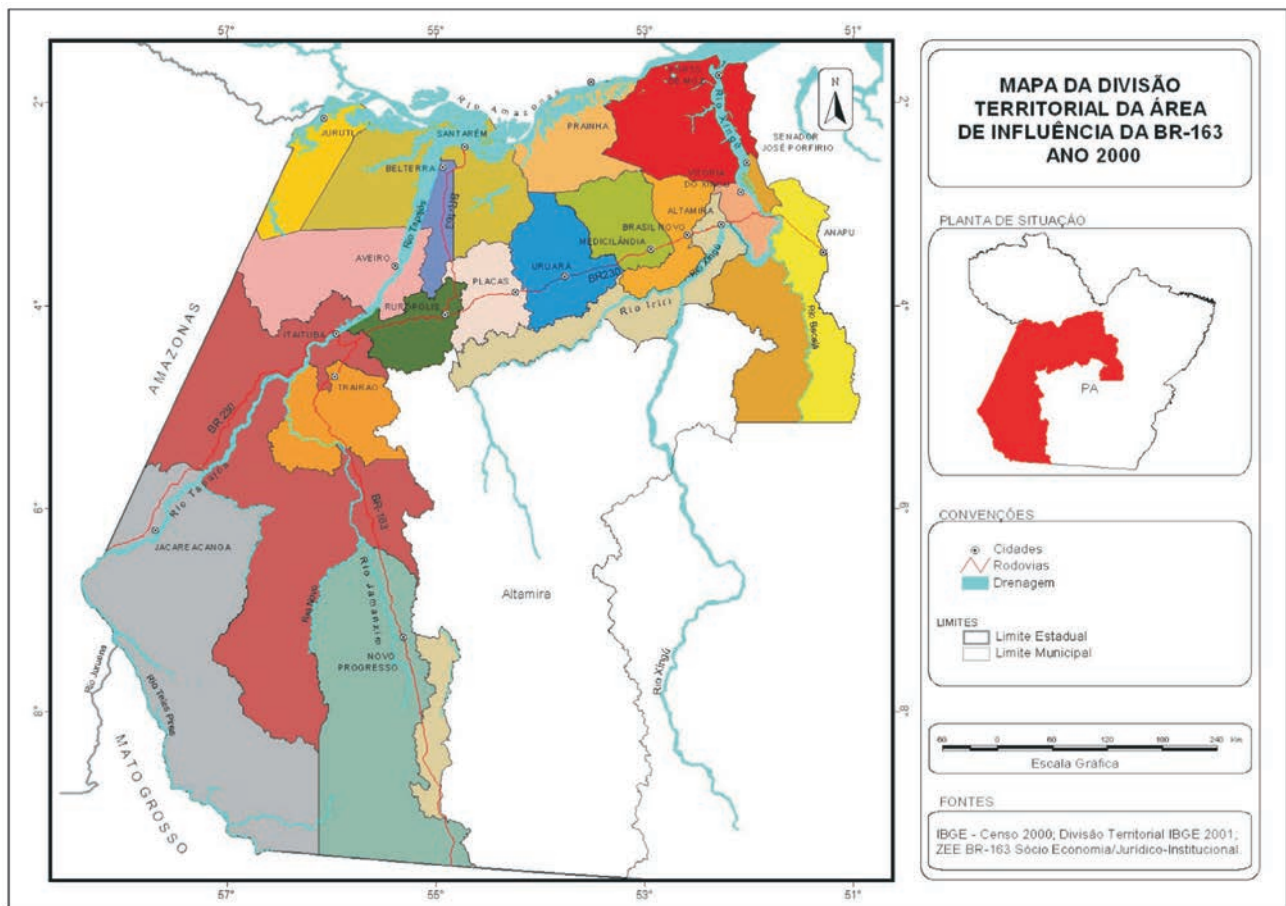


Figura 6. Divisão Territorial da Área de Influência da Zona Oeste – 2000
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG – Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

rísticas sócio-econômicas e territoriais. Essa regionalização, baseada no documento “Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Zona Oeste” do Ministério da Integração – MI, priorizou a dimensão histórica de ocupação territorial dessa área, subdividido-a em quatro subáreas: Calha do Amazonas, Baixo Tapajós, Transamazônica Oriental, Vale do Jamanxim e Jacareacanga. Veja Tabela 2.

Características Demográficas da Área de Influência Zona Oeste

1960 - 1970

• População Residente e Densidade Demográfica

Na área que hoje se defina como “Área de Influência Zona Oeste”, em 1960, existiam somente seis municípios com uma população residente de 149.020 habitantes. Uma década depois, durante o censo de 1970, apenas dois municípios haviam sido acrescidos e a população residente alcançou 213.551 habitantes. Nessa época, Santarém já era o município que mais se destacava populacionalmente, ou seja, em 1960 a população residente desse município

girava em torno de 92 mil habitantes e na década seguinte atingiu 135 mil.

Em 1960 e 1970, o Vale do Jamanxim e Novo Progresso faziam parte do município de Itaituba, por isso estão representadas apenas três das quatro subáreas que compõem a Área de Influência Zona Oeste. Veja Figura 7.

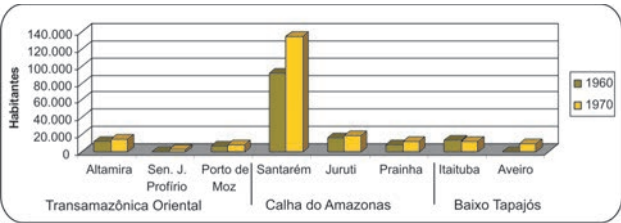


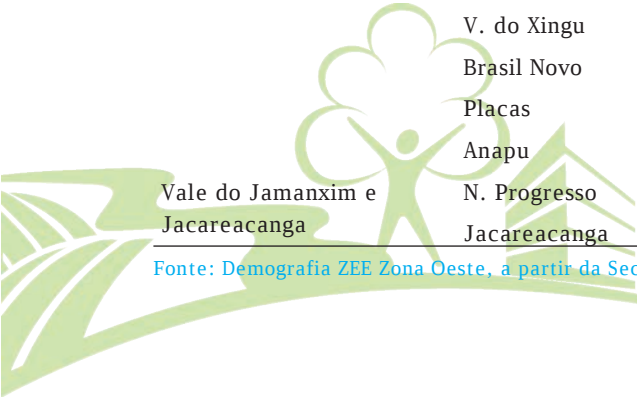
Figura 7. Distribuição da População Residente na Área de Influência da Zona Oeste – 1960 a 1970
Fonte: Demografia ZEE BR-163, a partir do IBGE- Censos: 1960 e 1970

Santarém, dentre os municípios da Área de Influência Zona Oeste apresenta a maior população absoluta, por outro lado, sua extensão territorial é bastante inferior em relação aos grandes municípios da referida área (Itaituba e Altamira). Por isso, apresenta as maiores densidades demográficas (4 e 5 habitantes por quilômetro quadrado), embora todos os municípios da Área de Influência Zona Oeste, para os anos de 1960 e 1970, apresentem baixas densidades demográficas.

Tabela 2. Período de criação dos municípios da Área de Influência da Zona Oeste

Período de Criação dos Municípios da Área de Influência da BR-163			
Sub - áreas	Municípios	Ato de criação	Data de instalação
Calha do Amazonas	Santarém	Res. 145 - 24/10/1948	1/1/1948
	Juruti	Lei 1295 - 09/03/1913	Restaurado em 1935
	Prainha	Lei 08 - 31/10/1935	Restaurado
	Belterra	Lei 5929 - 28/12/1995	1/1/1997
Baixo Tapajós	Itaituba	Lei 684 - 23/03/1900	15/11/2000
	Aveiro	Lei 2460 - 29/12/1961	Restaurado em 10/04/1962
	Rurópolis	Lei 5446 - 10/05/1988	1/1/1989
	Trairão	Lei 5695 - 13/12/1991	1/1/1993
Transamazônica Oriental	Altamira	Dec. 1234 - 06/11/1911	1/1/2012
	Sen. J. Profirio	Lei 2460 - 29/12/1961	Restaurado
	Porto de Moz	Dec. 2805 - 10/12/1937	Restaurado
	Uruará	Lei 5435 - 05/05/1988	1/1/1989
	Medicilândia	Lei 5438 -06/05/1988	1/1/1989
	V. do Xingu	Lei 5701 - 13/12/1991	1/1/1993
	Brasil Novo	Lei 5692 - 13/12/1991	1/1/1993
	Placas	Lei 5783 - 20/12/1993	1/1/1997
	Anapu	Lei 5929 - 28/12/1995	1/1/1993
	N. Progresso	Lei 5700 - 13/12/1991	1/1/1993
Vale do Jamanxim e Jacareacanga	Jacareacanga	Lei 5591 - 13/12/1991	1/1/1993

Fonte: Demografia ZEE Zona Oeste, a partir da Secretaria especial de Estado e Gestão: síntese dos municípios paraenses, 2000.



• População Rural e Urbana

Em 1960 a população da Área de Influência Zona Oeste era eminentemente rural com 72,06 % residindo no campo e 27,94 % residindo nas cidades. Na década seguinte, ocorreu uma significativa queda da população rural, frente à população urbana, na ordem de 8,88 %. Nesse sentido, podemos dizer que, antes da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) e da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), já havia uma tendência de urbanização da população nessa região. Dentre os municípios que mais se destacaram, estão: Itaituba (18,96 %), Altamira (14,08 %) e Santarém (10,5 %).

• Composição Etária e Sexo

A composição por sexos (homens e mulheres) da população da Área de Influência Zona Oeste caracterizava-se, em 1960, por um ligeiro predomínio de homens (50,96 %) sobre o de mulheres (49,04 %). Em 1970, a razão de sexos evoluiu para (50,85 %) homens e (49,15 %) mulheres, mantendo-se bem equilibrado entre as duas últimas décadas.

Em 1960, as proporções de pessoas entre 0 – 14 anos, era de 49,86 % homens e 50,64 % mulheres, enquanto que a proporção de idosos, 60 ou mais anos era de 51,37 % homens e 48,63 % mulheres.

Em 1970, a faixa de 0 – 14 anos, era de 50,33 % homens e 49,67 % mulheres, enquanto que os idosos, 65 ou mais anos, eram representados respectivamente por 48,33 % homens e 51,67 % mulheres.

• Fluxos Migratórios Intrarregional

O fluxo migratório interestadual para a Área de Influência Zona Oeste, em 1960, foi de 15.021 imigrantes, destes, 2.433 tiveram origem em estados da Amazônia Legal. Santarém foi o município que recebeu o maior contingente (61,57 %) do total de imigrantes oriundos dessa região. Do total de imigrantes que se dirigiram para esse município, destacaram-se os amazonenses (57,87 %), acreanos (18,62 %) e maranhenses (14,68 %). Os maranhenses também se destacaram em outros municípios como Altamira (69,96 %) e Itaituba (48,71 %).

Em 1970, a Área de Influência Zona Oeste recebeu 16.059 imigrantes, destes, 3.571 tiveram origem em estados da Amazônia Legal. Novamente o município de Santarém obteve o maior fluxo com 61,29 % do total de imigrantes e dentre eles se destacaram os amazonenses (48,92 %), maranhenses (28,18 %) e acreanos (12,69 %).

Os maranhenses também tiveram destacada imigração para os municípios de Altamira (73,63 %) e Itaituba (62,57 %) e Senador José Porfírio (93,02 %).

• Fluxos Migratórios por Estados de Maior Migração

Dos seis municípios (Juruti, Santarém, Prainha, Porto de Moz, Altamira e Itaituba) que compunham, em 1960, o que hoje se chama “Área de Influência Zona Oeste”, Santarém foi o que mais recebeu migrantes, principalmente oriundos do Ceará, conhecidos localmente como “arigós”. Eles também se dirigiram para os demais municípios, principalmente para Altamira, Itaituba e Juruti. Os maranhenses também se destacaram nesse período de reaquecimento da exploração da borracha e surgimento dos garimpos de ouro, em 1958, no rio das Tropas, município de Itaituba.

1980 - 2005

• População Residente, Densidade e Crescimento Demográfico

Na Área de Influência Zona Oeste, em 1980, existiam somente oito municípios com uma população residente de 375 915 habitantes. Uma década depois, durante o censo de 1991, já eram 11 municípios com 643 744 habitantes; no censo de 2000 atingiram 767 994 habitantes distribuídos em 19 municípios e, na projeção 2005, 845 320 habitantes. Nesse período, os municípios da Área de Influência Zona Oeste que mais ampliaram seus contingentes populacionais foram: Santarém, Itaituba e Altamira. Veja Figura 8.

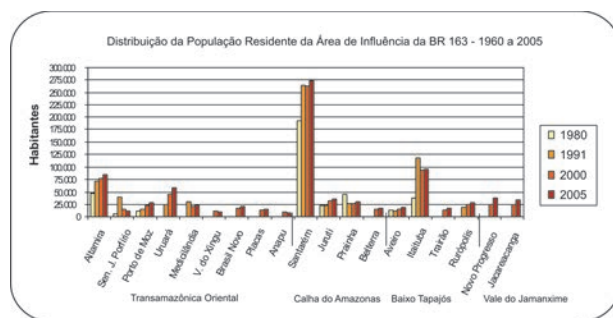


Figura 8. Distribuição da População Residente da Área de Influência da Zona Oeste – 1980 a 2005
Fonte: Demografia ZEE BR – 163, a partir do IBGE_CENSOS de 1980 a 2000. Projeção 2005



Considerando o censo 2000, Santarém, dentre os municípios da Área de Influência Zona Oeste, é a que apresenta a maior densidade demográfica com 10,79 hab/km², seguido de Belterra (5,55 hab/km²), Uruará (4,18 hab/km²), Vitória do Xingu (3,76 hab/km²) e Juruti (3,74 hab/km²). Os demais municípios apresentam densidades entre 3,54 e 0,02 hab/km². Nesse sentido, pode-se dizer que existe certo vazio demográfico na região, se comparada com áreas de alta concentração populacional, como aquelas conhecidas na região sudeste do Brasil. Veja Figura 9.

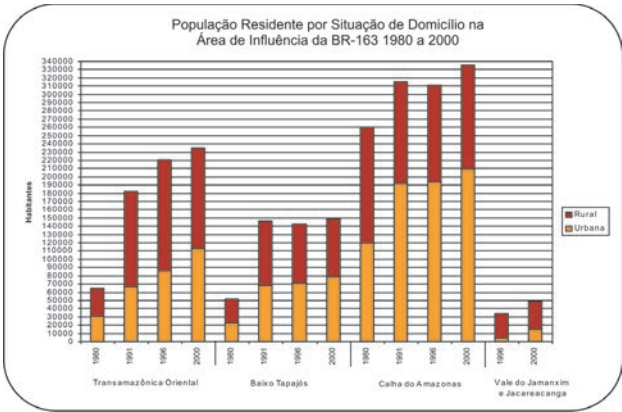


Figura 9. População Residente por Situação de Domicílio na Área de Influência da Zona Oeste – 1980 a 2005

Fonte: Demografia ZEE BR-163, a partir do IBGE_CENSO: 1980,1991 e 2000. Contagem de 1996

O município de menor concentração populacional é Belterra (4,34 %). Não obstante, o processo de expansão do cultivo de soja nesse município poderá promover significativas mudanças do ponto de vista demográfico, pois, de acordo com a Projeção populacional realizada pelo IBGE, 2005, a população desse município teve um incremento de aproximadamente 18 % em cinco anos (2000-2005).

Outro aspecto importante relativo à temática do crescimento populacional da Área de Influência Zona Oeste diz respeito às taxas médias geométricas de crescimento anual dos municípios. Essas taxas, com algumas exceções, promovidas por situações especiais, que demandariam pesquisas mais aprofundadas, geralmente são elevadas com comportamento acima de 1 % ao ano. Isso é típico das áreas em processo de expansão demográfico. Veja Figura 10.

População Rural e Urbana

Em 1980 a população da Área de Influência Zona Oeste, conferia com o predomínio da população rural sobre a urbana, ainda que com uma diferença percentual de apenas 14 %. Notadamente essa década já aponta para um fenômeno de urbanização que se anunciava na Amazônia.

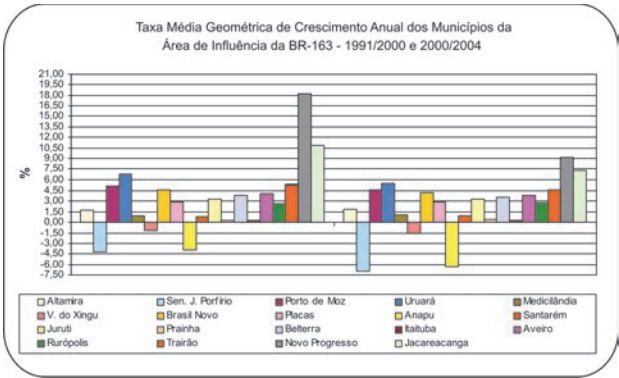


Figura 10. Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual dos Municípios da Área de Influência da Zona Oeste – 1991/2000 e 2000/2004

Fonte: Demografia ZEE BR- 163, a partir do IBGE. Tendências Demográficas, 2004; SIDRA, 2006.

Entre 1980/2000, o crescimento da população urbana na Área de Influência Zona Oeste foi em torno de 134 %. Portanto, reproduzindo a tendência de urbanização que o Brasil conhece desde os anos de 1940. De acordo com o último censo a população residente apresenta a seguinte situação: 45,80 % rural e 54,20 % urbana.

• Composição Etária e Sexo

A composição por sexos (homens e mulheres) da população da Área de Influência Zona Oeste caracterizava-se, em 1980, por um ligeiro predomínio de homens 51,40 % sobre o de mulheres 48,60 %. Em 1991, a razão de sexos foi 51,73 % homens e 48,27 % mulheres. Em 2000, a razão de sexos foi 51,78 % homens e 48,21 % mulheres. No geral quando analisamos a composição etária se percebe que há um ligeiro predomínio de homens sobre mulheres.

Em 1980, as proporções de pessoas entre 0 – 14 anos, era de 50,75 % homens e 49,25 % mulheres, enquanto que a proporção de idosos, 65 ou mais anos era de 49,71 % homens e 50,29 % mulheres.

Em 1991, a faixa de 0 – 14 anos, era de 50,68 % homens e 49,32 % mulheres, enquanto que os idosos, 65 ou mais anos, eram representados respectivamente por 55,46 % homens e 44,54 % mulheres.

Em 2000, a faixa de 0 – 14 anos, era de 50,68 % homens e 49,02 % mulheres, enquanto que os idosos, 65 ou mais anos, eram representados respectivamente por 52,12 % homens e 47,88 % mulheres. Veja Figura 11.

• Fluxos Migratórios Intrarregionais

O fluxo migratório interestadual para a Área de Influência Zona Oeste, em 1980, foi de 90.129 imigrantes, destes, 24.710 tiveram origem em estados da Amazônia Legal. Itaituba foi o município que recebeu o maior contin-

gente (40,70 %) do total de imigrantes oriundos dessa região. Do total de imigrantes que se dirigiram para esse município, destacaram-se os maranhenses (89,53 %), amazonenses (4,97 %), mato grossense (3,62 %). Veja Figura 12.



Figura 11. População Residente por Sexo e Faixa Etária: Área de Influência da BR-163 - 2000
Fonte: Demografia ZEE BR-163, a partir do Censo de 2000

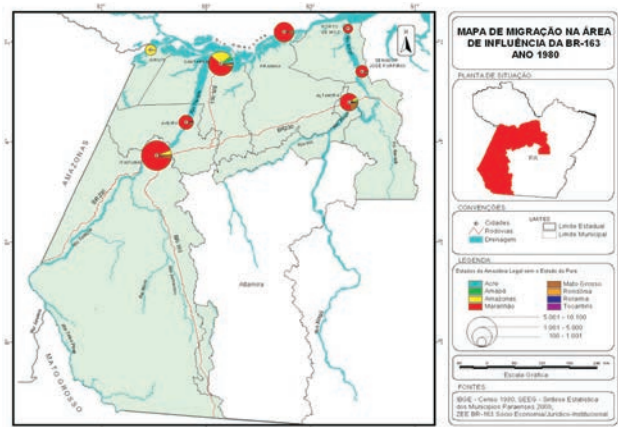


Figura 12. Migração Intrarregional 1980
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG - Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

Em 1991, a Área de Influência da Zona Oeste recebeu 167.592 imigrantes, destes, 71.070 tiveram origem em estados da Amazônia Legal. Veja Figura 13). O município de Itaituba obteve o maior fluxo com 46,96 % do total de imigrantes e dentre eles se destacaram os maranhenses (93,23 %).

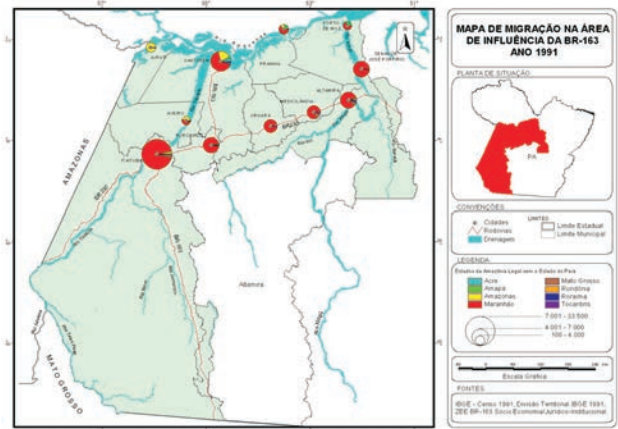


Figura 13. Migração Intrarregional 1991
Fonte: UFPA/NAEA/NUMA/MPEG - Projeto Diagnóstico ZEE-BR-163 (2006)

O fluxo migratório interestadual para a Área de Influência Zona Oeste, em 2000, foi de 189.214 imigrantes, destes, 73.876 tiveram origem em estados da Amazônia Legal. Novamente Itaituba foi o município que recebeu o maior contingente (29,93 %) do total de imigrantes oriundos dessa região.

• Fluxos por Estados de Maior Migração

O período que antecede o censo de 1980 foi marcado pela construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica) e pelo Programa Integrado de Colonização (PIC/Incra), situação que promoveu, em larga escala, a migração para essa região. Assim, os maiores fluxos migratórios, por estado, para esse período, foram de cearenses, maranhenses e paranaenses.

A migração dos anos de 1980, registrada no censo de 1991, cresceu consideravelmente em relação aos censos anteriores. Os cearenses e maranhenses lideraram o processo migratório para a Área de Influência Zona Oeste, embora os maranhenses tenham sido superiores aos cearenses em dez dos doze municípios em questão.

No momento de realização do censo 2000, a Área de Influência Zona Oeste, já apresentava 14 quatorze municípios: Juruti, Santarém, Belterra, Prainha, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapu, Altamira, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Itaituba e Aveiro. Portanto, em três décadas (1970 a 2000), o número de municípios dessa área cresceu de 14 quatorze para dezenove municípios, logo, mais de 200 %. Nesse mesmo período a migração se manteve em níveis elevados de crescimento. Em 2000, os maranhenses se dirigiram para todos os municípios, com maior destaque para o município de Itaituba, Jacareacanga, Aveiro, Rurópolis e Senador José Porfírio.

Processo de urbanização na Área de Influência Zona Oeste

Analisando os dados censitários de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 percebe-se na área de influência Zona Oeste uma tendência crescente na taxa de urbanização. Em 1960 a taxa de urbanização correspondia a 39,95 % da população residente na área, em 2000 essa taxa passou para 53,57 % da população, podendo se afirmar assim, que a maior parte da população residente na área de influência Zona Oeste reside em áreas urbanas.

Essa mudança que marca o processo de urbanização da área mesmo ocorrendo desde a década de 1960, intensifica-se a partir da década de 1980, sendo que a partir de

1991 dos 688.744 habitantes residentes na área, 372.051 habitantes moravam em áreas urbanas representando 54,02 % da população. Não obstante, cabe ressaltar que nesse ano, nem todas as subáreas apresentavam população urbana superior à rural, essa taxa de urbanização era puxada pela subárea da Calha do Amazonas que em 1991 se destacava das demais com 60,99 % da população residente em área urbana.

A tendência crescente na taxa de urbanização na área de influência Zona Oeste reflete uma tendência mais geral. Em 1970 a taxa de urbanização na região norte era de 45,13 % e no Pará era de 47,12 %, sendo que em 2000, essa taxa passou para 69,97 % na região Norte e 66,55 % no Estado do Pará. Veja a Tabela 3.

A distribuição espacial da população residente por subárea na Área de Influência Zona Oeste entre os censos de 1960 e 1970 demonstra uma concentração populacional na subárea da Calha do Amazonas. Em 1960 dos 181.459 habitantes da área de influência Zona Oeste, 116.810 residiam na Calha do Amazonas, sendo que o município de Santarém se destacava com 93.440 habitantes em 1960, e 133.919 habitantes em 1970. As demais subáreas tinham uma população bem abaixo da população desta subárea e do município de Santarém.

Nas décadas seguintes, ocorreu um significativo crescimento e distribuição espacial da população residente na Área de Influência Zona Oeste. Entre os censos de 1980 e 2000 percebe-se um crescimento da população residente em todas as subáreas, sendo que acompanhado de um maior crescimento da população urbana sobre a rural. Segundo o censo de 2000 existiam na Área de Influência Zona Oeste 752.696 habitantes, sendo 400.936 moravam em áreas urbanas.

Dentre as subáreas da área de influência Zona Oeste a Calha do Amazonas apresentou o maior crescimento absoluto e maior taxa de urbanização. Segundo o censo de 2000

esta subárea tinha o maior contingente populacional da área influência Zona Oeste com 335.631 habitantes. Outra subárea que se destaca do ponto de vista da evolução da população absoluta e urbana é a Transamazônica Oriental. Segundo censo de 2000 esta tinha 234.421 habitantes. A subárea do Baixo Tapajós e do Vale Jamanxim apresentaram uma evolução da população absoluta e rural mais estável, sendo que no censo de 2000 apresentavam respectivamente 148.970 habitantes e 48.972 habitantes.

Para um melhor aprofundamento dos dados referente à taxa de urbanização na Área de Influência Zona Oeste, é preciso que se analise também junto com a taxa de urbanização por subárea, a taxa de urbanização por municípios. Isso permitirá perceber que o processo de urbanização não é homogêneo nas subáreas, havendo municípios que se destacam mais do que outros, levando até certo ponto a afirmar que a região não é tão urbanizada quanto parece.

Em síntese, na Área de Influência Zona Oeste, segundo o censo 2000, a população urbana compreende 416.234 habitantes (54,20 %) e a população rural 351.760 habitantes (45,80 %). Desse modo, temos um ligeiro predomínio da população urbana sobre a rural. Essa situação, no entanto, é pressionada pela população dos três municípios mais populosos e urbanizados dessa área: Santarém (70,96 % urbana), Itaituba (68,06 % urbana) e Altamira (80,43 % urbana).

Estrutura Fundiária

A assinatura do Decreto-Lei 1.106 de 1970, criando o Programa de Integração Nacional (PIN), parecia mostrar que o Estado, a par dos privilégios concedidos até então exclusivamente ao setor empresarial, garantiria também espaço considerável à pequena produção agrícola em seus projetos. Em 9 de julho de 1970, o Decreto

Tabela 3. Taxa de Urbanização da Área de Influência da BR-163 de 1960 a 2000

Região / Estado / Sub-Área	Taxa de urbanização				
	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	*	45,13	51,63	59,0	69,87
Pará	*	47,12	48,98	52,45	66,55
Transamazônica Oriental	20,63	32,82	46,86	36,45	48,07
Calha do Amazonas	29,74	39,78	46,13	60,99	62,38
Baixo Tapajós	10,80	22,71	44,39	46,74	52,96
Vale do Jamanxim e Jacareacanga	-	-	-	-	31,24

Fonte: Demografia ZEE BR-163, a partir do IBGE_CENSOS: 1960 a 2000
* Dados não disponíveis

nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). O Incra recebeu a jurisdição sobre as áreas desapropriadas pelo governo federal no Pará, através do Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferia à União todas as terras devolutas situadas numa faixa de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, veja as Figuras 14 a 19.¹⁰

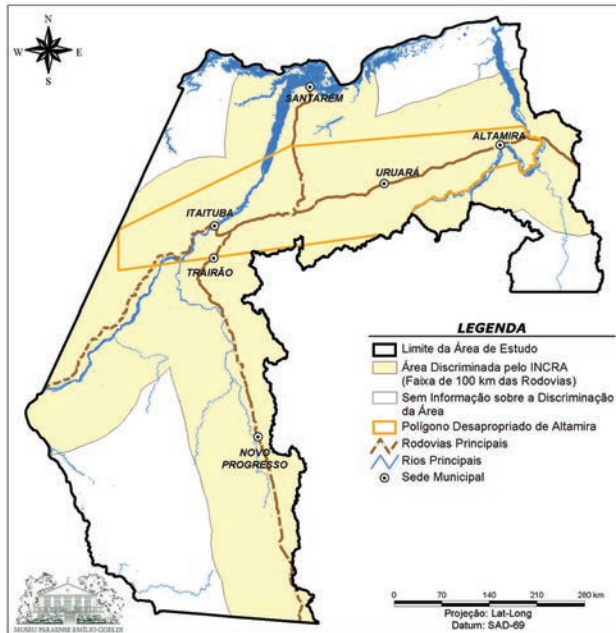


Figura 14. Situação Fundiária em 1971
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

Foi então estabelecido um programa de quotas para a instalação dos colonos, composto de 75 % de migrantes nordestinos e 25 % de migrantes provenientes dos Estados do Sul do País, onde a fragmentação extrema das propriedades contribuía ao acirramento dos problemas fundiários. O Incra ficaria encarregado da instalação de 100.000 famí-

lias numa primeira fase do projeto. A infra-estrutura necessária seria completada pela criação e diversificação de núcleos urbanos, hierarquizados de acordo com o tamanho e o tipo de equipamento social disponível: as “Agrópolis” e as “Rurópolis”, construídas ad hoc – e pela injeção de recursos nas cidades já existentes. O colono, residindo em “Agrovilas”, encontraria nesses núcleos maior assistência médica e apoio técnico, além de lugares onde poderia “levar uma vida social” (sic).

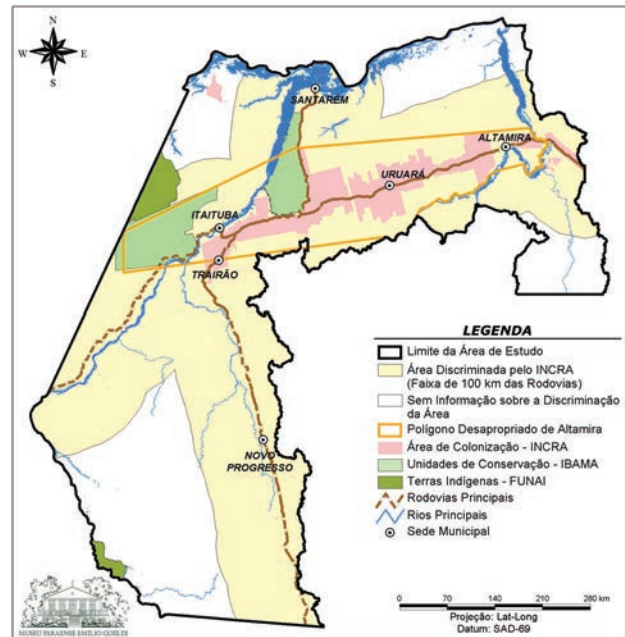


Figura 15. Situação Fundiária - 1972 a 1987
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

Os terrenos destinados à colonização foram divididos em lotes de 100 hab, e ligados à rodovia principal por estradas vicinais (*travessões*) quando não se encontravam às margens da Transamazônica. A distribuição dos lotes na área do “Polígono desapropriado de Altamira”, compreendendo os Projetos Integrados de Colonização (PIC) Alta-

¹⁰ Em 10 de abril de 1971, o Governo Federal promulga o Decreto-Lei n.º 1.164, declarando indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km (cem quilômetros) de largura de cada lado do eixo de rodovias federais construídas, em construção e/ou planejadas na Amazônia Legal. Cortado pelas Rodovias Transamazônica (BR-230) e pela Cuiabá-Santarém (BR-163), o Município de Itaituba, em sua quase totalidade, excetuando-se em pequenas faixas de terra na porção central do município, compreendendo as nascentes dos rios Piranhas e Surubim, passou a ter suas terras controladas pela União.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 2.375, de 24 de novembro de 1987, publicado no Diário Oficial da União de 25 de novembro do mesmo ano, revoga o Decreto-Lei n.º 1.164 e dispõe sobre as faixas de terras públicas devolutas afetas ao Uso Especial do Ministério do Exército no Estado do Pará (municípios de Altamira, Marabá e Itaituba) entre outros, além das terras contidas na faixa de fronteiras.

Em 22 de março de 1988 é sancionado pelo Presidente da República o Decreto-Lei n.º 95.859, que afeta ao Uso Especial do Ministério do Exército, tomando por base a Exposição de Motivos nº 015 de 18 março de 1988, oito Glebas no Estado do Pará, sendo que, 5 destas (Cururu, Juruena, Prata, Damião e parte da Limão), abrangem a área do município de Itaituba, com cerca de 1.763.751,4253 hectares, correspondendo a 10,6% da área do município.

A gleba Limão possui um total de 696.500,0000 hectares, mas no município de Itaituba possui apenas 234.134,0065 hectares, perfazendo cerca de 1,4% da área do município. O restante encontra-se em terras do município de Altamira.

A gleba Cururu possui cerca de 439.583,2188 hectares, perfazendo 2,7% do território do município. Limita-se a leste com área pertencente ao Estado Maior das Forças Armadas; ao norte com a Reserva Florestal de Mundurucânia; a noroeste com a Gleba Juruena, também afeta ao Uso Especial do Exército; a sudeste com a Área Indígena Kayabi e se superpõe em cerca de 126.652,3269 hectares à Área Indígena Mundurucu.

A gleba Juruena, com seus 429.500,0000 hectares, perfaz cerca de 2,5% da área do município. Limita-se a sudeste com a gleba Cururu, ao sul com a Área Indígena Kayabi e se superpõe totalmente à Área Indígena Mundurucu.

A gleba Prata possui cerca de 222.034,2000 hectares, perfazendo aproximadamente 1,3% do território do município. Limita-se ao sul com a Reserva Garimpeira do Tapajós e ao norte com a gleba Damião. A Gleba Damião possui uma área de aproximadamente 440.500,0000 hectares (cf. www.seicom.pa.gov.br/diram/docs/trab_public/camga/solo_sub/solo_sub02.doc).

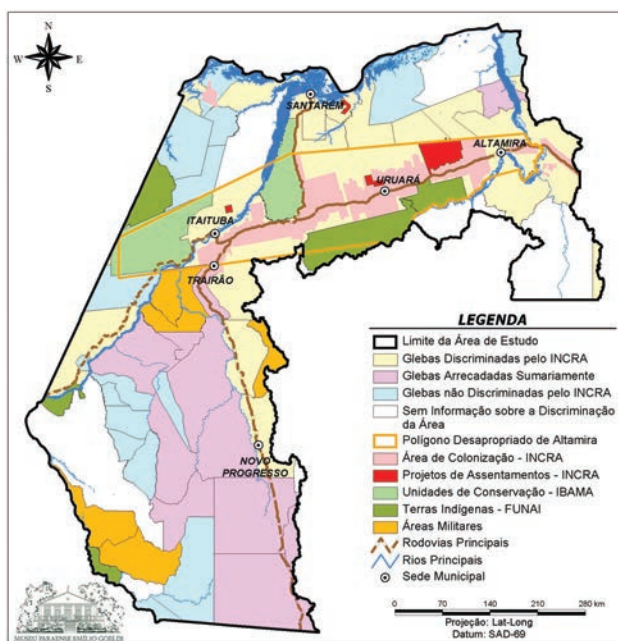


Figura 16. Situação Fundiária em 1988 a 1995
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

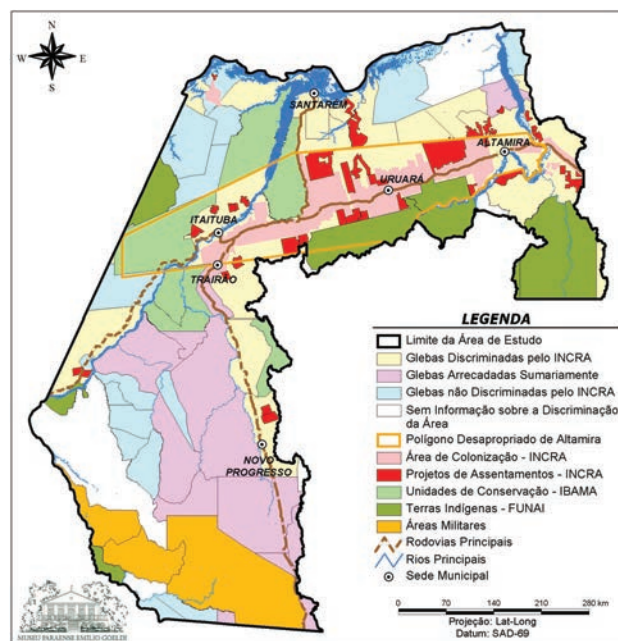


Figura 17. Situação Fundiária em 1996 a 2000
Fonte: ZEE- Arquivo Sócio Economia (NAEA), 2006.

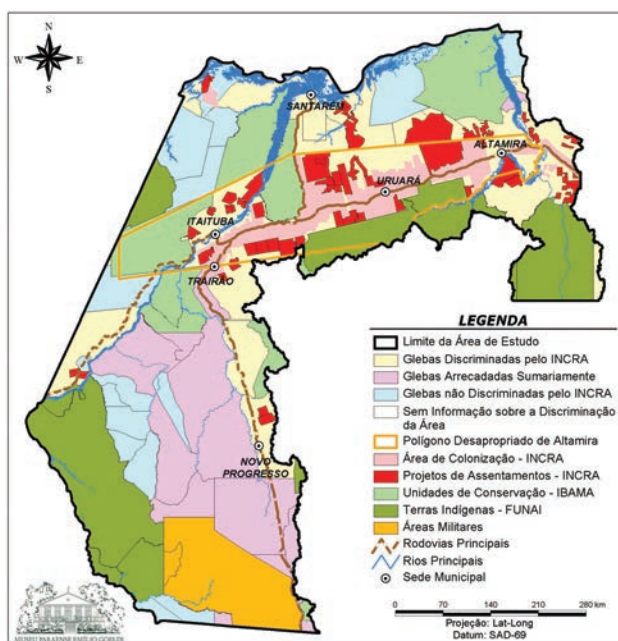


Figura 18. Situação Fundiária em 2001 a 2005
Fonte: ZEE- Arquivo Sócio-economia (NAEA), 2006.

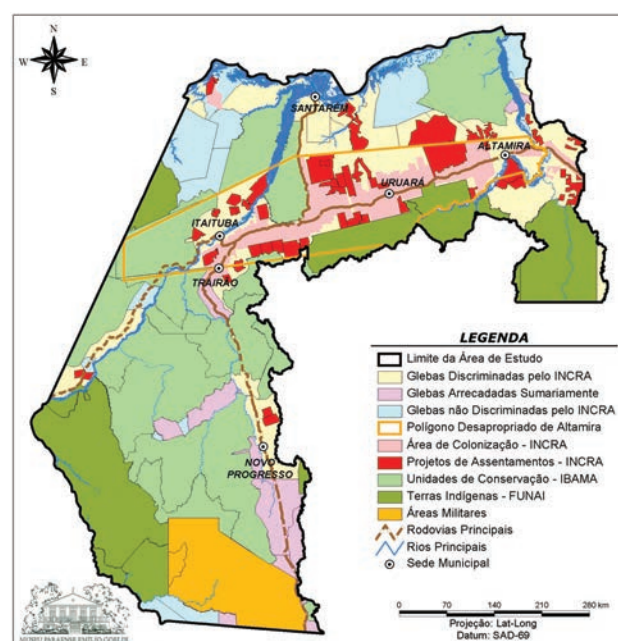


Figura 19. Situação Fundiária atual - 2006
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

mira e Itaituba¹¹, foi efetuada em três etapas iniciais. Por volta dos dois primeiros anos da colonização (até 1972), são ocupados os lotes de 100 hab da “faixa” da estrada. Os migrantes começam então a avançar floresta adentro, cortando picadas sinuosas no traçado das vicinais previstas mas ainda não abertas pelo Incra. A distribuição dos lotes de 100 e 500 hab, e a abertura de vicinais numa área de 12 km dos dois lados da estrada tal como previsto no projeto original efetua-se em seguida, de forma mais lenta, na maior parte dos casos para regularizar a situação dos migrantes já residentes, e só terminaria ao final dos anos 1970.

¹¹ O polígono desapropriado de Altamira tem suas bases no Decreto-Lei n° 68.443/71. Parte dessa área desapropriada foi destinada à colonização, conforme registro nos Decretos-Leis de n°s 1.106/70 e 1.164/71. O PIC/Itaituba tem suas origens nos Decretos n°s 67.557/70, 68.443/71, 1.106/70, 1.164/71 e Portaria Incra n° 129/78, e encontrava-se sediado na Vila de Miritituba.

Nos anos subsequentes, assiste-se a um decréscimo do afluxo de migrantes, ao abandono de lotes e/ou à grande rotatividade das populações. Alguns, porém, embora figurando como desistentes, em realidade venderam o direito de ocupação de um terreno bem localizado (contratando a transferência do título definitivo ao comprador, quando de seu recebimento posterior), para obter um pequeno capital que lhes permitisse recomençar em melhores condições ocupando áreas mais distantes da rodovia.

Dadas as péssimas condições de trafegabilidade da Transamazônica e das vicinais, o que desde o início constituiu um dos mais graves problemas para o escoamento da produção e o acesso a bens e a serviços pelos colonos, a localização do terreno – além da fertilidade do solo – sempre teve enorme influência sobre o valor da terra. Adotando a estratégia de desfazer-se de um lote próximo da “faixa” para capitalizar-se - ou diante da impossibilidade de obtê-lo - muitos ocupantes vão se instalar bem além do perímetro de 12 km da colonização, a 30 km ou 40 km da estrada principal.

Na terceira fase, entre 1982 e 1984, o Incra libera reservas florestais e demarca lotes para além do limite de 12 Km.

A colonização ao longo da Transamazônica mantém uma estrutura agrária relativamente mais homogênea do que outras zonas da área de abrangência, apesar de seguir uma tendência à pecuarização dominante em toda a região, que sempre acarreta maior concentração fundiária, mormente em alguns pontos (como por exemplo em torno do Km 140 direção Altamira-Itaituba, etc.). O sucesso obtido em certas épocas por culturas perenes como o cacau e a pimenta-do-reino, nos anos 1990, contribuiu substancialmente para a manutenção desta situação.

Em seus primórdios, no entanto, a colonização esteve longe de atender às expectativas do ambicioso projeto do governo militar. Em 1974, os custos de construção da rodovia já haviam excedido em três vezes o orçamento inicial, e as vicinais não eram abertas; as sementes de arroz fornecidas aos colonos em 1972-73 não eram adaptadas ao clima local, provocando a perda de colheitas inteiras, e uma queda da produtividade agravada pelo declínio dos preços. A região, dadas as suas características ecológicas face às técnicas agrícolas então disponíveis jamais se tornaria o “celeiro do mundo” a curto prazo, como se esperava. Desde 1974, o governo volta então a privilegiar exclusivamente a empresa privada para a ocupação da região, agora também sob uma nova forma – a da “empresa rural familiar”.

Ordenamento territorial e transformação das formas de acesso à terra

O que estava em jogo nesse favorecimento da empresa privada no desenvolvimento da Amazônia por diversas instâncias governamentais, era uma progressiva, porém definitiva metamorfose das formas de acesso à terra nas áreas de fronteira do Norte. Essa transformação afetaria tanto a pequena agricultura itinerante praticada por vagas de migrantes provenientes do entorno da *plantation* nordestina que, desde os anos 1950, atravessavam no sentido leste-oeste os vales dos grandes afluentes do Amazonas, quanto o povoamento oriundo do período da borracha, concentrado principalmente em áreas ribeirinhas (não só em torno dos grandes rios, como o Xingu e o Tapajós, mas também de afluentes menores explorados na época da borracha, como o Iriri).

A relação de propriedade (no sentido de apropriação individual da terra) sempre assumira na região um caráter singular. Havia uma espécie de “reconhecimento prático” de quem era ou não “dono” das áreas, independentemente da existência de títulos legais. Esse “reconhecimento prático” era na verdade característico de uma sociedade em que o fundamento das formas de dominação não era tanto o controle sobre a terra, e sim o **controle do acesso ao mercado**¹² pelo capital mercantil, no regime do aviamento (economia pouco monetarizada e mercado fundiário praticamente inexistente).

Embora assim a Lei de Terras de 1850 instaurasse a possibilidade e criasse regras (largamente excludentes da maioria das populações rurais) - posteriormente complementadas por legislações estaduais - para a constituição de patrimônios fundiários privados, poucos títulos eram expedidos. Com algumas (notáveis) exceções¹³, o apossamento de áreas não recebia tratamento jurídico por parte de muitas populações de migrantes e/ou de regionais, em cujo seio constituía não obstante objeto de acordos diversos que incluíam alternância no uso de áreas de capoeira e de outros espaços de exploração dos recursos naturais.

O fato é que os debates jurídicos sobre a legitimidade da posse e de cadeias patrimoniais baseadas em documentos paroquiais, ofícios cartoriais, etc. – surgem em decorrência direta de um acirramento da apropriação de vastas áreas

12 Cf. sobre uma forma de dominação baseada no controle do acesso ao mercado LÉNA, P.; GEFFRAY, C.; ARAÚJO, R. *La domination paternaliste au Brésil* número spécial de *Lusotopie*

13 Desde os anos 1920, já na crise da borracha, o estado do Pará torna-se palco de uma transferência de terras públicas para as mãos de particulares, através das leis estaduais 1741, de 1918 (permite compra de terras devolutas do estado) e 1947, de 1920 (aforamento perpétuo). Essa transferência, que incide diretamente sobre os castanhais da região de Marabá, torna-se a base da constituição de oligarquias (propriamente) fundiárias na região [os Mendonça – que, entre 1920 e 1940, retiram sua influência de Deodoro de Mendonça, secretário de Lauro Sodré; e os Mutran, a partir de 1940, no governo de José Malcher, cujo apogeu político dá-se nos anos 1950 (UDN)], e demonstra de forma particularmente límpida a importância nesse processo dos mecanismos de controle das instituições, bem como a inconsistência das políticas estaduais no período (cf. Emmi, 1988).

devolutas (mas não necessariamente desocupadas) resultando em expropriação de populações. De acordo com Loureiro e Pinto (2005) a partir dos anos 1970 e 1980, a terra pública, habitada secularmente por colonos, ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, re-vendiam a terra pública como se ela fosse própria). Em ambos os casos, era frequente que as terras fossem demarcadas pelos novos proprietários numa extensão muito maior do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido.

O Estado por sua vez longe de combater esses delitos, apoiava a grilagem de terras na Amazônia, tornando legal a aquisição de terras demarcadas ou compradas fraudulentamente, muitas delas já aquinhoadas com incentivos fiscais. O Governo Federal regularizou (por meio das Medidas Provisórias 005 e 006, de 6/6/1976 da Casa Militar da Presidência da República) as terras griladas e deu à Justiça os instrumentos legais de que esta precisava para legalizá-las e, posteriormente, promover a expulsão dos antigos moradores. (LOUREIRO; PINTO, *idem*). Mesmo nas áreas de estabelecimento de projetos de colonização, onde o módulo rural era de 100 hectares, o Incra “*só registrava como posse [de antigos moradores] as capoeiras e mesmo, não raras vezes, só a roça que estava sendo cultivada quando da visita de seus funcionários. Os lavradores, que foram assim enganados pela perspectiva de serem donos, acabaram recebendo uma licença de ocupação de 20, 10 e até 2 ou 3 hectares*” (LEROY, 1991:90). A própria criação de unidades de conservação, estreitamente vinculada a projetos oficiais de prospecção madeireira e mineral (durante a execução do PIN), se fazia em detrimento via de regra daqueles que aí vivessem. É o caso, por exemplo, da Flona do Tapajós, cuja criação em 1974 acarretou a extinção de várias “comunidades” de moradores, permanecendo ainda hoje numa situação de indefinição relativamente a 18 povoados da margem direita do Tapajós.

Caracterização da economia regional

A conformação da economia dos municípios do entorno Zona Oeste, está ligada diretamente aos diferentes processos engendrados de maneira espontânea e/ou planejada que marcaram a intervenção na região amazônica, nas últimas três décadas e meia. Em verdade, o processo de ocupação da região Amazônica, sempre esteve relacionado a mecanismos de valorização econômica,

através do qual, a sua integração com o resto da economia nacional, foi o próprio fator motivador das intervenções dirigidas pelo Estado brasileiro.

Neste particular, a construção de estradas como a Belém-Brasília (BR-316), Cuiabá-Porto Velho (BR-364), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), seria o próprio caminho que permitiria a penetração do desenvolvimento econômico nas áreas mais distantes do Brasil, ao mesmo tempo que se criaria a possibilidade de um elo de ligação com as necessidades de crescimento da economia brasileira, em que pese especialmente seu setor exportador, localizado no centro-sul do país.

De fato, desde sua concepção, com o Programa de Integração Nacional (PIN), as rodovias Transamazônica: ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia Ocidental – Rondônia e Acre, e a Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica e ao Porto de Santarém, foram idealizadas como instrumentos de ocupação, colonização e expansão econômica do território brasileiro.

Assim, a configuração da BR-163, com trechos comuns com a BR-364 e BR-230, visava criar um corredor nacional de exportação de grãos no País, ao mesmo tempo que permitiria o assentamento programado de colonos em suas faixas de terras contínuas, previamente definidas para esta finalidade.

Todavia, os projetos de assentamentos oficiais, foram cedendo espaço para projetos de assentamento privados e outras formas de ocupação da terra, quase sempre de maneira ilícita, moldando a atual estrutura fundiária da região, à medida que diferentes “ciclos econômicos” impunham a necessidade de ocupação de terras e sua exploração econômica. Cria-se, desse modo, um vínculo direto entre a ocupação dos espaços territoriais, em que se destaca a formação dos núcleos urbanos, e a própria dinâmica de crescimento das atividades econômicas que a impulsionam, e delimitam seus espaços de atuação, inclusive, de poder político.

Dentro da perspectiva acima, as experiências de diferentes ciclos de desenvolvimento econômico de algumas atividades na região, segue esse eixo, do qual pode-se identificar a predominância de três diferentes tipos de economia, não necessariamente em ordem cronológica: a economia mineral, em função das áreas de garimpo situadas principalmente no Baixo Tapajós; a economia da pecuária e madeireira, envoltas em um mesmo tempo histórico de ocupação; e mais recentemente, visualiza-se uma economia do agronegócio, centralizada na agricultura mecanizada, mas especificamente na produção de grãos: soja, arroz e milho.

A análise a ser realizada, neste capítulo, terá como objetivo considerar os municípios envolvidos na área

Zona Oeste, segundo a regionalização feita pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹⁴. A idéia é verificar a evolução da posição absoluta e relativa das economias desses municípios, no contexto do estado do Pará e da economia formada pelos municípios paraenses na chamada área de influência Zona Oeste. Esta caracterização será feita a partir da evolução agregada da economia desses municípios, destacando-se, entretanto, àquelas atividades econômicas, consideradas a priori como mais dinâmicas no desenvolvimento da região como: agricultura e pecuária.

Em verdade, aspectos mais detalhados do funcionamento das atividades geradoras de maiores economias externas ao crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios considerados, como pesca, extrativismo mineral, extrativismo vegetal – exploração madeireira e de produtos florestais não-madeiros; pecuária; turismo, entre outros, serão objeto de estudo em capítulos específicos neste relatório.

Por fim, há que se destacar nessa introdução o caráter limitador dos dados em algumas situações, uma vez que algumas variáveis econômicas para os municípios não possuem uma série regular razoavelmente grande para se fazer algumas ilações estatísticas (econômicas) mais rigorosas. Assim, por exemplo, alguns indicadores econômicos quanto o grau de mecanização das culturas agrícolas, apenas existem como decorrência de extrapolações feitas pelo Censo Agropecuário de 1995/1996 do IBGE.

Caracterização geral da economia dos municípios paraenses do entorno da Zona Oeste

A caracterização da economia dos municípios paraenses do entorno da Zona Oeste, passa necessariamente pela definição de seu espaço de atuação. Uma primeira delimitação espacial remonta a área compreendida pelo Oeste Paraense, cuja estrutura territorial atrela-se aos rios Amazonas, Tapajós e Xingu e ao percurso integrado das rodovia BR-163 e BR-230. Esta grande região, em geral, é tratada como formadora de duas grandes mesorregiões: mesorregião do Baixo Amazonas e mesorregião do Sudoeste do Pará. A primeira formada pelos municípios de Óbidos, Faro, Juruti, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha, Santarém, Almerim e Porto de Móz. A segunda formada pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Pro-

gresso, Rurópolis, Trairão, Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará, e Vitória do Xingu.

Essas duas Mesorregiões: Baixo Amazonas e Sudoeste do Pará contribuem com cerca de 9 % e 6 %, respectivamente, com o PIB da economia paraense, perfazendo, portanto, apenas 15 % do PIB do estado veja nas Figuras 20 e 21.

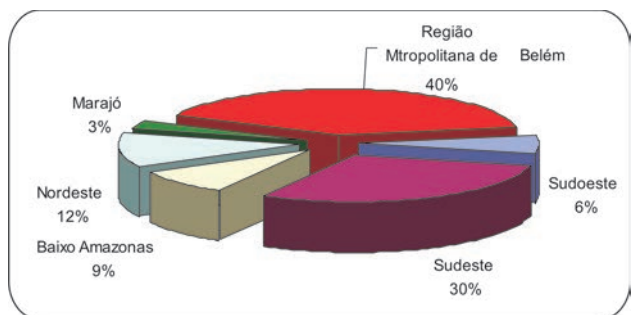


Figura 20. Participação relativa das Mesorregiões do Estado do Pará no PIB do Estado
Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

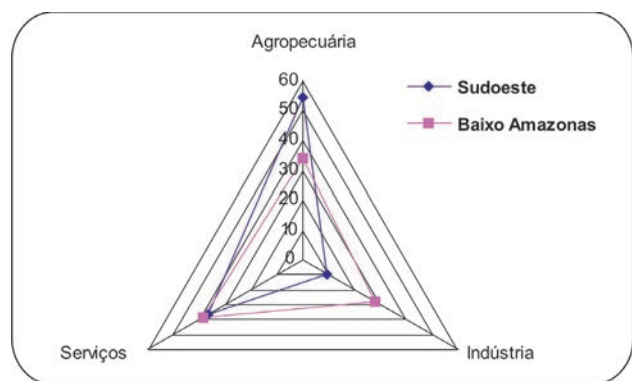


Figura 21. Participação relativa das Mesorregiões do Estado do Pará no PIB do Estado
Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

Esse valor, relativamente pequeno, encobre a importância que algumas atividades econômicas assumem nas duas Mesorregiões, como a pecuária de corte de caráter extensivo, a extração florestal, liderada pela exploração madeireira, inclusive, com uma incipiente, embora, crescente indústria moveleira, a fruticultura do cacau e abacaxi, a agricultura mecanizada voltada a produção de grãos como arroz e soja e a extração mineral, assentada, principalmente na exploração de ouro, calcário, caulim e bauxita.

A estrutura dessas duas Mesorregiões, entretanto, apresenta-se diferenciada, em termos de sua composição setorial. Assim, enquanto o sudoeste paraense apresenta uma composição setorial altamente dependente do setor primário da economia, seguido pelo setor serviços, a economia do Baixo Amazonas, apresenta-se bastante balanceada, com uma leve predominância do setor serviços.

14 Cujas subáreas são as seguintes: Transamazônica Oriental; Calha do Rio Amazonas; Baixo Tapajós e Vale do Jamamxim e Jacareacanga. Em seção posterior será esclarecido sobre esta regionalização.

Na primeira Mesorregião, destacam-se como principais atividades econômicas, as culturas permanentes da banana e do cacau, as culturas temporárias da mandioca e arroz, juntamente com a pecuária bovina (corte) e de aves.

Na segunda Mesorregião, o setor agropecuário também é liderado pelas mesmas atividades que a mesorregião do Sudoeste do Pará, embora a importância da produção de cacau ceda lugar a produção de coco.

As Atividades do setor serviços, também, não apresentam muita diferenciação, apesar de que no município de Santarém, na Mesorregião do Baixo Amazonas esteja concentrada uma maior infra-estrutura em termos absolutos da rede de serviços bancários e meios de hospedagem.

O diferencial efetivo é a maior participação do setor industrial, em virtude da existência de uma indústria de transformação, de característica francamente agroindustrial, bem como de beneficiamento mineral, além da construção civil, pelo maior adensamento populacional nesta área do estado.

Todavia, a delimitação proposta no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência Zona Oeste, em consonância com a nova orientação do desenvolvimento regional dada pelo governo federal para Amazônia, materializada no Plano Amazônia Sustentável – PAS, faz uma nova subregionalização da estrutura espacial da região, levando em consideração três aspectos: similaridades quanto ao processo de ocupação, características biofísicas, estrutura e dinâmicas econômicas, dinâmica demográfica, relação e organização social e política, nível de desmatamento. Assim, foram delimitadas novas subáreas regionais, abrangendo os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, com os seguintes contornos: Mesorregião Norte – Calha do Amazonas e da Transamazônia; Mesorregião Central – Médios Xingu e Tapajós e Mesorregião Sul – Norte Matogrossense. A primeira é onde se situa a área de abrangência que atinge o Pará, compreendendo a área da Calha do Rio Amazonas, desde Almerim/Porto de Moz (PA) até Parintins (AM) e o eixo da Transamazônia, desde Altamira/Anapu até Itaituba (PA), com as seguintes subáreas e respectivos municípios: Transamazônica Oriental – Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Uruará, Medicilândia, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Placas e Anapu; Calha do Rio Amazonas – Santarém, Juruti, Piraí, Belterra; Baixo Tapajós – Itaituba, Aveiro, Rurópolis, Trairão e Vale do Jamamxim e Jacareacanga – Novo Progresso e Jacareacanga.

A evolução agregada de cada economia

A evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

O Estado do Pará, na área de influência Zona Oeste e, respectivas Mesorregiões como definidas acima, possui municípios com estruturas econômicas similares, muito embora os municípios com maior expressão econômica possuam características diferenciadas que os distinguem do conjunto. Além disso, há de se observar que no conjunto os municípios vêm experimentando nos últimos anos, um crescimento não homogêneo entre si. Alguns apresentando forte tendência de alta, especialmente nos últimos dois anos da série 2002 e 2003, outros, tendo suas economias encolhidas, nesse mesmo período.

A Tabela 4 apresenta a evolução do PIB a preços correntes, dos municípios em análise no período de 1999 a 2003. Verifica-se, como regra geral, para todos os municípios, um crescimento especialmente a partir do ano de 2000. Comportamento este que se replica nas áreas das Mesorregiões. Destoando deste movimento, encontra-se os municípios de Medicilândia e Placas, que experimentaram no último período da série (entre 2002 e 2003), uma queda de 25 % e 18 %, respectivamente do seu PIB nominal.

Vale elencar as Mesorregiões em números absolutos, segundo sua ordem de importância, Transamazônica Oriental, Calha do Rio Amazonas, Baixo Tapajós e Vale do Jamamxim.

Todavia, o comportamento visualizado abaixo muda um pouco de figura quando se considera os dados a preços constantes, tal qual apresentado na Tabela 5, onde se verifica uma forte oscilação no período principalmente referente aos municípios de menor expressão econômica e com maior dependência do setor agropecuário.

Importante destacar entre os municípios de maior expressão econômica, tendências completamente distintas. Desse modo, enquanto Santarém experimentou um forte aumento, especialmente no último ano (2003), Itaituba mantém uma tendência mais regular de crescimento, enquanto Altamira se mantém mais ou menos estagnada nos últimos anos, experimentando pequenas variações a menor e a maior. Há de se destacar também o comportamento de Medicilândia, que apresenta um comportamento com variações muito acentuadas entre os anos da série, revelando bastante instabilidade no período.

A despeito, dos movimentos acima assinalados, entretanto, o comportamento para cada Mesorregião apresentou uma certa estabilidade, com maior variação relativa

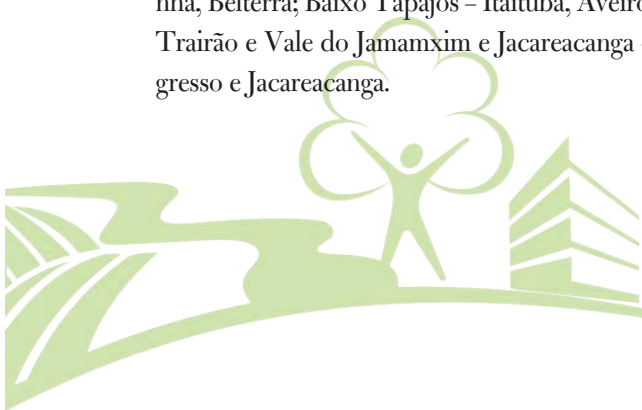


Tabela 4. Produto Interno Bruto a Preços de Mercado, segundo os Municípios do Pará na Área de Influência Zona Oeste. (1999-2003). R\$1.000

	1999	2000	2001	2002	2003
Pará	16.673.915	18.913.684	21.747.997	25.530.347	29.215.268
Transamazônia Oriental					
Altamira	295.484	203.171	222.450	305.784	323.055
Senador José Porfírio	26.461	24.523	28.721	32.028	36.628
Uruará	86.064	96.733	130.165	226.032	200.338
Vitória do Xingu	39.788	41.740	58.749	76.535	78.841
Brasil Novo	53.085	57.702	62.426	93.766	95.629
Porto de Moz	30.478	36.235	44.500	57.116	60.356
Anapu	21.944	24.951	43.241	42.387	53.463
Medicilândia	144.596	117.842	118.332	323.459	241.088
Placas	44.242	48.613	57.577	98.593	81.070
Total Mesoregião	742.142	651.510	766.161	1.255.700	1.170.468
Baixo Tapajós					
Itaituba	141.197	140.787	181.650	219.974	256.035
Trairão	39.240	39.383	49.363	53.676	59.279
Aveiro	15.061	17.192	17.843	20.916	23.824
Rurópolis	53.918	51.466	59.268	96.054	97.935
Total Mesoregião	249.416	248.828	308.124	390.620	437.073
Calha do Rio Amazonas					
Santarém	409.904	431.809	524.213	645.114	923.519
Belterra	19.427	21.322	31.146	41.259	62.972
Juruti	37.539	42.386	48.018	55.435	68.757
Praíha	41.455	44.672	50.282	58.747	79.881
Total Mesoregião	508.325	540.189	653.659	800.555	1.135.129
Vale do Jamamxim					
Jacareacanga	17.919	21.881	25.419	30.501	35.599
Novo Progresso	50.624	58.249	95.021	106.404	124.818
Total Mesoregião	68.543	80.130	120.440	136.905	160.417

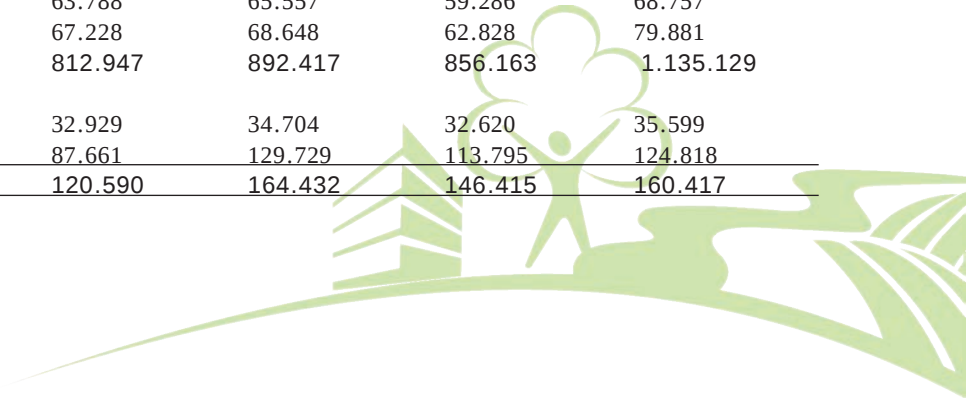
Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

Tabela 5. Produto Interno Bruto dos Municípios a Preços Constantes (2003) na Área de Influência da Zona Oeste (Pará), 1999 – 2002. (R\$1.000)

	1999	2000	2001	2002	2003
Transamazônia Oriental					
Altamira	487.000	305.758	303.703	327.024	323.055
Senador J.Porfírio	43.612	36.905	39.212	34.253	36.628
Uruará	141.846	145.576	177.710	241.733	200.338
Vitória do Xingu	65.576	62.816	80.208	81.851	78.841
Brasil Novo	87.492	86.837	85.228	100.279	95.629
Porto de Moz	50.232	54.531	60.754	61.083	60.356
Anapu	36.167	37.550	59.035	45.331	53.463
Medicilândia	238.315	177.344	161.554	345.927	241.088
Placas	72.917	73.159	78.608	105.441	81.070
Total Mesoregião	1.223.158	980.477	1.046.012	1.342.923	1.170.468
Baixo Tapajós					
Itaituba	232.713	211.875	248.000	235.254	256.035
Trairão	64.673	59.269	67.394	57.404	59.279
Aveiro	24.823	25.873	24.360	22.369	23.824
Rurópolis	88.865	77.453	80.916	102.726	97.935
Total Mesoregião	411.074	374.469	420.671	417.753	437.073
Calha do Rio Amazonas					
Santarém	675.581	649.842	715.689	689.925	923.519
Belterra	32.019	32.088	42.523	44.125	62.972
Juruti	61.870	63.788	65.557	59.286	68.757
Praíha	68.324	67.228	68.648	62.828	79.881
Total Mesoregião	837.793	812.947	892.417	856.163	1.135.129
Vale do Jamamxim					
Jacareacanga	29.533	32.929	34.704	32.620	35.599
Novo Progresso	83.436	87.661	129.729	113.795	124.818
Total Mesoregião	112.969	120.590	164.432	146.415	160.417

Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

Nota: IGP-DI (FGV) 1994=100.



para a Transamazônia Oriental, tendo está experimentado um decrescimento de cerca de 6 % no último período da série 2003/2002, puxado pela queda do PIB de seus municípios de maior expressão econômica: Altamira, Medicilândia e Uruará.

A Análise é completada verificando a mudança na participação relativa do município em relação ao PIB estadual e com relação ao PIB médio dos municípios da região.

A Tabela 6 que apresenta a participação dos municípios da região em relação ao PIB do estado do Pará, mostra em primeiro plano a pouca expressividade da maioria dos municípios considerados no contexto da economia paraense. Isto pode ser constatado pelo fato que apenas os municípios de Altamira e Santarém apresentarem uma participação relativa no PIB do estado do Pará acima de 1 %. Com destaque para este último município que vem aumentando sua participação relativa no PIB estadual desde o ano de 2000. Por outro lado, um destaque negativo pode ser dado a evolução relativa do município de Medicilândia, especialmente quanto ao último período da série corroborando a análise feita anteriormente.

Quanto ao comportamento relativo das Mesorregiões, pela Tabela 7, observa-se comparando o primeiro ao último ano da série, que enquanto as Mesorregiões da Transamazônia Oriental e Baixo Tapajós tiveram perda de importância relativa, as Mesorregiões da Calha do Rio Amazonas e Vale do Jamaxim, aumentaram esta participação.

A posição relativa de cada município no contexto da economia dos municípios paraense na área de influência Zona Oeste, ao longo período considerado, pode também ser visualizada a partir da média dos PIBs desses municípios. Como pode ser visualizado na Figura 22, em termos percentuais, observa-se que apenas os municípios de Altamira, Itaituba, Medicilândia, Santarém e Uruará, se mantêm acima da média em todo o período, estando os demais municípios abaixo da média.

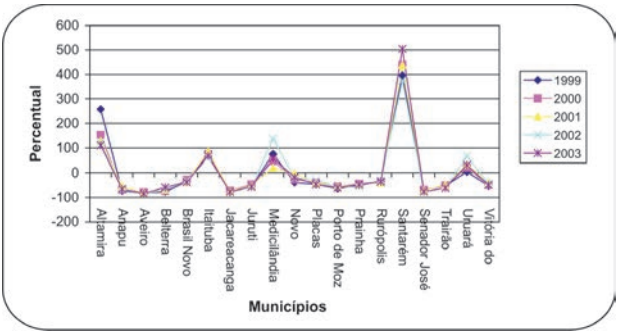


Figura 22. Participação dos PIBs municipais em relação ao PIB médio (preços constantes)
Fonte: Sócioeconomia 2006.

A importância desses municípios ficará melhor entendida com a verificação de sua composição setorial, como apresentado na Tabela 8. Por esta podem ser constatados dois aspectos importantes. O primeiro é a grande dependência do setor agropecuário dessas economias, ocupando maior representatividade, os municípios de

Tabela 6. Participação dos Municípios Paraenses e Mesorregiões na Área de Influência da Zona Oeste, em Relação ao PIB do Estado (%).

	1999	2000	2001	2002	2003
Transamazônia Oriental	4,5	3,4	3,5	4,9	4,0
Altamira	1,772	1,074	1,023	1,198	1,106
Senador José Porfírio	0,159	0,130	0,132	0,125	0,125
Uruará	0,516	0,511	0,599	0,885	0,686
Vitória do Xingu	0,239	0,221	0,270	0,300	0,270
Brasil Novo	0,318	0,305	0,287	0,367	0,327
Porto de Moz	0,183	0,192	0,205	0,224	0,207
Anapu	0,132	0,132	0,199	0,166	0,183
Medicilândia	0,867	0,623	0,544	1,267	0,825
Placas	0,265	0,257	0,265	0,386	0,277
Baixo Tapajós	1,5	1,3	1,4	1,5	1,5
Itaituba	0,847	0,744	0,835	0,862	0,876
Trairão	0,235	0,208	0,227	0,210	0,203
Aveiro	0,090	0,091	0,082	0,082	0,082
Rurópolis	0,323	0,272	0,273	0,376	0,335
Calha do Rio Amazonas	3,0	2,9	3,0	3,1	3,9
Santarém	2,458	2,283	2,410	2,527	3,161
Belterra	0,117	0,113	0,143	0,162	0,216
Juruti	0,225	0,224	0,221	0,217	0,235
Prainha	0,249	0,236	0,231	0,230	0,273
Vale do Jamamxim	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5
Jacareacanga	0,107	0,116	0,117	0,119	0,122
Novo Progresso	0,304	0,308	0,437	0,417	0,427
Total Mesos	0,094	0,080	0,085	0,101	0,099

Fonte: Sócio Economia 2006.

Medicilândia, Placas, Anapu, Belterra, Brasil Novo, Rurópolis, Trairão, Uruará, Vitória do Xingu e Juruti. Não obstante, os municípios de maior adensamento populacional, ou de forte crescimento populacional nos últimos anos, apresentam expressivo desenvolvimento do setor terciário. É representativo disto, os municípios de Altamira, Santarém, Itaituba, Jacareacanga e Aveiro.

Tabela 7. Participação Relativa do PIB de cada Mesorregião na Área Influência da Zona Oeste para com a Economia formada pelas Mesoregiões (%).

	1999	2000	2001	2002	2003
Transamazônia Oriental	47,3	42,8	41,5	48,6	40,3
Baixo Tapajós	15,9	16,4	16,7	15,1	15,1
Calha do Rio Amazonas	32,4	35,5	35,4	31,0	39,1
Vale do Jamamxim	4,4	5,3	6,5	5,3	5,5

Fonte: Sócioeconomia 2006.

O segundo aspecto a ser assinalado, é que não existe nenhuma grande mudança estrutural nas economias desses municípios, que se reflita em alteração na composição do PIB entre os dois períodos considerados. Exceção, entretanto, se faça, ao município de Santarém, onde houve entre os dois períodos uma perda relativa do setor serviços, para o setor agropecuário.

A análise da composição setorial municipais pode ser estendida com base nas Tabelas 9 e 10, onde pode ser percebida a representatividade de cada setor na economia do município.

Na Tabela 9 é disposta a distribuição do número de unidades locais pelos grandes setores da economia, inclusive, como se dá esta distribuição em termos do total de pessoal ocupado, e o total de pessoal ocupado assalariado (emprego formal). Verifica-se, a grande concentração das unidades do setor serviços nos municípios de maior adensamento populacional como Santarém, Altamira e Itaituba, com repercussão direta sobre o total de pessoal ocupado, e ocupado como assalariado.

Tabela 8. Composição Setorial do PIB dos Municípios Paraenses na Área de Influência da Zona Oeste (%) 1999-2002 e 2003.

Municípios	Média 1999/2002			2003		
	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv
Transamazônia Oriental						
Altamira	38,08	18,36	43,56	37,92	16,38	45,7
Senador José Porfírio	45,3	12,36	42,34	45,96	13,88	40,16
Uruará	60,84	7,64	31,52	59,11	10,71	30,18
Vitória do Xingu	72,68	1,62	25,7	73,04	1,01	25,94
Brasil Novo	74	1,31	24,7	73,59	1,53	24,87
Porto de Moz	48,23	6,15	45,62	46,29	7,9	45,8
Anapu	67,05	7,39	25,56	65,67	10,31	24,01
Medicilândia	78,26	3,65	18,09	81,19	1,74	17,02
Placas	76,29	2,59	21,12	72,8	5,96	21,24
Baixo Tapajós						
Itaituba	28,11	10,13	61,76	24,43	14,75	60,82
Trairão	71,13	3,67	25,2	65,33	6,67	28
Aveiro	41,7	2,53	55,77	38,57	3,7	57,33
Rurópolis	63,84	3,02	33,15	65,05	3,56	31,39
Calha do Rio Amazonas						
Santarém	16,48	19,15	64,38	31,47	18,68	49,85
Belterra	54,14	3,96	41,9	70,11	1,77	28,12
Juruti	50,33	2,58	47,09	51,49	3,5	45,01
Prainha	52,31	5,17	42,52	55,99	6,85	37,16
Vale do Jamamxim						
Jacareacanga	29,67	4,82	65,52	27,22	6,21	66,57
Novo Progresso	58,13	10,83	31,03	51,11	16,31	32,57

Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

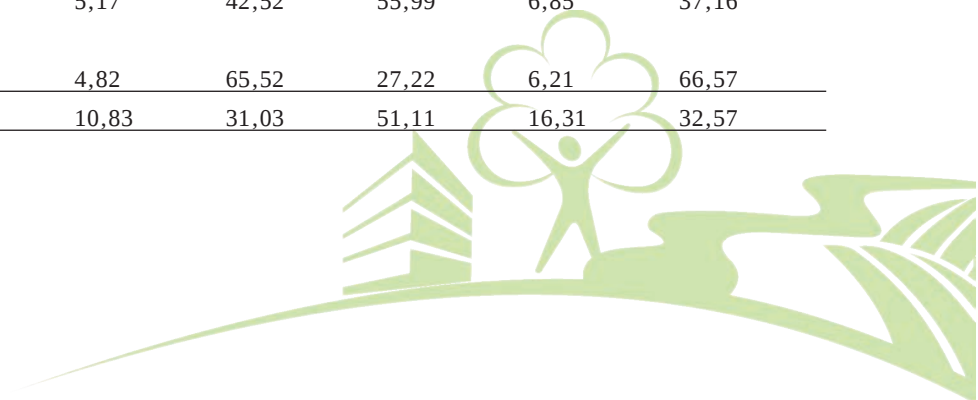


Tabela 9. Distribuição do Número de Unidades Locais e Pessoal Ocupado entre os Grandes Setores da Economia dos Municípios Paraenses na Área de Influência da Zona Oeste (2003).

Número de Unidades Locais					Total de Pessoal Ocupado				Total Ocupado Assalariado			
Municípios	Atividade				Atividades				Atividades			
	Agric.	Ind.	Serv.	Total	Agric.	Ind.	Serv.	Total	Agric.	Ind.	Serv.	Total
Altamira	33	228	1362	1623	125	1530	4550	6205	71	1209	2998	4278
Senador José Porfírio	3	14	70	87	14	154	163	331	0	136	108	244
Uruará	10	55	283	348	65	639	582	1286	50	552	295	897
Vitória do Xingu	9	8	20	37	32	9	40	81	18	0	11	29
Brasil Novo	3	21	97	121	5	44	130	179	0	13	51	64
Porto de Moz	4	11	71	86	21	76	92	189	19	68	32	119
Anapú	8	31	97	136	16	247	82	345	2	192	5	199
Medicilândia	8	32	196	236	5	86	260	351	0	51	105	156
Placas	2	15	45	62	0	129	43	172	0	106	8	114
Itaituba	11	188	1398	1597	44	1373	4777	6194	35	1112	3341	4488
Trairão	2	25	70	97	0	157	94	251	0	116	46	162
Aveiro	1	5	40	46	0	7	41	48	0	1	6	7
Rurópolis	2	26	147	175	0	123	970	1093	0	79	822	901
Santarém	41	447	4296	4784	305	3665	18.544	22514	242	3031	14578	17851
Belterra	3	10	57	70	47	49	121	217	42	28	14	84
Juruti	2	9	166	177	0	18	149	167	0	7	22	29
Prainha	4	12	59	75	180	72	34	286	176	56	2	234
Jacareacanga	1	4	30	35	0	9	38	47	0	0	10	10
Novo Progresso	7	150	424	581	61	978	888	1927	55	743	411	1209
TOTAL	154	1291	8928	10373	920	9365	31598	41883	710	7500	22865	31075

Fonte: IBGE/cidades (www.ibge.gov.br). 2003.

Quando se analisa a distribuição percentual das unidades produtivas dos municípios por ramo de atividade, os dados são ainda mais reveladores. De fato, percebe-se, que nos municípios de maior expressão econômica e populacional, está concentrada, a estrutura de transporte, armazenagem, comunicação e intermediação financeira, portanto, a logística básica para a distribuição e comercialização da produção da região. Estes municípios são também os que fornecem externalidades locais ligadas aos serviços de natureza pública e coletiva, como os relacionados a educação, saúde, defesa, seguridade social e outros serviços coletivos.

Destaque entre todos os municípios, a importância de Santarém, na provisão dos serviços referidos acima. Além do que, os municípios de Santarém e Altamira, são aqueles melhores dotados de infra-estrutura de alojamento e alimentação, indispensável para o planejamento turístico.

Atividade industrial

Pela Tabela 10, constata-se também a concentração das atividades industriais, particularmente, indústria extra-tiva e de transformação, nos municípios de Santarém, Altamira e Itaituba, cada uma situada em uma Mesorregião.

A Tabela 11 apresenta o número de unidades para as atividades de maior destaque na indústria da região: madei-
ra, móveis e extrativo mineral. O primeiro tendo uma liga-
ção a jusante na cadeia produtiva de móveis. Nesta tabela,

então, verifica-se a grande expressão do setor madeireiro em todas as Mesorregiões, assumindo, maior relevância as Mesorregiões da Transamazônica Oriental, puxada por Altamira e Uruará; Calha do Rio Amazonas liderada por Santarém, ainda que assumem grande importância na ati-
vidade os municípios de Itaituba e Novo Progresso, situadas, respectivamente nas Mesorregiões da Calha do Rio Ama-
zonas e Vale do Jamanxin.

Nos municípios de Santarém e Altamira é onde con-
verge alguma verticalização industrial da exploração made-
ireira, tende esta já se consolidado no surgimento do
segmento de fabricação de móveis neste município.

O Setor extrativo mineral, por sua vez, mostra sua
concentração, nas áreas de maior incidência de minério e,
por consequência, de garimpo, que é o caso do município
de Itaituba.

Atividade Agrícola

A importância do setor agrícola na economia dos
municípios e Mesorregiões que compõem a área de abran-
gência Zona Oeste pode ser melhor visualizada a partir do
valor bruto da produção agrícola (VBP) e sua evolução.
Nas Tabelas 9 a 11, são apresentadas, esta evolução, para
cada Mesorregião no período (1999-2003), desagregando
entre as culturas permanentes e temporárias e extrativismo
de corte e de coleta.

Tabela 10. Distribuição Percentual por Ramo da Atividade dos Municípios Paraenses na Área de Influência da Zona Oeste (2003).

Munic.	Atividade															
	Agricultura.		Pesca	Indúst. Extr.	Indust. Transf.	Produção e Distrib.de Eletricid., Gás e Água.	Constr.	Comércio, reparação de veículos auto-motor es, obj. pessoais e domésticos	Alojam., alimenta.	Transporte, Armazenag em, Comunic.	Intermed. Financ.	Atividades Imobiliária, Aluguéis e Serv. Prest. às Empresas	Adm. Pública, defesa e Segurid.Soc ial.	Educ.	Saúde e Serviços Sociais	Outros Serviços coletivos, Sociais e pessoais
	Pecuária, Silvicultura e Exp. Florestal															
Altamira	0,20		0,33	0,25	0,17	0,13	0,19	0,18	0,22	0,17	0,17	0,14	0,05	0,09	0,21	0,11
Sen. J.Porfirio	0,02		0,00	0,00	0,01	0,03	0,00	0,01	0,00	0,04	0,04	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01
Uruará	0,07		0,00	0,00	0,04	0,08	0,05	0,04	0,01	0,01	0,01	0,04	0,02	0,01	0,04	0,05
Vit. Xingu	0,05		0,13	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	0,01	0,02	0,00	0,00	0,01
Bras.Novo	0,02		0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,05	0,01	0,02	0,02
P. de Moz	0,02		0,07	0,00	0,01	0,03	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01
Anapú	0,06		0,00	0,00	0,03	0,03	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,02	0,03	0,00	0,02
Medicil.	0,06		0,00	0,00	0,03	0,05	0,03	0,02	0,03	0,02	0,02	0,01	0,05	0,01	0,02	0,03
Placas	0,01		0,00	0,00	0,01	0,03	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,05	0,00	0,00	0,01
Itaituba	0,07		0,07	0,39	0,14	0,13	0,11	0,17	0,14	0,14	0,28	0,18	0,10	0,14	0,11	0,16
Trairão	0,01		0,00	0,00	0,02	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,05	0,01	0,00	0,02
Aveiro	0,01		0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,02
Rurópolis	0,01		0,00	0,02	0,02	0,05	0,03	0,02	0,01	0,01	0,04	0,01	0,10	0,00	0,00	0,03
Santarém	0,26		0,33	0,23	0,33	0,15	0,46	0,43	0,49	0,50	0,30	0,54	0,27	0,65	0,54	0,37
Belterra	0,02		0,00	0,00	0,01	0,03	0,02	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,05	0,01	0,00	0,02
Juruti	0,01		0,00	0,02	0,01	0,05	0,01	0,02	0,00	0,01	0,05	0,02	0,02	0,02	0,00	0,04
Praíha	0,02		0,07	0,02	0,01	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02
Jacareac.	0,01		0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,05	0,00	0,01	0,00
Novo Progresso	0,05		0,00	0,07	0,13	0,08	0,05	0,06	0,06	0,04	0,01	0,03	0,02	0,02	0,03	0,04

Fonte: IBGE/cidades(www.ibge.gov.br).2003. 2003

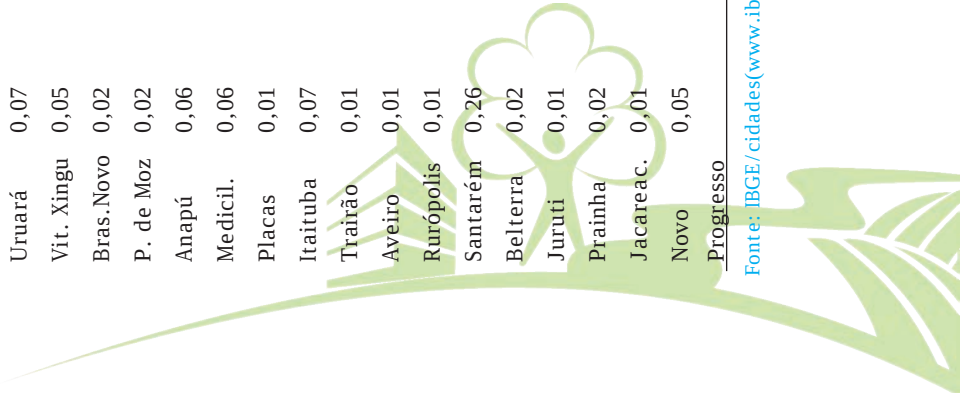


Tabela 11. Número de Indústrias em Setores Selecionados nas Mesoregiões e Municípios na Área de Abrangência Zona Oeste.

	Madeira	Móveis	Extrativo Mineral
Transamazônia Oriental	70	8	3
Altamira	23	7	3
Senador José Porfírio	7	0	0
Uruará	18	1	0
Vitória do Xingu	3	0	0
Brasil Novo	4	0	0
Porto de Moz	4	0	0
Anapu	5	0	0
Medicilândia	5	0	0
Placas	1	0	0
Baixo Tapajós	40	2	15
Itaituba	20	2	14
Trairão	13	0	0
Aveiro	2	0	1
Rurópolis	5	0	0
Calha do Rio Amazonas	60	13	5
Santarém	47	13	5
Belterra	1	0	0
Juruti	7	0	0
Prainha	5	0	0
Vale do Jamamxim	19	0	1
Jacareacanga	0	0	1
Novo Progresso	19	0	0

Fonte: Cadastro Industrial do Estado do Pará 2003-2004 (FIEPA/SEBRAE, 2005).

De uma maneira geral, pode afirmar que o VBP das atividades agrícolas vêm experimentando uma forte retração no período nesses municípios, embora Santarém fuja um pouco desta tendência.

A Tabela 12 revela que entre os municípios da Mesorregião da Transamazônica Oriental apenas Altamira apresenta uma participação relativa considerável, tanto com respeito ao extrativismo de coleta, quanto as culturas temporárias. Ambos demonstrando uma perda de participação relativa muito acentuada, quando se compara os valores de 2003 a 1999. Considerando apenas as culturas permanentes, o município de Medicilândia merece também destaque, tendo, entretanto, experimentado comportamento oscilante no período.

O comportamento da Mesorregião no total das atividades revela, ainda, pouca oscilação. Não obstante, existam tendências bem distintas entre essas atividades. Desse modo, enquanto, as culturas temporárias e de extrativismo de coleta apresentem forte tendência de queda, tomando como base 1999, as culturas permanentes e extrativismos de coleta¹⁵ revelam uma tendência de alta.

Tabela 12. Participação Relativa dos Municípios da Mesorregião da Transamazônica Oriental no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado do Pará

	1999	2000	2001	2002	2003
Altamira					
Total	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Culturas permanentes	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02
Extrativismo de coleta ¹	0,49	0,09	0,06	0,15	0,12
Culturas temporárias	0,12	0,17	0,13	0,11	0,05
Extrativismo de corte ²	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03
Senador José Porfírio					
Total	0,01	0	0	0	0
Culturas permanentes	0	0	0	0	0
Extrativismo de coleta ¹	0,04	0,01	0	0	0
Culturas temporárias	0,04	0,03	0,03	0,02	0,01
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0
Uruará					
Total	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02
Culturas permanentes	0,03	0,03	0,04	0,06	0,04
Extrativismo de coleta ¹	0,07	0,01	0	0	0
Culturas temporárias	0,05	0,05	0,06	0,04	0,02
Extrativismo de corte ²	0	0	0,01	0,01	0
Vitória do Xingu					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,04	0,01	0,01	0	0
Culturas temporárias	0,08	0,07	0,08	0,03	0,02
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0
Brasil Novo					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0	0	0	0
Culturas temporárias	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0

Fonte: PAM-IBGE, 2004

15 Faz-se aqui uma distinção entre o extrativismo de coleta, ligados basicamente a exploração do açaí, castanha do Pará e látex e o extrativismo de corte voltado a exploração do carvão (vegetal), lenha, madeira e palmito.

Tabela 12. Participação Relativa dos Municípios da Mesoregião da Transamazônica Oriental no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado do Pará (Cont.)

	1999	2000	2001	2002	2003
Porto de Moz					
Total	0	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0	0	0	0	0
Extrativismo de coleta ¹	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02
Culturas temporárias	0,01	0,01	0	0,01	0
Extrativismo de corte ²	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
Anapu					
Total	0	0	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0	0,01	0,01	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,05	0	0	0	0
Culturas temporárias	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0
Medicilândia					
Total	0,04	0,03	0,03	0,05	0,03
Culturas permanentes	0,07	0,05	0,06	0,11	0,08
Extrativismo de coleta ¹	0	0	0	0	0
Culturas temporárias	0,06	0,06	0,02	0,04	0,02
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0
Placas					
Total	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
Culturas permanentes	0,02	0,02	0,03	0,04	0,03
Extrativismo de coleta ¹	0	0	0	0	0
Culturas temporárias	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01
Extrativismo de corte ²	0	0	0	0	0
Mesoregião					
Transamazônia Oriental					
Total	0,12	0,12	0,14	0,18	0,13
Culturas permanentes	0,17	0,15	0,18	0,28	0,22
Extrativismo de coleta ¹	0,73	0,13	0,09	0,2	0,15
Culturas temporárias	0,42	0,45	0,38	0,3	0,15
Extrativismo de corte ²	0,04	0,05	0,06	0,06	0,07

Fonte: PAM-IBGE, 2004

Vale ressaltar, a importância para o estado do Pará dos municípios agrícolas de Medicilândia, Juruti, Uruará, Brasil Novo, e Placas. O primeiro aparece como um dos maiores produtores do estado na fruticultura do cupuaçu, cacau e banana e na cultura do Café. Em relação especificamente a cultura do café, todos os maiores produtores do estado se encontram na área de abrangência da BR-163, destacando-se, além de Medicilândia, Uruará, Anapú, Placas e Brasil Novo. Aliás esses mesmos municípios, substituindo Anapu por Altamira, são também os maiores produtores de cacau (em terra firme) do estado. Ressalta-se, portanto, que é nesta subárea que se encontram os municípios mais expressivos na produção agrícola, na área de abrangência Zona Oeste.

Quanto aos municípios integrantes da Mesoregião da Calha do Rio Amazonas, vê-se pela Tabela 13, um maior destaque para as culturas temporárias, que de uma maneira geral, tiveram um comportamento crescente para todos municípios, especialmente, quanto ao último ano da série, o que se refletiu no forte crescimento dessa atividade experimentado pela Mesoregião no período. Destaque o comportamento de Juruti, o município de maior expressão econômica agrícola, ao lado de Santarém, ter experimentado queda no período.

As culturas temporárias também assumem grande relevância na dinamização da atividade agrícola na Mesoregião do Baixo Tapajós, a despeito que a participação de cada município no VBP agrícola do estado seja pequena. Registra-se, a queda progressiva da participação relativa desta Mesoregião no VBP agrícola do estado conforme Tabela 14.

Guardando similaridade com as outras Mesoregiões, a Mesoregião do Vale do Jamamxim tem também nas culturas temporárias seu fator mais expressivo na atividade agrícola, com tendência, entretanto, decrescente tanto da Mesoregião, como de cada município em particular, integrante da mesma conforme Tabela 15.

A evolução ano a ano do VBP agrícola revela grande instabilidade em cada uma e entre as Mesoregiões. Este comportamento é carregado, especialmente, nas culturas temporárias, embora, o peso desta atividade seja diferenciado em cada Mesoregião específica conforme Tabela 16.

Especificamente nas Mesoregiões da Transamazônia Oriental e Baixo Tapajós, assume relevância para esta instabilidade, o movimento oscilatório das atividades de extrativismo de corte e de coleta.

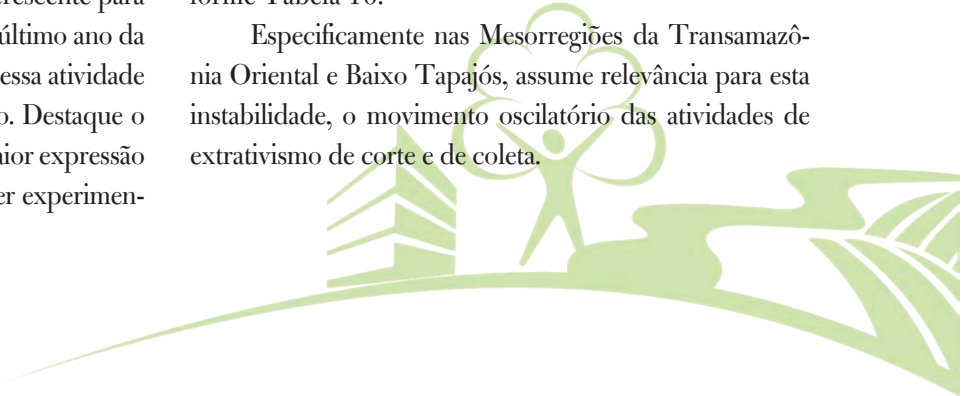


Tabela 13. Participação Relativa dos Municípios e Mesoregião da Calha do Rio Amazonas no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado do Pará

	1999	2000	2001	2002	2003
Santarém					
Total	0,013	0,015	0,022	0,024	0,076
Culturas permanentes	0,009	0,010	0,013	0,011	0,014
Extrativismo de coleta ¹	0,046	0,020	0,027	0,031	0,034
Culturas temporárias	0,074	0,081	0,126	0,180	0,395
Extrativismo de corte ²	0,008	0,011	0,013	0,009	0,007
Belterra					
Total	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extrativismo de coleta ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias	0,04	0,03	0,06	0,06	0,08
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juruti					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extrativismo de coleta ¹	0,03	0,06	0,04	0,04	0,03
Culturas temporárias	0,09	0,10	0,08	0,08	0,06
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prainha					
Total	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
n0Culturas temporárias	0,04	0,04	0,03	0,05	0,05
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mesoregião					
Calha do Rio Amazonas					
Total	0,02	0,02	0,03	0,04	0,10
Culturas permanentes	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02
Extrativismo de coleta ¹	0,06	0,03	0,04	0,04	0,05
Culturas temporárias	0,15	0,15	0,22	0,29	0,52
Extrativismo de corte ²	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: PAM-IBGE, 2004

A dinâmica do comportamento de cada atividade, em cada Mesoregião, apresentado na Tabela 17, acaba por se reproduzir no comportamento também instável, quanto a evolução da participação do seu VBP agrícola relativo ao do estado do Pará.

No geral, existem fortes variações entre todas as Mesorregiões ano a ano. Muito embora, essa oscilação possa ser atribuída a diferentes atividades em cada caso, o que corrobora análise anterior.

Vale por fim mencionar, a importância como maiores produtores do estado, de Santarém e Itaituba na produção de laranja e Altamira na produção de cacau.

Pecuária

A pecuária na região é predominantemente voltada a criação de gado (bovino), ainda que existam rebanhos expressivos de suínos e, principalmente de galinhas.

As Figuras 23 a 26, mostram a evolução do número de cabeças de gado bovino, para cada mesoregião entre os anos de 1994 e 2003.

Para a Mesoregião da Transamazônia Oriental, verifica-se um crescimento bastante expressivo do rebanho bovino nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, com um plantel acima de 150.000

cabeças, bem como Uruará com um rebanho acima de 100.000 cabeças no ano de 2003.

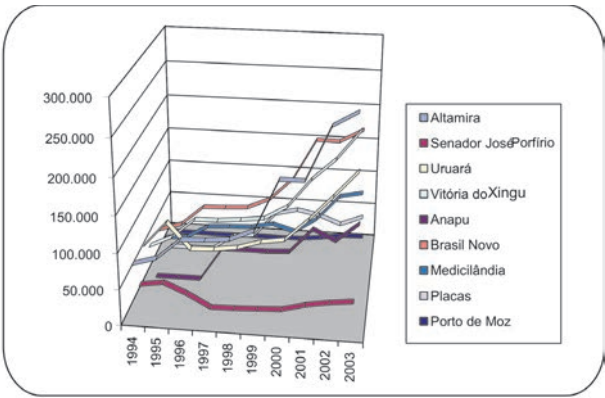


Figura 23. Evolução do rebanho bovino nos municípios da Mesoregião da Transamazônica Oriental
Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (SIDRA).2004.

A evolução do rebanho bovino para a Mesoregião da Calha do Rio Amazonas denota uma certa estagnação. Em verdade, somente o município de Santarém tem um contingente que atinge 100.000 cabeças.

Situação similar pode ser inferida da Mesoregião do Baixo Tapajós, no qual, ocorre uma evolução muito discreta na evolução do rebanho de todos os municípios, com maior oscilação para o município de maior expressão pecuária, o município de Itaituba, com um contingente próximo das 130.000 cabeças.

Tabela 14. Participação Relativa dos Municípios e Mesoregião do Baixo Tapajós no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado do Pará.

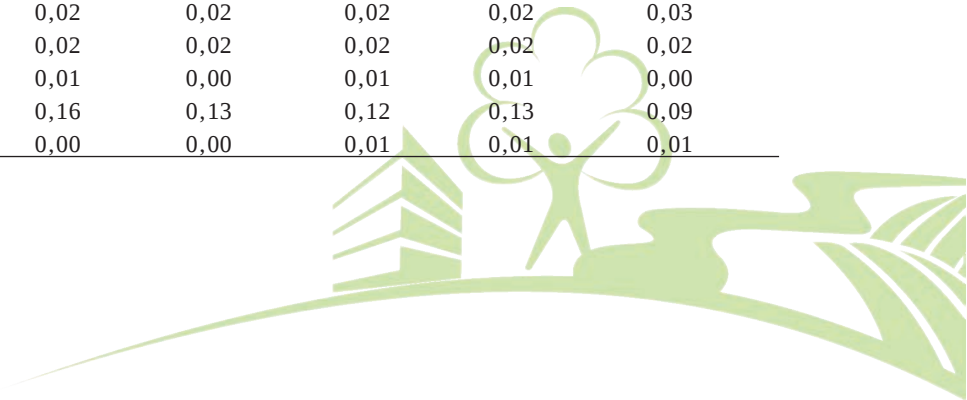
	1999	2000	2001	2002	2003
Itaituba					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
Culturas temporárias	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trairão					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias	0,10	0,07	0,05	0,04	0,03
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aveiro					
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extrativismo de coleta ¹	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Culturas temporárias	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rurópolis					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02
Extrativismo de coleta ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias	0,02	0,04	0,04	0,05	0,04
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mesoregião					
Baixo Tapajós					
Total	0,04	0,03	0,04	0,04	0,04
Culturas permanentes	0,05	0,04	0,05	0,04	0,04
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
Culturas temporárias	0,20	0,19	0,17	0,18	0,13
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01

Fonte: PAM-IBGE.2004.

Tabela 15. Participação Relativa dos Municípios e Mesoregião do Vale do Jamanxim no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado do Pará

	1999	2000	2001	2002	2003
Jacareacanga					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
Culturas temporárias	0,06	0,06	0,07	0,09	0,05
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Novo Progresso					
Total	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Culturas permanentes	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01
Extrativismo de coleta ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias	0,10	0,07	0,05	0,04	0,03
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mesoregião					
Vale do Jamanxim					
Total	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03
Culturas permanentes	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Extrativismo de coleta ¹	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00
Culturas temporárias	0,16	0,13	0,12	0,13	0,09
Extrativismo de corte ²	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01

Fonte: PAM-IBGE.2004



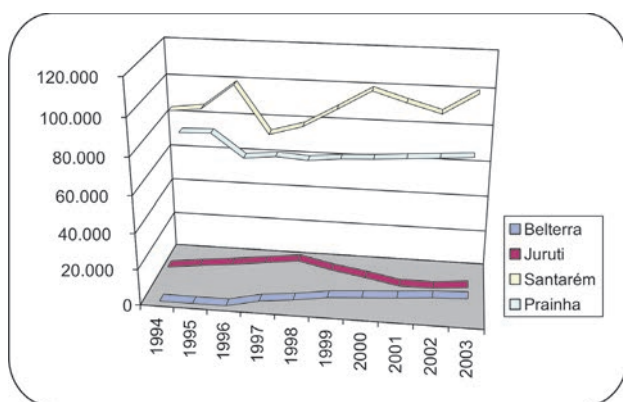


Figura 24. Evolução do rebanho bovino nos municípios da Mesoregião da Calha do rio Amazonas
Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (SIDRA).2004.

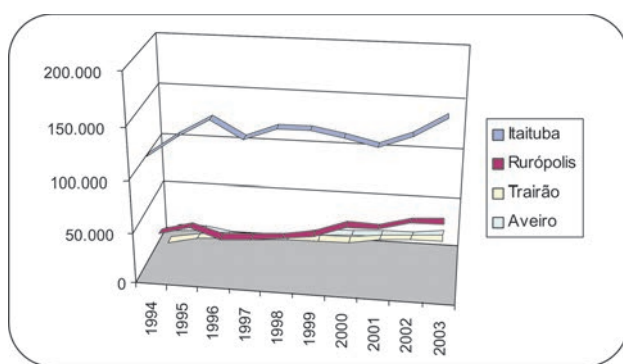


Figura 25. Evolução do rebanho bovino ns Mesoregião do Baixo Tapajós
Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (SIDRA).

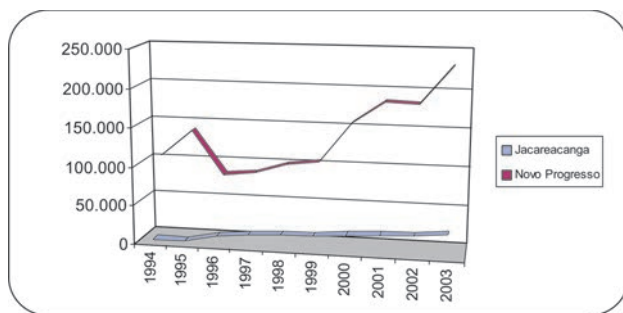


Figura 26. Evolução do rebanho bovino na Mesoregião do Vale do Jamanxim
Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (SIDRA).

Por fim, o grande crescimento do plantel do rebanho bovino no município de Novo Progresso, na Mesoregião do Vale do Jamanxim, supera 230.000 cabeças. Em verdade, o município de Novo Progresso desde do ano 2000, se tornou detentor do maior rebanho de toda a área de influência paraense Zona Oeste.

Comportamento do PIB per capita.

Um indicador, ainda que pobre, do desenvolvimento econômico de uma dada região diz respeito ao PIB *per capita*. Todavia, embora seja um indicador imperfeito, pois considerara uma distribuição igualitária de renda, ele possibilita a visualização da capacidade econômica daquela economia em gerar uma riqueza material, em consonância com seus cidadãos residentes. A Tabela 18 apresenta o PIB *per capita* a preços constantes.

Pela Tabela 18, verifica-se diferenças muito grandes entre os PIBs *per capita*s dos municípios. Assim, existe uma grande escala de variação entre esses PIBs *per capita*s, de cerca de R\$1.300 a R\$11.000. Isto pode ser atribuído em princípio a maior capacidade produtiva de certos municípios, todavia tem que ser relativizado quanto ao tamanho da população residente em cada caso e sua evolução no período. Este parece ser o caso dos municípios de Medicilândia, Vitória do Xingu e Anapu.

O comportamento temporal das taxas de crescimento ano a ano, do PIB *per capita*, como diretamente relacionada ao comportamento geral de outras variáveis já analisadas, como o PIB e VBP agrícola, tem forte oscilação no período, como é verificado na Tabela 19.

Fazendo um exercício, relativizando os PIBs *per capita*s municipais para com o PIB do estado, percebe-se mais uma vez a importância de Medicilândia ao longo de todo o período, embora há de se destacar a evolução dos municípios de Placas, Anapu e Vitória do Xingu, seguindo a tendência da análise anterior conforme a Figura 27.

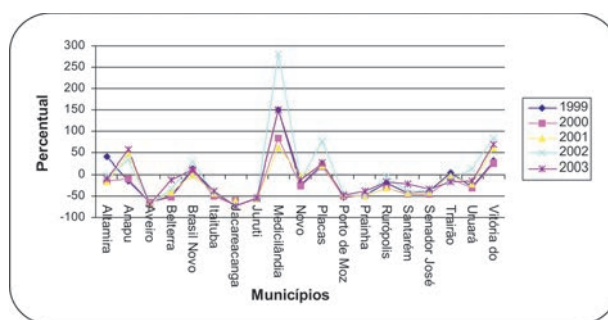


Figura 27. Participação relativa no PIB per capita Estadual
Fonte: PAM-IBGE.2004.

Evolução das exportações

As exportações da região estão concentradas principalmente, como era de se esperar, nos municípios-pólos de Altamira, Santarém, e Itaituba. Todavia, entre os anos de 2003 e 2004, algumas mudanças têm ocorrido, tais que novos municípios, começam a se destacar na exportação,

Tabela 16. Evolução do Crescimento Anual do Valor da Produção Agrícola Real das Mesoregiões Zona Oeste (%).

	2000/1999	2001/2000	2002/2001	2003/2002
Mesoregião				
Transamazônia Oriental				
Total	-15,96	8,69	72,72	-40,40
Culturas permanentes	-24,39	13,99	116,05	-51,14
Extrativismo de coleta ¹	-63,23	-50,86	60,57	-19,29
Culturas temporárias	-14,77	-3,35	11,06	-18,41
Extrativismo de corte ²	13,54	10,58	29,06	-15,81
Mesoregião				
Baixo Tapajós				
Total	-27,14	19,64	31,93	-11,73
Culturas permanentes	-31,15	25,85	11,34	-13,70
Extrativismo de coleta ¹	-52,61	65,53	160,26	-67,10
Culturas temporárias	-20,90	-13,67	42,77	-43,39
Extrativismo de corte ²	-24,15	148,59	25,54	-12,70
Mesoregião				
Calha Rio Amazonas				
Total	-16,76	29,90	46,57	126,82
Culturas permanentes	-7,56	-4,70	13,62	-16,89
Extrativismo de coleta ¹	-10,73	-2,42	-5,60	9,67
Culturas temporárias	-23,00	69,71	83,43	193,07
Extrativismo de corte ²	-15,30	5,93	-12,28	-34,58
Mesoregião				
Vale do Jamanxim				
Total	-29,07	28,77	28,50	-8,22
Culturas permanentes	-18,59	28,54	4,08	-25,24
Extrativismo de coleta ¹	20,86	7,09	-18,67	-25,35
Culturas temporárias	-35,93	5,91	56,29	5,93
Extrativismo de corte ²	-28,29	174,85	19,81	-17,51

Fonte: Elaboração Própria – PAM-IBGE.

Nota: IGP-DI (FGV) 1994=100.

Tabela 17. Evolução do Crescimento Anual do Valor da Produção Agrícola das Mesoregiões da Zona Oeste Relativo ao Estado do Pará.

	2000/1999	2001/2000	2002/2001	2003/2002
Mesoregião				
Transamazônia Oriental				
Total	0,85	11,39	34,27	-26,94
Culturas permanentes	-11,32	23,64	55,53	-22,66
Extrativismo de coleta ¹	-81,81	-28,92	108,01	-22,06
Culturas temporárias	6,62	-15,30	-20,59	-49,81
Extrativismo de corte ²	38,48	10,47	8,54	0,48
Mesoregião				
Calha Rio Amazonas				
Total	-0,11	33,12	13,94	178,04
Culturas permanentes	8,42	3,37	-18,21	31,54
Extrativismo de coleta ¹	-55,84	41,16	22,28	5,90
Culturas temporárias	-3,68	48,74	31,15	80,28
Extrativismo de corte ²	3,31	5,83	-26,23	-21,92
Mesoregião				
Baixo Tapajós				
Total	-12,56	22,60	2,56	8,20
Culturas permanentes	-17,38	28,97	-13,45	5,79
Extrativismo de coleta ¹	-43,14	69,63	102,32	-59,67
Culturas temporárias	-5,08	-11,53	10,98	-30,61
Extrativismo de corte ²	-8,98	154,75	-2,41	7,02
Mesoregião				
Vale do Jamanxim				
Total	-14,88	31,96	-0,10	12,51
Culturas permanentes	-4,52	39,42	-25,07	18,32
Extrativismo de coleta ¹	-40,21	54,91	5,35	-27,91
Culturas temporárias	-19,86	-7,18	11,75	-34,84
Extrativismo de corte ²	-12,53	174,58	0,76	-1,55

Fonte: PAM-IBGE. 2004.

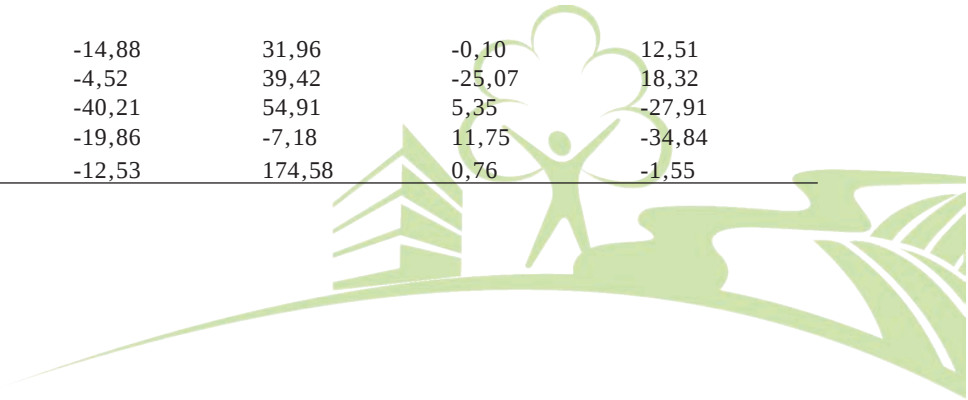


Tabela 17. Evolução do Crescimento Anual do Valor da Produção Agrícola das Mesoregiões da Zona Oeste Relativo ao Estado do Pará. (Cont.)

	2000/1999	2001/2000	2002/2001	2003/2002
Mesoregião				
Transamazônia Oriental				
Total	0,85	11,39	34,27	-26,94
Culturas permanentes	-11,32	23,64	55,53	-22,66
Extrativismo de coleta ¹	-81,81	-28,92	108,01	-22,06
Culturas temporárias	6,62	-15,30	-20,59	-49,81
Extrativismo de corte ²	38,48	10,47	8,54	0,48
Mesoregião				
Calha Rio Amazonas				
Total	-0,11	33,12	13,94	178,04
Culturas permanentes	8,42	3,37	-18,21	31,54
Extrativismo de coleta ¹	-55,84	41,16	22,28	5,90
Culturas temporárias	-3,68	48,74	31,15	80,28
Extrativismo de corte ²	3,31	5,83	-26,23	-21,92
Mesoregião				
Baixo Tapajós				
Total	-12,56	22,60	2,56	8,20
Culturas permanentes	-17,38	28,97	-13,45	5,79
Extrativismo de coleta ¹	-43,14	69,63	102,32	-59,67
Culturas temporárias	-5,08	-11,53	10,98	-30,61
Extrativismo de corte ²	-8,98	154,75	-2,41	7,02
Mesoregião				
Vale do Jamanxim				
Total	-14,88	31,96	-0,10	12,51
Culturas permanentes	-4,52	39,42	-25,07	18,32
Extrativismo de coleta ¹	-40,21	54,91	5,35	-27,91
Culturas temporárias	-19,86	-7,18	11,75	-34,84
Extrativismo de corte ²	-12,53	174,58	0,76	-1,55

Fonte: PAM-IBGE. 2004.

Tabela 18. PIB *per capita* constante dos Municípios Paraenses na área de abrangência da Zona Oeste - (2003)

	1999	2000	2001	2002	2003
Pará	4.467	4.525	4.619	4.157	4.367
Transamazônia Oriental					
Altamira	6.318	3.904	3.818	4.048	3.945
Senador José Porfírio	2.733	2.437	2.737	2.538	2.867
Uruará	3.183	3.113	3.629	4.721	3.769
Vitória do Xingu	5.865	5.688	7.357	7.608	7.413
Brasil Novo	5.143	4.923	4.665	5.304	4.913
Porto de Moz	2.159	2.251	2.413	2.337	2.237
Anapu	3.793	4.131	6.832	5.536	6.860
Medicilândia	11.175	8.244	7.445	15.802	10.930
Placas	5.483	5.368	5.629	7.372	5.554
Baixo Tapajós					
Itaituba	2.458	2.232	2.605	2.464	2.675
Trairão	4.661	4.101	4.484	3.676	3.676
Aveiro	1.615	1.629	1.485	1.322	1.371
Rurópolis	3.628	3.090	3.155	3.916	3.663
Calha do Rio Amazonas					
Santarém	2.579	2.462	2.690	2.574	3.422
Belterra	2.214	2.151	2.765	2.784	3.874
Juruti	1.999	2.005	2.005	1.765	2.000
Prainha	2.318	2.272	2.311	2.107	2.669
Vale do Jamanxim					
Jacareacanga	1.253	1.309	1.297	1.149	1.195
Novo Progresso	3.429	3.312	4.533	3.695	3.818

Fonte: IBGE/SEPOF.2004

Tabela 19. Evolução da Taxa de Crescimento do PIB *per capita* constante dos Municípios Paraenses na área de abrangência Zona Oeste

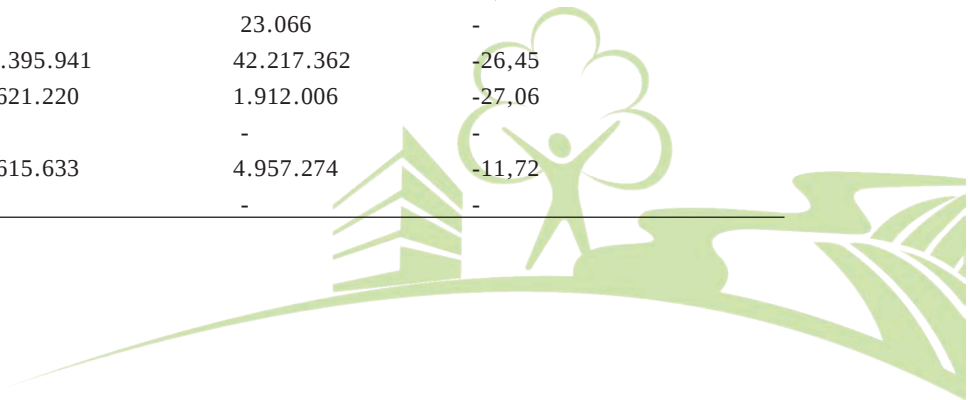
	2000/1999	2001/2000	2002/2001	2003/2002
Pará	0,01	0,02	-0,10	0,05
Transamazônia Oriental				
Altamira	-38,20	-2,22	6,02	-2,53
Senador José Porfírio	-10,84	12,32	-7,29	12,96
Uruará	-2,19	16,57	30,09	-20,16
Vitória do Xingu	-3,00	29,34	3,41	-2,55
Brasil Novo	-4,27	-5,24	13,69	-7,36
Porto de Moz	4,30	7,19	-3,17	-4,27
Anapu	8,92	65,39	-18,96	23,92
Medicilândia	-26,23	-9,70	112,27	-30,83
Placas	-2,11	4,88	30,97	-24,66
Baixo Tapajós				
Itaituba	-9,21	16,72	-5,41	8,57
Trairão	-12,01	9,32	-18,01	0,00
Aveiro	0,86	-8,81	-11,01	3,71
Rurópolis	-14,84	2,12	24,13	-6,48
Calha do Rio Amazonas				
Santarém	-4,55	9,29	-4,34	32,97
Belterra	-2,87	28,55	0,72	39,15
Juruti	0,26	0,00	-11,97	13,35
Prainha	-1,99	1,72	-8,83	26,71
Vale do Jamanxim				
Jacareacanga	4,44	-0,93	-11,38	3,96
Novo Progresso	-3,43	36,86	-18,48	3,33

Fonte: IBGE/SEPOF.2004.

Tabela 20. Evolução das Exportações Municipais – 2003-2003 US\$FOB

Município	2003	2004	Variação % 2004/2003
ALTAMIRA	10.480.449	11.495.040	9,68
ANAPU	1.362.985	2.759.429	102,45
AVEIRO	-	-	-
BELTERRA	-	2.451	-
BRASIL NOVO	-	-	-
ITAITUBA	5.263.347	12.721.136	141,69
JACAREACANGA	-	-	-
JURUTI	16.053	6.400	-60,13
MEDICILANDIA	1.175.485	1.246.543	6,04
NOVO PROGRESSO	1.172.501	2.126.782	81,39
PLACAS	-	87.963	-
PORTO DE MOZ	2.522.858	1.635.712	-35,16
PRAINHA	2.820.121	2.616.248	-7,23
RUROPOLIS	-	23.066	-
SANTAREM	57.395.941	42.217.362	-26,45
SEN. JOSE PORFIRIO	2.621.220	1.912.006	-27,06
TRAIRÃO	-	-	-
URUARA	5.615.633	4.957.274	-11,72
VITÓRIA DO XINGU	-	-	-

Fonte: SECEX/MDIC



especialmente agrícola, é o caso de Anapu e Novo Progresso, que apresentaram substancial crescimento das suas exportações em valor (US\$) no período. Todavia há de se fazer também, uma referência negativa quanto ao decréscimo médio das exportações, considerando o conjunto dos municípios, com destaque para a queda observada dos municípios de Juruti e Santarém (Tabela 21).

Sistema de Financiamento

A economia da região, tem como principal aporte de recursos, aqueles oriundos de programas de financiamento operados pelo Banco da Amazônia S. A. Assim, enquanto gestor financeiro dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), cumpre a esta instituição

Tabela 21. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião do Baixo Tapajós.

ProdutoAtividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
Aveiro			
outros sistemas de captação de água	604	269.460	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	6	4.350	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	68	63.600	Benfeitorias
pecuária bovina mista (prod.carne/leite)	0	119.945	BovCarneLeite
bovino-prod.leite-matriz -expo-feira	0	194.671,60	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. expo-feira	0	719.291,10	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	0	4.140	BovLeite
bovinos - prod. leite - criação	0	3.450	BovLeite
tratores nacionais	0	207.707,50	MaqEq
Tangerina	62	38.650	Outro
arroz consorciado	0	15.000	Outro
Piscicultura	0	6.003,16	Peixe
Pupunha	0	22.878,92	Perm
Suinocultura	0	26.629	Suínos
arroz irrigado	0	2.560	Temp
Itaituba			
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	0	2105,73	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	6	4.500	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	20	20.000	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	1	187000	BovCarne
bovino-prod.leite-matriz -expo-feira	29	44.500	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	13	16.600	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	0	180	BovLeite
bovinos - prod.leite - criação	0	87.367,05	BovLeite
ProdutoAtividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
tratores nacionais	0	13.724,50	MaqEq
maq implementos -preparação solo	0	4.019	MaqEq
maq implementos para colheita	0	6.763	Outro
Açaí	1	400	Perm
Banana	0	12.760,80	Perm
coco-da-baia	44	177.286	Perm
Cupuaçu	470	304.197	Perm
Graviola	0	82.606,89	Perm
pimenta do reino	1	4.190	Perm
Açaí	0	7.304	Perm
Cacau	0	33.500	Perm
pimenta do reino	0	2.795	Perm
mandioca (aipim-macaxeira)	1	28.001,93	Temp
arroz de sequeiro	0	302.055,70	Temp
Soja	14	14.930	Temp
intblMandioca	3	232.819	Temp
outras aplicações de custeio	0	3.600	Temp
desbravamento de glebas rurais	0	2.150.729	Terra
correção intensiva do solo	34	23.100	Terra
util.(jipes e semelhantes)	46	42.000	Veículos
Rurópolis			
outros sistemas de captação de água	134	168.555	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	4	12.800	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	12	17.746	Benfeitorias
instal const./reforma e aparelhagem	0	45.039,92	Benfeitorias
maq aparel.p/ explor.pecuarias	4	397.429,40	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	10	6.500	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	86.354	BovCarne
bovinos - prod.carne-criação	0	90.500	BovCarne
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	0	8.840	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	0	10.595	BovLeite
instal p/industrial.e beneficiamento	1	217.202	EqInd

Fonte: BASA, 2006.

Tabela 21. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião do Baixo Tapajós. (Cont.)

ProdutoAtividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
tratores nacionais	1	60.111,75	MaqEq
patrulha mecanizada- tratores nacionais	0	50.063,30	MaqEq
maq implementos- cultivoação solo	383	403.620	MaqEq
consolidação de dividas	4	9.600	Outro
ProdutoAtividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
coco-da-baia	4	138.000	Perm
Açaí	1	313.200	Perm
residencias rurais	0	18.390,80	Prédios
Mandioca	0	762.021,70	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	88	25.540	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	0	64.052,02	Temp
Milho	5	20.000	Temp
Camionetas	0	332.885,20	Veículos
util.(jipes e semelhantes)	2	12.600	Veículos
Caminhões	0	286.345,20	Veículos
carretas – carrocas	0	3.000	Veículos
Trairão			
outras aplicações de investimentos	11	11.000	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	33	33.000	Benfeitorias
bovinos - prod.carne- criação	0	123.284	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	0	4.184	BovCarne
pecuária bovina mista (prod.carne/leite)	0	370.135,50	BovCarneLeite
bovinos - prod.leite – criação	0	53.600	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	0	22.980,75	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	1	900	BovLeite
patrulha mecanizada- outras maq. nac.	566	406.100	MaqEq
tratores nacionais	1	76.000	MaqEq
maq implementos- preparação solo	0	82.239,36	MaqEq
outras culturas	4	3.600	OutrasCult
Cacau/banana	22	52.610	Perm
arroz de sequeiro	1	3.270	Temp
outras aplicações de custeio	0	18.809,04	Temp
Caminhões	2	125.177,50	Veículos

Fonte: BASA, 2006.

financeira, estabelecer as prioridades gerais, setoriais e espaciais de aplicação dos recursos desse fundo, dentro dos objetivos que norteiam a própria criação do FNO, mas também, em consonância com os interesses e diretrizes de atuação da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, bem como do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste sentido, o banco opera com diversas linhas de crédito próprias relativas a operacionalização do FNO, mas também, outras ligadas a operacionalização de programas específicos no âmbito da área de atuação de outros ministérios, seus órgão e, políticas. Assim, por exemplo, executa, entre outros, com recursos do FNO, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer).

Os limites de crédito, as condições de financiamento, inclusive, quanto aos itens que são financiáveis em cada caso, dependem do tipo de programa e da natureza do “cliente”, se individual ou em grupo (econômico). Vale ressaltar, entretanto, que os créditos para o investimento abrangem tanto capital de giro (custeio), como investimento fixo, ressalvadas as restrições estabelecidas nas diretrizes da instituição, norteadas pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

As Tabelas 22 a 24, apresentam os itens financiados e o valor contratado, por município pertencente a cada uma das mesorregiões da área de influência Zona Oeste, entre os anos de 2000 a 2005.

Analizando os elementos apresentados nas Tabelas, quanto ao produto/atividade e item financiado, para todas as mesorregiões consideradas, confirmam-se as características econômicas dos municípios que formam a área de influência Zona Oeste, centralizadas principalmente na produção agropecuária.

A Figura 28 mostra a posição absoluta de cada município do crédito contratado junto ao Basa. Assim, destacam-se os municípios de Santarém, Altamira e Uruará, este primeiro tendo recebido mais de R\$35.000,00, grande parte deste aplicado em benfeitorias e em máquinas e equipamentos, direcionado a agricultura mecanizada.

A Figura 29, relativiza o crédito contraído por cada município considerando o volume total de recursos tomados como empréstimos nos municípios em projetos destinados para a região.

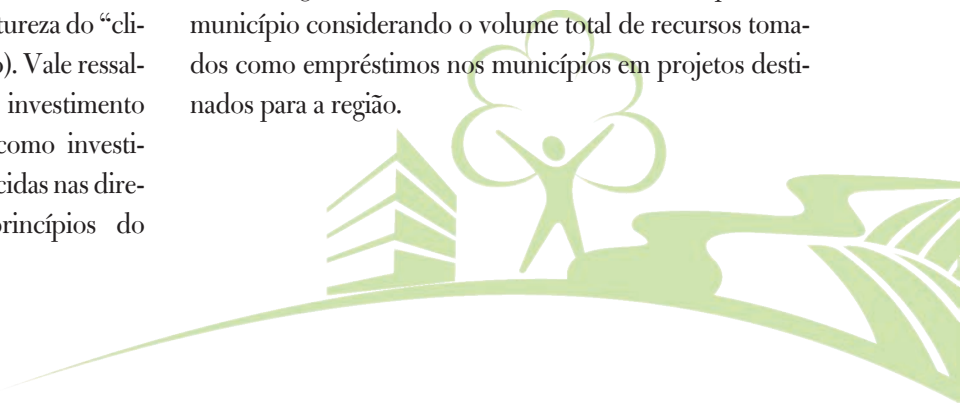


Tabela 22. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Transamazônica Oriental

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
Altamira			
outros melhoramentos não especificados	11	1.628.637,00	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	2	124.204,58	Benfeitorias
instal const./reforma e aparelhagem	1	4.050,00	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	296.000,00	Benfeitorias
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
outras aplicações de investimentos	4	27.187,00	Benfeitorias
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	43	30.100,00	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	698.966,62	BovCarne
pastagens (bovinos-carne)	4	238.496,20	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	0	362.238,07	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	486.058,34	BovCarne
bovinos - prod. carne-criação	180	36.478,61	BovCarne
bovinos-prod.carne-engorda	0	2.101.938,20	BovCarne
bovinos-prod.leite- matriz p/povoamento	8	6.400,00	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	0	149.881,31	BovLeite
bovinos - prod.leite - criação	0	92.279,24	BovLeite
bovinos-prod.leite- matriz p/povoamento	8	6.400,00	BovLeite
bovinos-prod.leite- matriz p/povoamento	267	289.250,00	BovLeite
bovino-prod. leite- reprod. p/ povoamento	10	15.600,00	BovLeite
Bovinos	118	66.020,00	BovCarneLeite
instal p/industrial. e beneficiamento	1	10.500,00	EqInd
maq implementos - colheitadeira	0	618.572,09	MaqEq
maq implementos- correção do solo	6	636.315,00	MaqEq
maq implementos- cultivacão solo	4	306.000,00	MaqEq
tratores nacionais	0	152.102,00	MaqEq
semente de feijão (safra de verão)	0	63.675,00	Outro
feijão irrigado (safra das secas)	59	73.280,00	Outro
Caju	0	1.979.103,57	Outro
Piscicultura	0	68.900,00	Peixe
pimenta do reino	29	15.500,00	Perm
Maracujá	0	1.266.446,06	Perm
mandioca (aipim- macaxeira)	2	214.648,40	Temp
outras aplicações de custeio	0	13.500,00	Temp
feijão de sequeiro (safra das secas)	10	5.000,00	Temp
feijão de sequeiro (safra de verao)	183	333.440,00	Temp
Mandioca	1994	1.319.020,00	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	30	21.000,00	Temp
Caminhões	0	13.650,00	Veículos
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
util.(jipes e semelhantes)	0	299.512,10	Veículos
Camionetas	0	3.267.799,58	Veículos
Caminhões	0	101.968,80	Veículos
Anapu			
outras aplicações de investimentos	0	595.014,94	Benfeitorias
instal const./reforma e aparelhagem	164	174.550,00	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	52	86.350,00	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	493	258.000,00	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	2	5.451,00	Benfeitorias
bovinos - prod. carne-criação	5	246.106,60	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	1.017.124,62	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	3.500,00	BovCarne
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	0	692.661,00	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. P/povoamento	0	65.506,00	BovLeite
bovinos - prod.leite - criação	133	78.855,15	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. P/povoamento	0	580.331,97	BovLeite
bovinos - prod.leite - criação	2	114.746,00	BovLeite
embarcações pequenas	0	372.367,41	Embarcações
patrulha mecanizada-tratores nacionais	0	190.919,04	MaqEq
Piscicultura	0	58.337,82	Peixe
Açaí	91	206.300,00	Perm
Pupunha	0	12.388,58	Perm
pimenta do reino	31	23.000,00	Perm
Maracujá	1	37.500,00	Perm
Cupuaçu	0	1.584.577,13	Perm
coco-da-baia	1332	922.095,00	Perm
Banana	9	35.980,02	Perm

Fonte: BASA, 2006.

Tabela 22. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Transamazônica Oriental. (Cont.)

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
residências rurais	3210	1.551.800,00	Prédios
arroz de sequeiro	0	1.318,20	Temp
Mandioca	17	13.600,00	Temp
Abacaxi	4	6.000,00	Temp
uti.(jipes e semelhantes)	175	70.000,00	Veículos
Brasil Novo			
outros melhoramentos não especificados	3	11.954,00	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	14	864.692,52	Benfeitorias
Irrigação	10	7.000,00	Benfeitorias
eletrificação rural	0	397.210,41	Benfeitorias
parBovinos	2	167.900,00	BovCarneLeite
maq implementos- preparação solo	48	66.180,00	MaqEq
tratores nacionais	0	100.748,00	MaqEq
Murici	0	467.391,63	Outro
Caju	0	228.040,94	Outro
Amendoim	0	504.215,80	Outro
Acerola	5	2.500,00	Outro
Açaí	0	244.579,42	Perm
borracha (seringueira)	0	46.558,25	Perm
pimenta do reino	0	17.850,00	Perm
Laranja	17	51.000,00	Perm
coco-da-baia	0	60.830,00	Perm
Banana	1	6.988,00	Perm
florestamento e reflorestamento	1150	660.600,00	Silv
Abacaxi	0	28.446,00	Temp
feijão de sequeiro (safra de resid)	140	33.880,00	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	237	78.600,00	Temp
outras aplicações de custeio	0	81.165,50	Temp
Caminhões	27	28.100,00	Veículos
bovinos-prod.leite- matriz p/povoamento	0	11.340,00	BovLeite
phabovino-prod.leite-reprod. P/povoamento	0	46.642,50	BovLeite
bovino-prod.leite- matriz -expo-feira	78	26.676,00	BovLeite
Bovinos	0	121.989,00	BovCarneLeite
patrulha mecanizada -tratores nacionais	0	19.152,00	MaqEq
residências rurais	9	9.000,00	Prédios
Abacaxi	9	3.150,00	Temp
arroz de sequeiro	54	35.100,00	Temp
Caminhões	0	5.760,00	Veículos
Medicilândia			
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	2	150.638,77	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	315.208,30	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	12	924.162,39	BovCarne
bovinos-prod.leite-reprod. Alta linhagem	3	3.500,00	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	7	25.538,00	BovLeite
Bovinos	753	470.752,40	BovCarneLeite
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
instal p/industrial.e beneficiamento	69	53.200,00	EqInd
patrulha mecanizada -tratores nacionais	12	829.141,00	MaqEq
Caprinos	0	2.800,00	Outro
Banana	33	33.000,00	Perm
agrícolas rurais	5	307.589,00	Prédios
outras aplicações de custeio	0	1.400,00	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	0	52.217,12	Temp
Mandioca	0	60.312,00	Temp
correção intensiva do solo	0	819	Terra
Camionetas	0	82.849,80	Veículos
Placas			
outras aplicações de investimentos	0	1.126.518,37	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	51.742,74	Benfeitorias
outros sistemas de captação de água	1	37.000	Benfeitorias
maq aparel.p/ explor.pecuarias	6	3.450	BovCarne
pecuária bovina mista (prod.carne/leite)	3	1.500	BovCarneLeite
Piscicultura	0	165.700,00	Peixe
Maracujá	300	90.000,00	Perm
Pupunha	14	9.100,00	Perm
agrícola rurais	0	104.074,50	Prédios
Suinocultura	1	650	Suínos
outras aplicações de custeio	375	179.810,00	Temp
Milho	355	150.000,00	Temp
arroz sequeiro (zoneamento agrícola)	2	260.347,00	Temp
arroz de sequeiro	0	607.667,59	Temp

Fonte: BASA, 2006.

Tabela 22. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Transamazônica Oriental. (Cont.)

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
maq implementos – adaptação solo	0	307.421,27	MaqEq
Tangerina	0	398.611,15	Outro
proteção do solo (produção/ recuperação)	0	63.296	Outro
manutenção do produtor e sua família	44	36.790	Outro
pimenta hortícula longa	1	650	Outro
Porto de Moz			
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	440	146.000	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.alta linhagem	0	205.623	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz-expo-feira	40	34.950	BovCarne
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	685	411.000	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	0	98.967,69	BovCarne
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	8	8.000	BovLeite
bovinos-prod.leite-reprod. Alta linhagem	19	17.000	BovLeite
Cupuaçu	0	35.824,16	Perm
coco-da-baia	0	66.837,50	Perm
cana-de-açúcar (fundação)	8	4.000,00	Temp
correção intensiva do solo	0	20.657,20	Terra
desbravamento de glebas rurais	2	118.440,00	Terra
Camionetas	2	10.496,00	Veículos
carretas – carroças	0	36.824,00	Veículos
Caminhões	1	61.304,00	Veículos
cana-de-açúcar	0	3.767,90	Outro
cultivadores motorizados- micro-tratores	0	269.033,49	Outro
Cacau	246	135.900	Perm
Café	0	944.96,35	Perm
castanha do Brasil	22	11.000	Perm
Senador José Porfírio			
Irrigação	1	28.601,80	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	18	14.400	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	5	4.400	Benfeitorias
outros sistemas de captação de água	0	215.599,92	Benfeitorias
bovinos – prod.leite – criação	0	242.302,95	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	0	293.852,24	BovLeite
bovino-prod.leite- reprod. p/povoamento	827	541.180	BovLeite
Tulha	0	24.086,13	Outros
Banana	2	5.740	Perm
Cupuaçu	1	59.870	Perm
Açaí	117	123.000	Perm
Graviola	103	57.100	Perm
pimenta do reino	0	440.825,70	Perm
Uruará			
Irrigação	0	1.205.854,17	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	1.135.761,18	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	3.485.693,33	Benfeitorias
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
outros melhoramentos não especificados	0	1.258.660,83	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	374.474,22	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	1	42.809	Benfeitorias
maq aparel.p/ explor.pecuarias	600	179.100	BovCarne
bufalos (bubalinos)	0	596.158	BovCarneLeite
Tapereba	2	117.584,00	Outro
residencias rurais	30	24.500,00	Prédios
outras aplicações de custeio	0	50.000,00	Temp
outras aplicações de custeio	2524	1.505.950,00	Temp
util.(jipes e semelhantes)	0	109.162,00	Veículos
instal p/industrial.e beneficiamento	17	8.500	EqInd
tratores nacionais	0	13.200	MaqEq
maq implementos- cultivoação solo	2928	1.292.566,50	MaqEq
patrulha mecanizada-tratores nacionais	17	1.269.180,96	MaqEq
outras culturas	14	1.760.394	OutrasCult
Graviola	0	14.800	Perm
Cacau	0	482.440,93	Perm
Açaí	2	149.281	Perm
Guaraná	293	146.500	Perm
pimenta do reino	2	7.462	Perm
Vitória do Xingu			
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	4.800	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz-expo-feira	27	18.370	BovCarne

Fonte: BASA, 2006.

Tabela 22. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Transamazônica Oriental. (Cont.)

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	3	10.000	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.alta linhagem	7	13.200	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	2231	1.123.500	BovCarne
bovinos-prod.carne-engorda	350	106.000	BovCarne
bovinos - prod.carne-criação	0	148.134	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	46	85.100	BovCarne
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	45	43.650	BovLeite
bovino-prod.leite-matriz -expo-feira	11	5.500	BovLeite
bovinos - prod.leite - criação	0	344.934,75	BovLeite
colheitadeiras automotrizes nacionais	1	101.403	MaqEq
Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
maq implementos- correção do solo	0	67.529,70	MaqEq
maq implementos- preparação solo	0	161.114,97	MaqEq
Secadores	1	543.582,90	MaqEq
tratores nacionais	10	730.739	MaqEq
milho irrigado	0	155.250	Outro
Café	0	269.341,45	Perm
Cacau	0	366.188,34	Perm
instal (construcao ou reforma)	0	14.004,50	Prédios
arroz irrigado	0	194.400	Temp
outras aplicações de custeio	0	1.528.545,06	Temp
carretas - carroças	2	5.837	Veículos
util.(jipes e semelhantes)	3	196.895	Veículos
Caminhões	8	680.242,03	Veículos

Fonte: BASA, 2006.

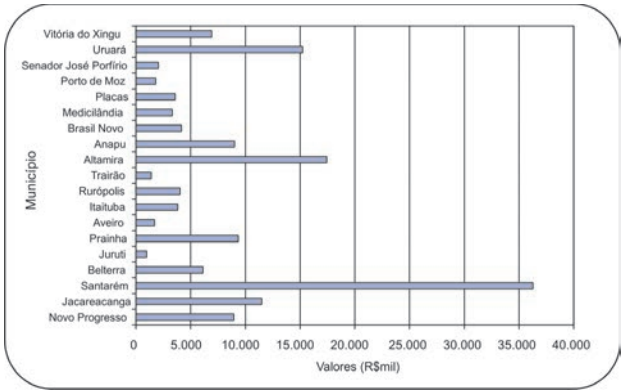


Figura 28. Volume de créditos contraídos junto ao BASA por município na Área de Influência da Zona Oeste: 2000 a 2005.
Fonte: UFPA/NUMA/NAEA/MPEG, projeto ZEE BR -163. Sócioeconomia, 2003

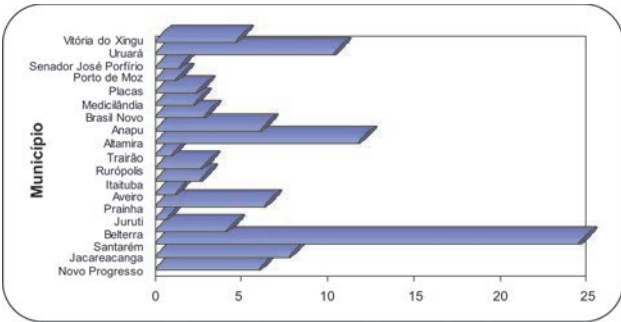


Figura 29. Posição Relativa dos Municípios da BR-163, segundo o Volume de Recursos Contraídos junto ao BASA - 2000 a 2005

Considerações finais

Situada nas Mesorregiões do estado do Pará: Baixo Amazonas e Sudoeste que contribuem com cerca de 9 % e 6 %, respectivamente, com o PIB paraense, a economia que se forma, em torno da área de influência Zona Oeste, possui como característica marcante sua forte vinculação as atividades primárias, onde se destacam a exploração florestal, particularmente a atividade madeireira; a pecuária bovina, destinada ao corte e com características extensivas e a agricultura, com destaque tanto para algumas culturas permanentes como temporárias, com destaque para a fruticultura do cacau e as culturas de características mecanizadas como: soja, arroz e milho.

Outras características importantes que foram evidenciadas do ponto de vista agregado foram:

- No conjunto os municípios vêm experimentando nos últimos anos, um crescimento não homogêneo entre si. Alguns apresentando forte tendência de alta, especialmente nos últimos dois anos da série 2002 e 2003, outros, tendo suas economias encolhidas, nesse mesmo período.
- A evolução do PIB a preços correntes apresenta, como regra geral, para todos os municípios, um crescimento especialmente a partir do ano de 2000. Comportamento este que se replica nas áreas das Mesorregiões. Destoando deste movimento, encontram-se os muni-

Tabela 23. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Calha do Rio Amazonas

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
Santarém			
adubação intensiva do solo	0	5.414,50	Adubação
outros animais de serviço	1	500	AnimTrab
muare/ asininos	0	437.492,44	AnimTrab
outros animais de serviço	0	11.750,40	AnimTrab
silo (construção ou reforma)	0	68.092,56	Benfeitorias
outros sistemas de captação de água	0	830,22	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	18.208,00	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	39.367,05	Benfeitorias
outros sistemas de captação de água	0	228.693,73	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	980.141,55	Benfeitorias
instal const./reforma e aparelhagem	2	2.726.389,47	Benfeitorias
outros sistemas de captação de água	0	9.037,50	Benfeitorias
instal const./reforma e aparelhagem	10	2.897.194,64	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	3.699,00	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	3798	14.825.695,91	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	59	240.316,65	Benfeitorias
bovinos-prod.carne-matriz-expo-feira	0	2.099,50	BovCarne
bovinos – prod.carne-criação	0	2.515.367,03	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	115.172,35	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	0	432.540,21	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	0	17.916,00	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz-expo-feira	9	60.300,00	BovCarne
bovinos – prod.carne-criação	24	36.000,00	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	418	207.838,80	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	0	78.194,09	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	0	33.617,82	BovCarne
util.(jipes e semelhantes)	0	50.246,40	Veículos
outros veículos	0	75.380,39	Veículos
Camionetas	110	8.309,90	Veículos
Caminhões	4	255.139,87	Veículos
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	8.547,36	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	0	44.995,21	BovCarne
Bovinos	1	5.600,00	BovCarneLeite
pecuária bovina mista (prod.carne/leite)	0	9.733,01	BovCarneLeite
bovinos – prod.leite – criação	0	1.831.470,93	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. Expo-feira	0	186.677,65	BovLeite
bovino-prod.leite-matriz –expo-feira	0	184.170,00	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	17	7.650,00	BovLeite
bovinos – prod.leite – criação	5	18.580,00	BovLeite
bovino-prod.leite-matriz –expo-feira	0	151.586,60	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. Expo-feira	70	23.100,00	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. P/povoamento	630	310.450,00	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. P/povoamento	0	5.800,00	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	4	573.832,42	BovLeite
maq implementos- cultivacão solo	4804	70.230,00	MaqEq
tratores nacionais	0	432.521,38	MaqEq
maq implementos- preparação solo	0	66.267,74	MaqEq
tratores nacionais	54	51.700,00	MaqEq
maq implementos- preparação solo	0	134.284,80	MaqEq
maq implementos- preparação solo	0	75.191,15	MaqEq
maq implementos – adaptação solo	15	13.338,00	MaqEq
maq implementos – colheitadeira	0	2.443.730,92	MaqEq
outras culturas	0	600	OutrasCult
outros produtos não especificados	0	4.273,00	Outros
Piscicultura	0	1.305,60	Peixe
pimenta do reino	1	6.580,00	Perm
coco-da-baia	202	242.008,57	Perm
Mandioca	0	40.281,72	Temp
outras aplicações de custeio	0	37.435,32	Temp
Soja	0	28.285,71	Temp
arroz de sequeiro	0	83.767,93	Temp
outras aplicações de custeio	0	67.536,00	Temp
arroz de sequeiro	120	53.250,00	Temp
arroz irrigado	0	212.750,00	Temp
Milho	1	31.124,46	Temp
outras aplicações de custeio	48	344.780,00	Temp
Soja	0	4.579,50	Temp
correção intensiva do solo	0	1.254.234,09	Terra
correção intensiva do solo	0	443.805,28	Terra
util.(jipes e semelhantes)	0	219.456,97	Veículos
Camionetas	0	113.208,58	Veículos

Fonte: BASA

Tabela 23. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião da Calha do Rio Amazonas. (Cont.)

Produto/Atividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
Caminhões	156	38.956,15	Veículos
util.(jipes e semelhantes)	0	50.246,40	Veículos
outros veículos	0	75.380,39	Veículos
Camionetas	110	8.309,90	Veículos
Caminhões	4	255.139,87	Veículos
Belterra			
outros sistemas de captação de água	0	2.337,00	Benfeitorias
outros melhoramentos não especificados	0	3.971.960,05	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	1.305,60	Benfeitorias
pastagens (bovinos-carne)	1	350	BovCarne
embarcações pequenas	0	31.670,04	Embarcações
tratores nacionais	0	1.032,00	MaqEq
residên (bubalinos) – residên e engorda	0	225.177,41	Outro
Tulha	0	67.142,40	Outros
Pupunha	0	192.766,22	Perm
Cupuaçu	6	650.304,28	Perm
Açaí	0	8.600,00	Perm
residências rurais	33	12.250,00	Prédios
Suinocultura	0	20.227,20	Suínos
Abacaxi	0	162.774,00	Temp
Terreiros	3	766.183,70	Terra
outros veículos	0	16.698,60	Veículos
Juruti			
muares/asininos	0	12692	AnimTrab
idctlpinstal const./ reforma e aparelhagem	0	29722,46	Benfeitorias
outras aplicações de investimentos	0	4950	Benfeitorias
maq aparel.p/ explor.pecuarias	0	36380	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	1	450	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz-expo-feira	7	7000	BovCarne
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	57	28500	BovLeite
outros animais- reprod. Alta linhagem	0	12300	BovCarneLeite
Mamão	42	153.833,16	Perm
Laranja	0	4.595,51	Perm
Cacau	21	13.900,00	Perm
Cupuaçu	1	350	Perm
Graviola	0	91.462,70	Perm
Mandioca	0	43.545,00	Temp
mandioca (aipim- macaxeira)	0	52.140,00	Temp
Milho	0	365.066,87	Temp
Caminhões	0	67.500,00	Veículos
Camionetas	0	41.051,90	Veículos
Prainha			
Eqüinos	0	5.700	AnimTrab
Avicultura	0	440.087,60	Aves
avicultura – produção de ovos	583	222.750	Aves
instal const./reforma e aparelhagem	0	136.380,75	Benfeitorias
Irrigação	0	401.899,76	Benfeitorias
maq aparel.p/ explor.pecuarias	7	638.121,75	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	0	42.113,20	BovCarne
bovinos-prod.carne-matriz p/povoamento	0	783.659,42	BovCarne
maq aparel.p/ explor.pecuarias	70	22.750	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	70	49.800	BovCarne
bovino-prod.leite-			
reprod. P/povoamento	0	176.480,47	BovLeite
bovinos – prod.leite – criação	0	107.767,72	BovLeite
bovino-prod.leite-			
matriz -expo-feira	0	41.635	BovLeite
bovinos – prod.leite – criação	335	340.700	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. Expo-feira	0	9.995,10	BovLeite
Bovinos	2	119.265,00	BovCarneLeite
maq implementos- cultivoação solo	0	30.415,04	MaqEq

Fonte: BASA



Tabela 24. Item Financiado e Valor Contratado pelo BASA na Mesoregião do Vale do Jamamxim.

ProdutoAtividade	Quant.	Valor Contratado	ItemFinanciado
Novo Progresso			
bovinos - prod. carne-criação	7	430.237,45	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.alta linhagem	0	71.496,3	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod.p/povoam.	0	106.122	BovCarne
bovinos-prod.carne-reprod-expo-feira	0	14.194,08	BovCarne
Bovinos	1	70.000	BovCarneLeite
bovino-prod.leite-matriz -expo-feira	76	212.800	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. p/povoamento	82	152.646	BovLeite
bovino-prod.leite-reprod. expo-feira	153	637.800	BovLeite
bovinos - prod. leite - criação	2	7.200	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	0	3.371.068,8	BovLeite
Caprinos	0	84.700	Outro
Coentro	8	440.000	Outro
cebolinha verde	20	11.999,9	Outro
Banana	21	22.440	Perm
coco-da-baia	8	1.569.640	Perm
Camionetas	0	1605783,66	Veículos
Caminhões	0	131.726,3	Veículos
Jacareacanga			
bovinos - prod. leite - criação	0	2.045.483,83	BovLeite
bovinos-prod.leite-matriz p/povoamento	4	260.882	BovLeite
maq implementos- correção do solo	50	135.600	MaqEq
hortaliças diversas	0	56.129,7	Outro
Piscicultura	0	9.000	Peixe
Açaí	0	14.500	Perm
Banana	0	1.302.961	Perm
coco-da-baia	0	71.981,84	Perm
Cupuaçu	0	1.124	Perm
Laranja	0	318.780	Perm
Limão	0	612.092,18	Perm
Pupunha	0	9.900	Perm
Maracujá	186	614.000	Perm
mandioca (aipim-macaxeira)	8250	5.044.100	Temp
outras aplicações de custeio	5	1.800	Temp
mandioca (aipim-macaxeira)	2	990000	Temp

Fonte: BASA

cípios de Medicilândia e Placas, que experimentaram no último período da série (entre 2002 e 2003), uma queda de 25 % e 18 %, respectivamente do seu PIB nominal.

- Todavia, o comportamento visualizado muda um pouco de figura quando se considera os dados a preços constantes, onde se verifica uma forte oscilação no período principalmente referente aos municípios de menor expressão econômica e com maior dependência do setor agropecuário.

- Entre os municípios de maior expressão econômica, tendências completamente distintas. Desse modo, enquanto Santarém experimentou um forte aumento, especialmente no último ano (2003), Itaituba mantém uma tendência mais regular de crescimento, enquanto Altamira se mantém mais ou menos estagnada nos últimos anos, experimentando pequenas variações a menor e a maior. Há de se destacar também o comportamento de Medicilândia, que apresenta um comportamento com variações muito acentuadas entre os anos da série, revelando bastante instabilidade no período.

- Relativizando esses resultados no contexto da economia paraense, constata-se que somente os municípios de Altamira e Santarém apresentaram uma participa-

ção no PIB do estado do Pará acima de 1 %. Com destaque para este último município que vem aumentando sua participação relativa no PIB estadual desde o ano de 2000. Por outro lado, um destaque negativo pode ser dado a evolução relativa do município de Medicilândia, especialmente quanto ao último período da série corroborando a análise feita anteriormente.

- Quanto ao comportamento relativo das Mesorregiões, observa-se comparando o primeiro ao último ano da série, que enquanto as Mesorregiões da Transamazônia Oriental e Baixo Tapajós tiveram perda de importância relativa, as Mesorregiões da Calha do Rio Amazonas e Vale do Jamanxim, aumentaram esta participação.

- A partir da média dos PIBs, verifica-se que apenas os municípios de Altamira, Itaituba, Medicilândia, Santarém e Uruará, se mantém acima da média em todo o período, estando os demais municípios abaixo da média.

Quando se analise a distribuição percentual das unidades produtivas dos municípios por ramo de atividade, percebe-se que os municípios de maior expressão econômica e populacional, está concentrada, a estrutura de transporte, armazenagem, comunicação e intermediação financeira, portanto, a logística básica para a distribuição e

comercialização da produção da região. Estes municípios são também os que fornecem externalidades locais ligadas aos serviços de natureza pública e coletiva, como os relacionados à educação, saúde, defesa, seguridade social e outros serviços coletivos.

A definição das tendências, em termos do comportamento agregado, para as Mesorregiões e, respectivos municípios paraenses da BR-163, tem vinculação direta com a evolução e desenvolvimento das diferentes atividades econômicas alavancadoras dessas economias definidas espacialmente em cada caso. Em verdade, é possível distinguir diferentes tendências, ao sabor do dinamismo de cada atividade principal, ao que se distingue uma: economia agrícola: empresarial e familiar; economia do setor florestal, com preponderância da atividade madeireira, economia da pesca, economia da pecuária e economia do turismo. Todas com diferentes graus de abrangência espacial e dinamismo para cada economia municipal. Pela importância de cada atividade em particular, será destinado capítulo específico neste relatório, onde poderão ser traçadas suas possíveis tendências.

As frentes de exploração econômica (madeira, garimpo, agricultura mecanizada, soja)

Na Figura 30, procura-se sintetizar uma cadeia correlacionando diferentes formas de uso da terra representativas das frentes de ocupação, tais como se estabelecem em função das estratégias dos atores, antes de apresentar com mais detalhes cada “frente” de exploração econômica.

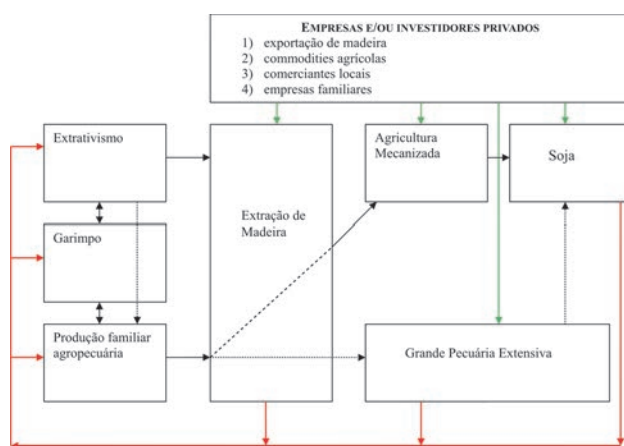


Figura 30. Cadeia dos Usos da Terra.
Fonte: Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

À esquerda do diagrama, a categoria “extrativismo”, remete à extração de produtos florestais não madeireiros, tal como praticada pelas populações remanescentes do período da borracha, concentradas no entorno dos rios e

nos espaços urbanos pré-rodoviários (Riozinho do Anfrísio, etc.); a categoria “produção familiar agropecuária” faz referência aos sistemas baseados numa agricultura de corte-e-queima e pequena pecuária, acompanhada – em certas áreas – da cultura de produtos perenes e semi-perenes, como pimenta, cacau e outras árvores frutíferas. Estes sistemas vinculam-se à imigração mais recente, que acompanha a estrada, compreendendo os “colonos” – em assentamentos públicos ou privados – e da mesma forma uma migração espontânea, que se estabelece inicialmente fora das áreas de assentamento demarcadas (via de regra regularizadas *a posteriori* pelo Incra). O “garimpo”, precedendo também a abertura das estradas, constitui para as categorias anteriores uma alternativa mais ou menos temporária e seus benefícios – quando ocorrem de forma significativa – podem permitir a reconversão do garimpeiro, dando-lhe capacidade para investir – com frequência – na pecuária (ampliação da área e do rebanho), e praticamente jamais na produção extrativa não madeireira (excluindo-se talvez o comércio de produtos do extrativismo).

A exploração madeireira se instala por sua vez como uma realidade incontornável da ocupação. Ela representa, para as populações residentes numa determinada área, uma fonte de renda (venda do tronco em pé), de melhoria ou abertura de caminhos e vicinais e, finalmente, a possibilidade de empregos nas serrarias e nas equipes de localização, derrubada e tração das árvores. A extração madeireira também fornece oportunidades de acumulação (e de mobilidade social) para vários atores intermediários, nos primórdios da ocupação de uma área (serragem de madeira para o mercado local na época de construção das cidades, fornecimento de madeira para compradores de fora, etc.). Em seguida, os pequenos ateliês com serras tico-tico do começo vão sendo progressivamente substituídos por grandes pátios de serragem.

Nesse processo, alguns indivíduos, geralmente ligados ao comércio local ou a empresas especializadas, concretizam uma posição intermediária na cadeia da extração madeireira, e investem seus lucros na grande pecuária extensiva ou – em alguns casos – na agricultura mecanizada. Por outro lado, nos locais onde predomina ou vem a se instalar de forma significativa, como no planalto santareno (Alenquer, etc. cf. também a sudeste da hidrelétrica do Curuá-Una), a agricultura mecanizada não pode ser dissociada da cultura da soja.

Duas observações impõem-se aqui de imediato. A primeira, é o lugar do extrativismo nessa cadeia. Tal como definido aqui, o extrativismo libera mão-de-obra ao invés

de absorvê-la, e não constitui, no atual estado de coisas, uma alternativa de investimento significativamente presente nas estratégias dos atores.

A segunda é o impacto que exercem os diferentes elementos da cadeia, a partir da extração madeireira, sobre a posse da terra (representado pelas linhas vermelhas no diagrama). Para muitos atores intermediários, a extração madeireira – com tudo o que representa em termos de transformação da paisagem – aparece como uma ocasião para o apossamento de áreas e prelúdio à expansão de suas atividades agropecuárias (formação de fazendas), mas também como forma de acumulação em si (venda de lotes).

A dinâmica da interação entre essas frentes de exploração econômica condiciona a formação dos territórios, relacionando-se à estratégia de diferentes atores. Vale mencionar a ocupação de terras por empresas “colonizadoras”, que se tornou uma das características do avanço da fronteira no Pará, onde se tentou implantar o sistema inclusive em algumas áreas destinadas aos programas de distribuição de terra anteriores, como no caso da Cooperativa Agrícola de Trabalhadores Rurais de Ijuí (RS) – Cotrijuí, cujas atividades estariam associadas à produção de cana-de-açúcar na usina Abraham Lincoln, em Vila Pacal (Km 92 da Transamazônica – Altamira/Itaituba).

Outro exemplo importante é o dos Contratos de Alienação de Terras Públicas em favor de pequenas e médias empresas rurais (regulados pela Instrução Especial/Incra no 6^a, de 29 de novembro de 1977), que desde os anos 1980 geravam enfrentamentos entre “empresários” e posseiros nas zonas de colonização (Anapú por exemplo)¹⁶, culminando recentemente com o assassinato de Dorothy Stang. Os CATPs tornaram-se uma mina de ouro para seus beneficiários, que a esse título candidatar-se com grandes probabilidades de êxito a financiamentos da extinta Sudam, ainda que não houvessem cumprido os termos do contrato original de alienação.

Teoricamente assim, as cooperativas deveriam viabilizar uma colonização que passasse rapidamente da etapa da produção de gêneros alimentícios de cultura temporária à produção de culturas perenes e/ou de alto valor de mercado (cacau, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar, etc.). O fato é que sua ação, encorajada pelo Estado, resultava na apropriação irregular de vastas extensões de terra, criando muitos focos duráveis de tensões e conflitos ao disputarem espaços com as populações de migrantes espontâneos.

Uma das áreas investidas pelas cooperativas foi a da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), que – dois anos depois das obras da conclusão da rodovia, em outubro de

1976 – havia despertado o interesse da Associação de Empresários da Amazônia.

A política de colonização privada resultava numa “contra-reforma agrária”, na medida em que excluía “operários agrícolas, parceiros e posseiros”, incapazes do investimento necessário para participar dos projetos das colonizadoras. Esse modelo de ocupação, que predomina na área de influência Zona Oeste sobretudo no centro-norte de Mato Grosso (onde três grandes empresas privadas do Sul e do Sudeste do país (Colíder, Sinop e Indeco) cedo implantaram programas de colonização que deram origem às cidades de Colíder, Sinop e Alta Floresta, respectivamente), evolui ao longo da Cuiabá-Santarém, no sentido Sul-Norte. Em meados dos anos 1980, um fazendeiro de São Paulo – Gustavo Prudente Moraes de Almeida – abre uma fazenda na confluência atual entre a Cuiabá-Santarém e a estrada Transgarimpeira, trazendo compradores de terra para colonizar a área.

A colonização privada alcançava assim, via Cuiabá-Santarém, as frentes garimpeiras que desde o final dos anos 1950 já vinham ocupando pontualmente áreas densamente irrigadas e ricas em ouro de aluvião no vale do Tapajós, ao sul do planalto santareno, em torno de rios como o Jamanxim, o Crepori e Creporizinho, e que se encontram na origem de cidades como Castelo de Sonhos e Novo Progresso. Na década de 1980 – relembra um cronista local – “com os garimpos e garimpeiros, algumas famílias começaram nossa vida comercial (...) fazendo da BR-163 (em Novo Progresso) uma pista de pousos e decolagens de aeronaves. (...) À medida que aumentavam os garimpos num grande raio em torno de Novo Progresso e com o crescimento do movimento local, o aeroporto mudou para o bairro Pires de Lima (...)” (CORUJA, s/d).

Breve histórico da garimpagem

O início da fase atual da garimpagem na Amazônia data de 1958 quando foram descobertas as primeiras jazidas de ouro na região do Tapajós, uma região marcada pela reduzida complexidade social e econômica e com uma experiência centenária no setor extrativista com a coleta de borracha e de outros produtos silvestres. No entanto a atividade da garimpagem se estruturou de uma forma diferente do extrativismo tradicional.

Ao contrário do seringal, onde a remuneração do seringueiro dependia da produção e do preço da borracha na venda, os donos de garimpo passam a se apropriar, sozinhos, da renda diferencial¹⁷ gerada nas áreas de alta produ-

16 Num levantamento em curso, realizado pela CPT, já haviam sido computados mais de 700.000 hectares distribuídos a título de CATP a “empresários” na área da Transamazônica (Tarcisio Feitosa, comunicação pessoal).

17 Veja sobre o conceito da renda diferencial na mineração Bomsell (1992)

tividade natural¹⁸, o trabalho no garimpo se constituiu no início da garimpagem como trabalho assalariado, independente do resultado do trabalho mas dependente do valor do produto da extração, porque a diária era paga em ouro. Tomando como base os valores das diárias, citadas na literatura, o salário mensal dos trabalhadores se fixa na faixa de 50 gramas de ouro por mês¹⁹, que corresponde a 25 % da produção individual mensal de 200 gramas por trabalhador²⁰. Durante os anos 1960, o desenvolvimento da atividade garimpeira refletiu pouco sobre a cidade de Itaituba, cujo maior empregador era a Prefeitura. E as elites locais mostravam pouco interesse pela nova atividade econômica que estava vinculada mais com Santarém, que nessa época garantia um fluxo mais regular de mercadoria do que propriamente Itaituba. Em 1969 o município de Itaituba obtinha com o extrativismo vegetal e a caça de peles de animais silvestres quase a mesma renda que a extração de ouro²¹.

1973 - 1978: integração nacional da região e o primeiro aumento de preço do ouro

A garimpagem enfrentou, no final da década de 1960, os primeiros sinais de uma crise. Considerando que os equipamentos rudimentares usados no início da garimpagem no Tapajós só recuperavam a metade do ouro contido, os valores da produção indicam que os aluviões que foram explorados no início eram altamente ricos²². Como em outras áreas, a extração segue uma tendência típica da garimpagem, ela começa nos aluviões com maior produtividade natural²³. Os aluviões foram todos trabalhados sem modificações na base técnica da extração que continuava sendo feita manualmente. Depois de uma década a produtividade começava a cair. A produção individual baixou de 200 gramas de ouro por trabalhador/mês para 150 gramas e tudo indicava que as restrições naturais (redução do teor dos aluviões)

estabelecessem o fim da garimpagem na região. Porém nesse momento de crise, nota-se um conjunto de modificações nas variáveis externas responsáveis pela estruturação da garimpagem e, devido a esse quadro externo diferente, a garimpagem se modificou e superou a crise ficando momentaneamente fortalecida.

Dentre os fatores que contribuíram para que ocorresse esse fenômeno estão:

O aumento significativo do preço do metal, que se registrou em 1971. Esse aumento reflete os sintomas da crise no sistema financeiro internacional e a perda da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos²⁴.

A chegada da Transamazônica e da Santarém - Cuiabá facilitou a ligação de Itaituba aos mercados (financeiros e de mercadoria) do sul do país e criaram-se as condições para que o município pudesse assumir o papel de centro comercial da província aurífera. A “descoberta” da região pelo governo federal através do programa de colonização no início dos anos 1970 resultou em um aumento da presença do Estado e em um forte fluxo migratório para a região²⁵.

Essas mudanças na região não ficaram sem reflexo na organização social do garimpo. No início dos anos 1970, houve uma mudança no regime de trabalho. O salário, cujo valor em dinheiro somente dependia do preço do ouro e não da produtividade, cede lugar a um sistema de participação, criando uma forma de remuneração onde o ganho se dissocia do tempo de trabalho, associando-se ao valor do bem mineral (componente mercado mundial) e à produtividade da jazida (componente natureza). Este sistema ficou conhecido como meia-praça²⁶, e que garantia ao trabalhador em geral a metade da produção com os custos sendo arcados pelo dono do serviço. A introdução do novo regime de trabalho (meia-praça), que provocou um aumento do ganho individual de 50 gramas/mês para 75 gramas/mês, não explica somente através da relação capital - trabalho, mas impõe a necessidade de procurar outros motivos que possam explicar essa mudança.

18 Cleary descreve o mesmo mecanismo para os garimpos de Maranhão.

19 Além da diária os garimpeiros receberam a alimentação e na maioria dos casos o dono do garimpo se responsabilizou pelos custos do transporte dos trabalhadores ao garimpo.

20 Todos os números aqui apresentados foram levantados por mim ou compilados de fontes disponíveis.

21 O valor dos produtos do extrativismo em 1969 se distribuiu assim: extração vegetal: 21%, peles de animais silvestres 25%, ouro 54%. (Mathis, 1995)

22 O teor médio do aluvional trabalhado no início da garimpagem era 18 g/m³ (MINTER/SUDAM 1972: 113)

23 Produtividade natural é o resultado da qualidade e localização do recurso mineral (Massarrat 1993, S. 54).

24 O processo começa já nos anos 60 e passa pela suspensão da convertibilidade dólar / ouro em 1971 e termina com a criação de um sistema de taxas de câmbio livres em 1973.

25 Entre 1970 e 1980 a população do município aumentou de 12.690 para 39.829 (dados do IBGE).

26 A meia-praça tem sua origem na vontade de alguns trabalhadores de sair do trabalho assalariado, sem dispor de recursos para bancar as despesas da prospecção e da abertura de um novo garimpo. No início, alguns trabalhadores “receberam” dos donos do garimpo o privilégio da meia-praça, isto é, o dono do garimpo responsabilizou-se pelas despesas de prospecção e caso os garimpeiros conseguissem encontrar uma jazida eles dividiam a produção com o fornecedor dos alimentos e dos meios de produção. Mais tarde, a meia-praça se estabeleceu dentro dos garimpos já existentes como relação entre os trabalhadores e o dono do serviço, que é a pessoa que recebeu do dono de garimpo a autorização para trabalhar uma certa parcela de terra no garimpo. Uma outra forma de meia-praça se estabeleceu dentro dos garimpos entre comerciantes e trabalhadores. O comerciante fornecia alimentação e meio de trabalho para um grupo de garimpeiros que pagassem depois com a metade da produção.

O programa de colonização trouxe para a região de fronteira não somente pessoas sem terra do nordeste, mas também um contingente razoável de pequenos empresários com posse de capital a fim de investir. Uma parte dessas pessoas investe no comércio que se expande depois da transformação da cidade em centro de apoio dos garimpos²⁷ e uma outra parte encontra na meia-praça uma forma de investir o seu capital na garimpagem, sem a necessidade de criar a infra-estrutura ou logística completa de um garimpo e com a possibilidade de transferir uma parte do risco da prospecção para os trabalhadores. Essa abertura da garimpagem para o pequeno e médio capital, junto com a grande oferta de mão-de-obra oriunda dos fracassados projetos de colonização, resultaram em um aumento substancial da produção do ouro na região. Essa tendência foi forçada pelo aumento de preço do ouro no mercado internacional que mesmo com produtividade menor triplicou o valor do ganho dos trabalhadores na garimpagem.

1978 - 1983: a fase de mecanização da garimpagem

O aumento do preço de ouro, no início dos anos 1970, foi um dos fatores que ajudou esta atividade a encontrar um novo arranjo de produção para superar o obstáculo natural, o esgotamento dos aluviões superficiais mais ricos. No entanto, essa solução se mostrou eficiente somente por pouco tempo. Na segunda metade da década de 1970 ficou evidente que só uma mudança da base tecnológica do processo de extração do ouro poderia prolongar a vida da garimpagem na região. E esta mudança começou, no Tapajós, em 1978 com a introdução de balsas²⁸. A partir de então se iniciava a mecanização da garimpagem e se tornava possível trabalhar em jazidas que antigamente não estavam no alcance dos garimpeiros (aluviões nos leitos ativos dos rios e aluviões mais profundos).

A mudança na tecnologia da extração ocorreu dentro do regime de trabalho vigente. Ou seja, o princípio da remuneração em dependência da produção, que tinha se estabelecido como sistema padrão da contratação de mão de obra, se manteve. Mas observou-se a partir deste momento uma diminuição da quota de participação dos trabalhadores no montante da produção reduzindo-se de 50 % para 40 % ou 30 %. Os donos dos garimpos justificaram essa mudança pelo aumento dos custos da produção

e os trabalhadores aceitaram-na, devido ao aumento do valor do ganho individual em consequência do aumento do preço de ouro que conseguiu absorver a queda na produção individual.

A alta do preço de ouro nos mercados internacionais, em 1979/80, não somente ajudou a baixar a participação dos trabalhadores no produto do trabalho, mas também foi responsável pela rapidez com que a nova técnica se estabeleceu como padrão na exploração de ouro aluvial nos garimpos da Amazônia. Devido à riqueza das novas jazidas, não alcançáveis, até então, pelos garimpeiros, e à elevação do preço de ouro, a mecanização se tornou possível para a maioria dos donos de garimpo ou donos de serviço somente com os lucros da garimpagem sem necessidade de recorrer ao capital externo.

A alta de preço do ouro foi responsável pela rapidez com que se deu a nova forma de apropriação da natureza nos garimpos de ouro conseguindo encobrir uma tendência que se mostrou desastrosa para a natureza - a queda da produtividade em função da mecanização da garimpagem. Por outro lado, a substituição da energia humana pela energia fóssil consegue quase dobrar a produção individual de ouro do garimpeiro, só que esse aumento da produção física não ocorreu em consequência de um melhor aproveitamento do material aurífero trabalhado, e sim em função do aumento do material trabalhado. Usando as máquinas, os garimpeiros conseguiram agora lavar 7,5 vezes mais material do que antes trabalhando manualmente. Entretanto essa discrepância entre custo e rendimento foi superada pelo aumento do preço que equilibrou os ganhos dos garimpeiros, mas para a natureza, esse mecanismo se mostrou desastroso. Cada grama de ouro extraída com uso de máquinas requer quatro vezes mais material que antes e a garimpagem aumentou a sua força destrutiva²⁹. O aumento da produção física do ouro devido a mecanização do processo de extração e a elevação do seu valor devido o auge do preço no mercado mundial, não ficou desaperecebido pelas autoridades federais ante uma crise aguda da balança comercial em consequência do preço do petróleo no final dos anos 1970. César Cals, ministro de Minas e Energia, que assumiu o ministério em março de 1979, estabeleceu como meta o aumento da produção de ouro de 4,5 toneladas em 1979 para 100 toneladas em 1985³⁰. Como essa meta só seria alcançada com ajuda da garimpagem, o Ministério de Minas e Energia (MME) precisou abandonar parcialmente a política que estabelecia a extração mineral

27 O número de estabelecimentos de comércio (varejo) aumentou em Itaituba de 37 para 170 em 1976 (IDESP 1977, S. 172)

28 Dois anos depois a técnica foi adaptada para os trabalhos nos baixões.

29 O resultado mais visível desse mecanismo é o assoreamento dos rios nas regiões do garimpo.

30 Esses dados representam a produção oficial, isto é a produção vendida dentro do procedimento legal com pagamento de impostos. Como a maior parte do ouro produzido nos garimpos era comercializado informalmente, parte das mudanças na política mineral consistia no aumento da fiscalização para elevar a parcela da produção oficial.

somente na base de grandes projetos industriais. No entanto, durante essa fase de reorientação do MME aconteceu um fato novo que mudou mais uma vez o rumo da política federal para a garimpagem. No início de 1980, descobriu-se no sul do Pará, próximo ao Projeto Ferro Carajás, a Serra Pelada, uma ocorrência aurífera extremamente rica, este local logo se transformou em uma área de garimpo, atraindo em pouco tempo mais de 30.000 pessoas, chamando a atenção dos órgãos de segurança³¹, que em maio de 1980 intervieram no local e instalaram lá a força repressiva que serviu de apoio para a nova política da garimpagem do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), órgão responsável pela execução das diretrizes do MME. Essa política de intervenção que também foi adotada em outras regiões garimpeiras, não visava mudar as relações capital - trabalho ou a relação homem - natureza, pretendia unicamente o aumento da produção oficial do metal³² sem buscar uma solução para os danos ambientais que a garimpagem mecanizada vinha causando.

1984 - 1989: a fase áurea da garimpagem na Amazônia

A incerteza sobre o futuro da Serra Pelada e o fechamento periódico da mina na época da chuva, motivou a partir do final de 1983 muitos garimpeiros a abandonarem esse local e mudarem-se para outras regiões. A maior parte desse contingente se direcionava para os garimpos do Tapajós, onde a população, em consequência desse fato, aumentou de 40.000, em 1983, para 100.000, em 1984³³. E também fez com que esta região se tornasse a maior produtora de ouro no Brasil, chegando a produzir 46 toneladas por ano no triênio 1986/1989. Com o aumento da população dentro dos garimpos se consolidou uma tendência que começou junto com a mecanização: a transformação do garimpo de local de produção em lugar de produção e consumo dos valores lá extraídos. O aumento do valor da produção individual devido à mecanização e ao

aumento do preço de ouro criou um excedente capaz de manter uma vasta infra-estrutura de apoio e lazer. No entanto, na segunda metade da década de 1980, a população garimpeira que estava envolvida diretamente no processo de extração de ouro reduziu-se pela metade.

A segunda onda migratória colocou a região, finalmente, em dependência total da atividade garimpeira com todos os efeitos de um "boom town"³⁴. A cidade de Itaituba se estabeleceu como entreposto comercial entre o centro Sul, a região produtora, e os garimpos, local de consumo dos insumos necessários para a extração de ouro³⁵.

Por outro lado a retirada dos órgãos de segurança da coordenação do garimpo de Serra Pelada e de outros projetos nas regiões auríferas, devolveu, no final da ditadura, a competência política sobre a garimpagem ao Ministério de Minas e Energia. Sem o braço forte da Polícia Federal e do SNI, livre da necessidade de se enquadrar na doutrina de segurança nacional, o DNPM, no governo Sarney, voltou a defender velhas posições em relação à garimpagem e colocou-se incondicionalmente a favor da mineração industrial. Mas a nova autonomia da formulação da política mineral confronta-se com a tendência dos órgãos federais de diminuir a sua presença na Amazônia. Assim, o DNPM ficou privado do seu poder de executar ou sancionar a sua política. Dentro do governo federal cujo interesse era unicamente a apropriação do ouro, seja quem for o produtor, o novo rumo do DNPM que visaria o aumento da produção de ouro, somente apostando no setor industrial, não encontrou - frente uma realidade onde a maior parte da produção de ouro provém dos garimpos - muito respaldo. Para fazer valer a sua posição dentro do governo, o DNPM precisou mudar o seu discurso em relação à garimpagem; adaptando-se ao discurso ecológico internacional que chegou na sua forma oficial em 1988/89 na Amazônia (COSTA, 1992)³⁶. A imagem da garimpagem desenhada pelo DNPM foi ampliada por uma nova faceta: o garimpeiro como depredador do meio-ambiente³⁷.

31 O garimpo situa-se dentro de uma região que vivia nos anos 1970 a experiência de um movimento guerrilheiro e que caracteriza-se pelos conflitos de terra.

32 Sobre os motivos que levaram a intervenção na Serra Pelada e sobre os detalhes da nova política para a garimpagem na região do Tapajós veja Mathis (1993)

33 Os dados sobre a população garimpeira nos garimpos do Tapajós mostram claramente que não há uma relação entre o valor do ganho individual na garimpagem e o contingente envolvido na atividade. O aumento da população no Tapajós coincide com uma queda do valor do ganho individual que se pode notar no período de 1984/85. Depois de uma nova alta, em 1983, o preço de ouro caiu dois anos em seguida. Essa baixa, junto com a queda da produtividade, deixou recuar o valor do ganho dos trabalhadores nos garimpos do Tapajós em 25%. A nova alta do ouro entre 1986 e 1989 aumentou o ganho individual em 20 %, nessa época a população cresceu e ficou em torno de 120.000 pessoas.

34 Os efeitos mais notáveis foram: aumento de custo de vida, falta de mão-de-obra disponível na cidade, crescimento desordenado de Itaituba, aumento da violência.

35 Depois da mecanização o óleo diesel virou o insumo básico da garimpagem. A produção de 46 toneladas de ouro por ano necessita pelo menos 92 milhões (92.000.000) de litros de óleo diesel.

36 Discurso oficial porque ele não é mais fruto de uma discussão da sociedade civil, mas resultado de uma aliança entre classes dominantes do Sul e do Norte (Costa, 1992: 70)

37 Um outro componente do discurso internacional, os problemas resultantes da garimpagem em terras indígenas que ganhou força depois de 1987 quando começou a garimpagem maciça nas áreas yanomami, se transformou no discurso oficial do DNPM em argumento para defender unicamente a mineração industrial em terra indígenas.

1990: o início da crise na garimpagem de ouro na Amazônia

Dez anos depois do início da mecanização da garimpagem na Amazônia, as jazidas que se tornaram acessíveis pelo emprego da força dos motores, mostravam os primeiros sinais de esgotamento³⁸. Porém, dessa vez não foi a natureza que evidenciou a crise da garimpagem em 1990, que absorvia pelo menos 400.000 pessoas trabalhando diretamente na extração de ouro nos garimpos da Amazônia (MAC MILLAN, 1993), mas sobretudo decisões políticas no nível do governo federal; principalmente o Plano Collor, de março de 1990, que derrubou o preço interno do ouro e aumentou o preço dos insumos da produção, e a interdição da garimpagem nas áreas da reserva yanomami, onde entre 1987 e 1990 quase 40.000 garimpeiros trabalhavam.

A diminuição da atividade garimpeira provocou nas regiões, que se estruturaram unicamente em função da garimpagem, uma forte crise econômica e social. Nos garimpos procurou-se, através de exploração de jazidas primárias, superar o esgotamento dos aluviões que sem uso de técnicas adequadas resultavam em um aumento dos danos ecológicos³⁹. Uma outra forma de manter a lucratividade da garimpagem é a diminuição dos custos da produção inclusive da quota de participação dos trabalhadores na produção⁴⁰.

A crise atinge também a área da Reserva Garimpeira do Tapajós, cuja criação resultara de intervenções do governo militar, nos moldes adotados em Serra Pelada. O objetivo principal da intervenção era o aumento da produção de ouro. Para conseguir isso, foram previstas duas estratégias: a diminuição da sonegação no ato da venda aumentando assim a produção oficial, e o aumento da produção física de ouro.

Em julho de 1983 o Ministro de Minas e Energia cria a reserva garimpeira do Tapajós e em abril de 1984 começa a construção da “Transgarimpeira” (Figura 31) uma estrada que liga os principais garimpos a Santarém – Cuiabá. A construção dessa estrada é uma velha reivindicação dos técnicos do DNPM, objetivando a redução dos custos da produção de ouro, substituindo o transporte aéreo pelo transporte rodoviário. A construção da estrada a cargo da empresa Companhia Mineira de Construção e

Pavimentação – CIMCOP começa em Abril de 1984 e termina em 1986. Os custos da construção ficaram em torno de USD 2,5 milhões (preços de 1985). Embora o alto custo de transporte tenha sido o argumento a favor da construção da estrada, a decisão da sua implementação foi baseada em outros motivos.

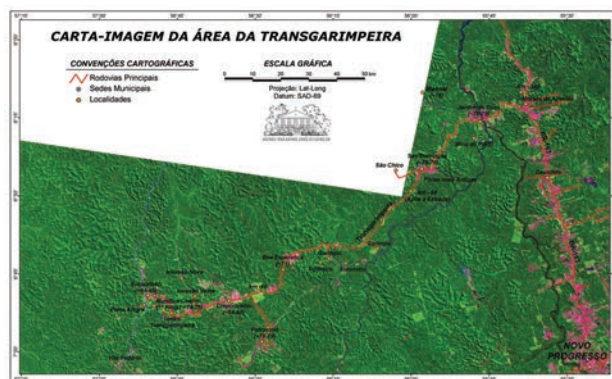


Figura 31. Imagem da área da Transgarimpeira
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

O governo federal tinha tomado a decisão de fechar o garimpo de Serra Pelada no final do ano de 1983, e entregar a área no ano seguinte a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), concessionária da área. Prevendo uma pressão muito forte dos garimpeiros despejados da Serra Pelada para outras áreas de trabalho, o governo temia invasões das áreas sob concessões de pesquisa que várias empresas mantinham no sul do Pará e ao redor de Carajás. Procurou-se então uma alternativa para os garimpeiros da Serra Pelada, que iam perder os seus lugares de trabalho. Dentro dessa lógica o Tapajós se oferece como alternativa para essa população e a estrada é pensada como meio para facilitar o acesso.

No entanto o Tapajós não é visto apenas como receptor dos garimpeiros a serem expulsos da Serra Pelada mas também como área de atuação para empresas de mineração, cujas atividades de prospecção ficariam muito mais baratas após a conclusão da estrada. A criação da reserva garimpeira obrigou todas as empresas concessionárias de alvarás de pesquisa dentro da reserva de apresentar dentro de três anos o relatório final das pesquisas, sob o risco de perder os seus direitos.

A região torna-se alvo também de uma exploração madeireira que precede – e até - viabiliza a abertura e a expansão de grandes fazendas de gado. Proveniente de

38 Somente no Tapajós foram produzidas entre 1979 e 1990 cerca de 370 toneladas de ouro muito mais do que em vinte anos de trabalho manual (produção 1958-1978: 258 toneladas). Para 1990/1991 todos os indicadores que usamos para caracterizar a garimpagem mostram valores negativos na região Tapajós. A tendência se fortaleceu em 1992/93

39 No Tapajós, onde a garimpagem de ouro primário era desconhecida, a exploração dos filões foi feita muitas vezes da mesma maneira como nas ocorrências secundárias. Sem conhecimento da geologia básica do ouro primário e das técnicas simples de lavra subterrânea (poços, galerias) os garimpeiros às vezes removeram literalmente montanhas para seguir os filões que entram na montanha. Um outro exemplo para o aumento dos danos ambientais por causa da falta de conhecimento é o nível elevado de mercúrio que os garimpeiros, no Tapajós, usam na recuperação de ouro primário nas placas de cobre.

40 Isso foi possível devido a grande oferta de mão-de-obra ociosa nos garimpos, um fato raro antes de 1990.

Mato Grosso, essa espécie de ocupação madeiropecuária se acentua nos anos 1990. Uma pesquisa recente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) confirma a sucessão existente entre o garimpo, a exploração madeireira e a pecuária em áreas Zona Oeste:

Com a decadência do garimpo, a atividade madeireira foi tomando espaço na região, com grande influência no processo de ocupação de Castelo de Sonhos. (...) O esgotamento da matéria-prima na região de Sinop, centro regional do norte matogrossense, (levou) muitas madeireiras a mudar-se para o trecho paraense da Zona Oeste, com destaque para o município de Novo Progresso e as localidades de Castelo de Sonhos e Moraes de Almeida (CPT, 2005)

Nesse contexto, a formação de fazendas aparece como alternativa de investimento inclusive para as populações garimpeiras, e os pastos difundem-se ao longo da Transgarimpeira veja na Figura 32.

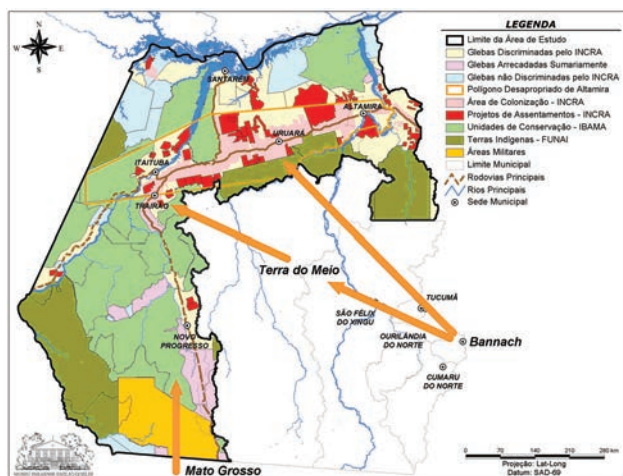


Figura 32. Dinâmica Espacial da atividade madeireira -1980 a 2000.
Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

Sendo a garimpagem uma atividade de extração mineral o dono da terra explorada coloca-se como um dos atores principais dentro do garimpo. A posse da terra pode se basear em um título legal de propriedade ou, no caso de terra devoluta, em um direito informal derivado do fato da descoberta da área aurífera ou da compra informal da terra. Sem o título de propriedade, a condição de

dono da terra está ligada à sua capacidade de estabelecer o seu direito de proprietário, que implica no poder de excluir outros do uso dela.

Diferentemente do dono da terra, está o dono dos meios de produção, outro importante personagem do lado do capital na extração do bem mineral. Ele organiza o processo que pode ser executado com uma simples ferramenta se a atividade for manual, ou até mesmo com equipamento complexo como uma draga escariante no valor de alguns kilogramas de ouro.

Um terceiro agente que se coloca no lado que representa o capital é o fornecedor ou o comerciante que investe na prospecção ou exploração de ouro.

Além dos garimpeiros que trabalham diretamente na exploração ou em atividades de apoio, os garimpos, nas suas várias formas, abrigam também um grande contingente de pessoas que vivem da renda gerada pela extração aurífera. Estes se organizam social e economicamente de forma diferente dos que estão envolvidos no processo de extração.⁴¹

A maior parte da força de trabalho dos garimpos do Pará⁴² e Roraima vem da região Nordeste (PA: 73 %, RR: 47 %), no Amapá e Amazonas a quase totalidade dos garimpeiros trabalhadores vêm do próprio estado ou da região amazônica (AP: 57 %, AM: 85 %). Rondônia mostra um perfil mais equilibrado, sendo que 29 % da força de trabalho tem origem nos estados do sul ou do centro - oeste, 31 % vem do nordeste e 21 % da Amazônia. Sendo também o Estado que mostra o menor índice (40 %) de garimpeiros que trabalhavam na agricultura antes de ingressar na garimpagem.

No Pará (55 %) e no Amazonas (64 %) a origem rural da mão-de-obra garimpeira é muito mais acentuada⁴³. Uma fonte significativa da força de trabalho nos garimpos da Amazônia são os projetos de colonização que, aparentemente, não conseguem competir com a lucratividade da extração de ouro⁴⁴. Esses dados mostram que o garimpo funciona como atrator⁴⁵, tanto dentro da sua região quanto nos estados fora da Amazônia. Esse atrator não direciona somente a mão-de-obra, mas também, o fluxo de capital para dentro dos garimpos da Amazônia.

41 Dentro desse grupo cabe todo setor de entretenimento dentro dos garimpos.

42 A prevalência da mão-de-obra nordestina no Pará ficou confirmada em duas pesquisas localizadas. Em 1988 69 % dos garimpeiros da Serra Pelada eram de origem nordestina (SESPA, 1988) e, levantamento feito em um garimpo do Tapajós, em 1991, mostrou que 12 dos 16 entrevistados eram do Maranhão (Mathis, 1995)

43 Os dados para o Pará precisam de uma explicação, porque neles há um certo desequilíbrio, devido a grande participação de garimpeiros do Sul do Pará e da Serra Pelada, conforme levantamento feito pelo DNPM. Uma pesquisa realizada no Tapajós mostrou que para 25 % dos entrevistados, o garimpo é o primeiro lugar de trabalho e que somente um terço pretende voltar para a atividade exercida antes da garimpagem (Mathis, 1995).

44 Uma pesquisa feita por MacMillan confirma isso para Roraima. Ele mostrou que uma parcela significativa dos garimpeiros envolvidos no rush entre 1987 e 1990 provinha dos projetos de colonização (MacMillan, 1993: 82). Ele encontrou uma grande diferença de comportamento entre colonos oriundos do centro-sul e os do nordeste. A taxa dos colonos do nordeste que entraram no garimpo é muito maior do que a taxa dos colonos do centro-sul. Esses dados foram confirmados pelo Prefeito de Alto Alegre - RR em entrevista feita por mim em Fevereiro deste ano.

45 O conceito de atrator é originalmente uma categoria da teoria dos sistemas não-lineares para descrever trajetórias desses sistemas (veja por exemplo Gleick (1991), Prigogine/Stengers (1984). Ao contrário de um pólo de desenvolvimento (Perroux) o atrator pode tanto estruturar como desestruturar. Além disso ele se modifica também como resultado das interferências com o seu ambiente.

Assim, podemos diferenciar os seguintes grupos que representam o capital na atividade garimpeira⁴⁶:

- *pioneiros*, eles começaram nos anos 60 com a garimpagem, na maioria dos casos sem capital; ao longo do tempo passaram a deter o maior conhecimento dessa atividade e entre todos é o que possui o menor grau de escolaridade dentro do grupo de donos de garimpos;

- *ascendentes sociais*, a maioria veio para Amazônia, no início dos anos 1970, em consequência das políticas de integração nacional; eles possuem grande experiência, como empregados, na garimpagem, e detêm um grau de instrução maior do que o dos pioneiros e muitos trabalhavam em profissões artesanais e não têm muito conhecimento de administração empresarial.

- *empresários modernos*, a maioria vem dos estados do centro-sul (PR, RJ, SP), já trazem o capital para investir no garimpo, ou conseguem o capital com atividades empresariais na Amazônia, se organizam dentro de um padrão de administração empresarial, que eles conhecem devido à experiência em relações de trabalho formais ou como empresários fora da garimpagem.

A seguir, analisa-se a percepção do regime de trabalho dentro dos garimpos. Sociedade é a interpretação comum que os donos de máquinas e os trabalhadores dão ao regime de trabalho para extrair um barranco. É um contrato informal que começa com o debrão do barranco e termina com a despescagem⁴⁷ do ouro. O trabalhador entra com o trabalho e o dono da máquina com os meios de produção e a responsabilidade pelos custos da extração, inclusive a comida dos trabalhadores⁴⁸. As duas partes recebem uma parcela previamente estabelecida no resultado físico da extração (70 : 30). Depois da despescagem as duas partes são livres para renovar ou não a sociedade. Essas regras são conhecidas pelos dois lados e ninguém as questiona.

Mesmo que a garimpagem, como é organizada hoje, se enquadre dentro de uma relação de trabalho capitalista, o regime de trabalho lá existente consegue encobrir a contradição entre capital e trabalho porque cria a ilusão de uma igualdade entre capital e trabalho, evita que o trabalhador se defina como parte de um coletivo, sustenta a possibili-

dade de ascensão social, e apresenta-se como salto qualitativo em relação ao aviamento.

Um outro momento, para entender a aceitação da sociedade, é a mudança que ela trouxe em relação a um outro regime de trabalho muito comum no extrativismo na Amazônia: o aviamento. A sociedade apresenta-se, em relação ao aviamento, como progresso devido a algumas diferenças fundamentais. O processo da formação de preço do ouro é muito mais transparente para o trabalhador do que o da borracha. As possibilidades de enganar o trabalhador, no ato de pagamento, são menores, sobretudo quando o garimpeiro recebe o ganho em ouro físico. O aviamento não tinha um mecanismo de ascensão para o seringueiro, e na sociedade não se estabelece uma relação de dívida permanente, uma peça fundamental do aviamento. Isso aumenta a mobilidade do trabalhador⁴⁹.

Mesmo que a garimpagem, como é organizada hoje, se enquadre dentro de uma relação de trabalho capitalista, o regime de trabalho lá existente consegue encobrir a contradição entre capital e trabalho porque cria a ilusão de uma igualdade entre capital e trabalho, evita que o trabalhador se defina como parte de um coletivo, sustenta a possibilidade de ascensão social, e apresenta-se como salto qualitativo em relação ao aviamento.

As condições de vida e de trabalho nos garimpos se definem em função do lugar geográfico, da técnica usada na extração e da organização social do garimpo⁵⁰.

Os três tipos de garimpo diferem consideravelmente no nível da violência interna. Garimpos que se organizam internamente em razão da produção, tendem a eliminar todos os fatores que se opõem à racionalidade da administração empresarial⁵¹. Isso significa que eles eliminarão todas as possíveis fontes de distúrbios para o processo extrativo.

Os incentivos para se organizar partem do capital e não dos trabalhadores em procura da defesa dos seus direitos. Só que a falta de reconhecimento da contradição entre capital e trabalho, que caracteriza o regime de trabalho nos garimpos, impede, por muito tempo, a criação de organizações coerentes.

Concluída em 1986 a Transgarimpeira foi de fundamental importância para o auge da produção de ouro no final dos anos 1980. O acesso rodoviário baixou os custos de

46 A classificação foi originalmente desenvolvida por mim, baseado na região do Tapajós.

47 Despescagem na linguagem dos garimpeiros se refere ao processo de apuração de ouro.

48 Como a sociedade se estabelece entre um dono de máquina e os trabalhadores, esses não tem uma relação com o dono da terra, que se relaciona somente com os donos de máquina, sendo através da cobrança de uma taxa para o uso da terra, ou através da obrigação de comprar todos os insumos da produção dentro do garimpo a preços monopolísticos. Em garimpos cuja finalidade (dada pelo dono da terra) é primeiramente a produção de ouro, o dono da terra mantém o monopólio de extração, nesse caso ele também é o dono do maquinário.

49 A mobilidade aumenta também pelo fato de que o dono da máquina é responsável pela alimentação do trabalhador, que fica livre da necessidade de plantar e de se fixar durante um certo período em um certo lugar, para garantir a sua subsistência.

50 Entendemos como organização social do garimpo as relações entre o dono da terra – dono da máquina.

51 Esse tipo de garimpo é muito ligado ao grupo dos empresários modernos que mantém dentro dos garimpos o monopólio de extração, sendo eles os únicos donos de maquinário dentro do garimpo. Assim o dono do garimpo tem a liderança absoluta dentro do garimpo, que ajuda a manter a organização interna imposta por ele.

transporte de mercadoria de tal forma que muitos garimpos conseguiram prolongar a sua vida de funcionamento. As curruelas ao redor da estrada (Crepurizão, Crepurizinho, KM 140, KM 66 entre outros) estabeleceram-se como sub-centros para o abastecimento dos garimpos e começaram a comercializar grande parte da produção de ouro da região. Em grande parte, Itaituba como fornecedor das mercadorias para os garimpos foi substituído por comerciante / caminhoneiros oriundo de Mato Grosso que vendiam suas mercadorias para os comerciantes das curruelas.

Em consequência da expansão da frente madeireira na Santarém-Cuiabá, Moraes Almeida vive até o ano de 2005 um ciclo de rápido crescimento econômico baseada na atividade madeireira. Na busca pela madeira os madeiros adentram também nas terras dos donos de garimpo ao longo da Transgarimpeira, gerando uma série de conflitos sobre a posse de terra.

No bojo da extração madeireira, fazendeiros de Mato Grosso ‘descobriram’ a região com o intuito de adquirir as terras muitas vezes até então sub-valorizadas⁵². No entanto, poucos venderam as suas terras, haja vista, que durante os últimos cinco anos, grande parte dos lucros do garimpo ou do comércio foi investido em preparação de pastagem e compra de gado.

Exploração madeireira

Além da exploração madeireira que avança no sentido Sul-Norte pela Zona Oeste, proveniente do Mato Grosso, uma outra frente madeireira se afirma na região de estudo desde os anos 1980, avançando no sentido leste-oeste, primeiro ao sul da Transamazônica (anos 1980), depois ao norte da rodovia (anos 1990). A madeireira Bannach compra uma serraria que funciona na cidade de Uruará desde 1978 (serraria do Milanski), e abre uma estrada até o rio Iriri (Transiriri), onde monta outra serraria, em áreas do município de Altamira. Essa atuação pioneira da Bannach na região precede a entrada de outras companhias, como a Maginco, na área conhecida como Terra do Meio, também no município de Altamira a oeste de São Félix do Xingu. A exploração madeireira ganha em importância na Transamazônica a ponto de tornar-se – em municípios como Uruará – responsável por 43 % da produção primária na primeira metade dos anos 1990 (SALGADO, 1995; apud TONI, 2003).

Num primeiro momento, a atividade madeireira – que se apresenta via de regra como ponta de lança da apropriação fundiária generalizada, como por exemplo na Terra do Meio – não exerce aqui pressão direta sobre as zonas de colonização. Antes, começa a explorar áreas no

“fundo” das glebas, fora do perímetro de demarcação de lotes. Hoje em dia porém, as tentativas de apropriação de vastas áreas por parte de grupos como a Marajoara e outros, caso bem sucedidas, correm o risco de reduzir consideravelmente as áreas de expansão dos assentamentos, e têm provocado inúmeros conflitos.

Caracterização da pecuária na região paraense de Influência Zona Oeste

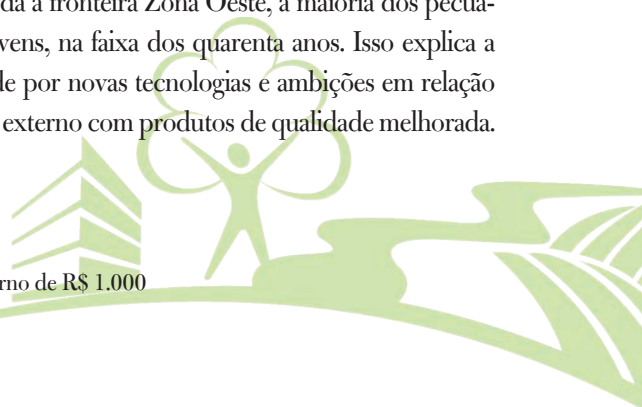
A pecuária é a atividade dominante no conjunto dos municípios que formam a área de influência Zona Oeste embora haja diferenças quanto às áreas ocupadas com pastagens e ao tamanho do rebanho, com um rebanho estimado em 2005 em 2.487.993 cabeças de gado (ADEPARA, 2006).

A prática da pecuária em sistemas mais intensivos (mais de uma cabeça por hectare) e de melhor produtividade, está sobretudo no Mato Grosso e nas proximidades de Santarém, enquanto nas outras áreas, incluindo ecossistemas de várzea e de terra firme, predomina a pecuária extensiva (menos de 1 cabeça por hectare). Essa diferenciação na produtividade apresenta melhor performance nos casos em que houve incremento tecnológico na cadeia de produção – a exemplo do melhoramento genético – e incorporação de novas terras, como verificado de forma intensa com a expansão para o Oeste do Pará e Sudeste do Amazonas, alcançando inúmeros municípios, concomitantemente, inclusive os da calha do rio Amazonas. Entre esse fluxo de agentes econômicos interessados na atividade e no potencial de terra e recursos de “novas fronteiras”, encontram-se tanto pecuaristas que vêm de estados mais ao Sul do Brasil com tradição pecuária, quanto os que sobem do Mato Grosso, Tocantins e Goiás, vindo de áreas abertas na década de 1970, como Xinguara, Redenção e Conceição do Araguaia, ou ainda de Marabá e Paragominas.

Diversos estudos têm demonstrado que a pecuária extensiva possui baixa lucratividade com uma taxa interna de retorno do investimento inferior a 8 % (SCHNEIDER *et al.*, 2002 apud). Por outro lado, a pecuária intensiva (pecuária de corte em pastos reformados) consegue melhores taxas internas de retorno – em média 13 % a 18 % (MARGULIS, 2003).

Em toda a fronteira Zona Oeste, a maioria dos pecuaristas são jovens, na faixa dos quarenta anos. Isso explica a receptividade por novas tecnologias e ambições em relação ao mercado externo com produtos de qualidade melhorada.

⁵² O preço do hectare de terra perto de Crepurizinho com acesso a estrada estava em torno de R\$ 1.000



A agricultura familiar tem forte participação na pecuária regional, especialmente, a partir da década de 1990, quando houve financiamento massivo para micro-produtores rurais.

Na Transamazônica, ao longo dos últimos dez anos, o rebanho foi passando por melhoramentos, sendo substituído em grande parte por gado de corte. No Baixo Amazonas, a agricultura familiar das regiões de várzeas tem a pecuária como importante na composição de sua renda em sistemas tradicionais de manejo diferenciado segundo as estações do ano (inverno na terra firme e verão na várzea).

Em geral, a agricultura familiar está em condições de desvantagem pela quantidade limitada da terra (tanto nas áreas de colonização quanto nas de várzeas, esses produtores dispõem em média de 100 hectares). Nas várzeas, o desbarrancamento da terra responde por grande parte da perda de áreas produtivas.

A abordagem introduzida pelo Plano Zona Oeste Sustentável estabelece uma nova divisão territorial. Corresponde aos municípios da área de influência - Zona Oeste. Nessa região, três cidades-pólo compõem a estrutura de relações econômicas e políticas mais fortes nos municípios, agora vistos como da Área de Influência Zona Oeste, no território paraense. Essas delimitações não são discrepantes com as subáreas definidas pelo ZEE Zona Oeste⁵³. São Altamira, Santarém e Itaituba.

O Pólo Altamira apresenta os maiores índices de crescimento regional da pecuária, sendo que apenas um município tem desempenho abaixo do índice de 50 % (Porto de Moz). Vitória do Xingu teve crescimento da pecuária superior a outros rebanhos mais destacados nesse pólo (82,73 %), tendo alcançado sua capacidade máxima de ocupação territorial no período 1990-2002. Brasil Novo e Uruará, ambos com crescimento superior a 60 %, têm forte participação da agricultura familiar e são municípios típicos da colonização que atingiu seu pico de conversão das propriedades em pastagens nos anos 1990.

No pólo Altamira, a pecuária apresenta diferenciações internas de acordo com o porte dos produtores. Produtores pequenos e médios combinam a atividade com cultivos de *commodities* agrícolas (cacau, pimenta, banana) e os grandes têm na pecuária uma atividade principal ou complementar a atividades comerciais.

O Pólo Santarém é o segundo em quantidade de rebanho e em território produtivo, embora as taxas de crescimento se comportem sem grandes saltos na maioria dos municípios. Óbidos, Terra Santa e Oriximiná apresentam taxas de crescimento superiores a 50 %, em relação a outros rebanhos. Santarém apresenta crescimento minimamente

inercial, tendo ainda reduzido seu rebanho bovino como efeito do desmembramento dos municípios de Belterra e Placas. A criação de bovinos em áreas de Várzea predomina nessa sub-região.

O Pólo Itaituba tem destaque no município de Novo Progresso (taxa de crescimento de 71,97 %) entre 1990 e 2002. É nesse período que se acelera a incorporação desse território como extensão das fazendas de Mato Grosso e momento em que muito do capital garimpeiro se converteu em capital agropecuário. Itaituba dobra o rebanho no período, como resposta ao capital interno do ouro e do comércio que se estende a esta atividade, ampliando a participação econômica dos mesmos atores nessa atividade. Jacaraacanga também apresenta expressivo crescimento (40,62 %) no período, para a média sub-regional, embora se trate de um rebanho pequeno em comparação aos demais municípios da sub-região. Deve-se considerar também que a produção de Castelo de Sonhos, embora geograficamente na sub-região de Itaituba, é contabilizada administrativamente no rebanho de Altamira.

A região organizada a partir dos centros urbanos Castelo de Sonhos e Novo Progresso tem na pecuária uma das atividades mais relevantes. A primeira constatação da pesquisa de campo é que a criação de gado é vista pela totalidade dos atores presentes nessas "novas" áreas de fronteira como um investimento seguro, rentável e que demanda pouco trabalho. Uma estratégia que move os grupos que se deslocam do Mato Grosso para essa região, e que conseguiram se capitalizar nas localidades anteriores é de investir na compra ou grilagem de terras, e na preparação do pasto para pecuária.

Desmatamento e pecuária

A relação entre pecuária e desmatamento tem sido objeto de inúmeros estudos e uma das questões em debate é se o uso de tecnologias para aumentar a eficiência do sistema pecuário contribuiria ou não para diminuir o desmatamento ou atrair novos investidores à região, para setores diversos e com isso potencializar a pressão sobre a floresta.

A pecuária cresce de forma inercial no Oeste Paraense, caracterizando-se por diferentes dinâmicas sub-regionais, determinadas pelo seu histórico de ocupação. Trata-se de uma pecuária mista com produção de bovinos (leiteiros e de corte), sendo que em toda extensão da área de influência Zona Oeste, existem apenas dois laticínios (Brasil Novo e Rurópolis), sendo um com porte empresarial.

53 No pólo Altamira estão os municípios de Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará; No pólo Itaituba estão os municípios de Placas, Rurópolis, Aveiro, Trairão, Novo Progresso e Jacaraacanga; no Pólo Santarém estão: Belterra, Óbidos, Curuá, Alenquer, Prainha, Monte Alegre, Almeirim, Faro, Oriximiná, Juruti e Terra Santa.

A pecuária bovina no Oeste Paraense apresenta dois sistemas de produção básicos: Terra Firme e Várzea, ambos em regime extensivo, com predominância de práticas tradicionais, com sinais firmes de tendências de modernização nas regiões mais dinâmicas. Nos dois casos, a atividade é desenvolvida por pequenos, médios e grandes produtores. Essas duas dinâmicas macro demarcadas pelos ecossistemas caracterizam a pecuária na região, determinando uma diversidade socioambiental significativa: a criação de gado nos rios e nas estradas, ou seja, as criações tradicionais cuja base de manejo remonta o período da colonização européia e as criações introduzidas por ocasião da grande colonização ocorrida na segunda metade do século 20, quando o Estado Nacional induz a abertura das estradas como acesso a um processo de povoamento em que a pecuária era a atividade mais eficaz na elastização da fronteira.

A economia gira em torno de três atividades na região Zona Oeste, pelo lado paraense, cujas dinâmicas estão articuladas entre si⁵⁴. A venda de madeira, por exemplo, com certa sazonalidade, é compensada no período do verão quando as madeireiras ficam praticamente paradas, por outras atividades. Mas no período mais forte as negociações internacionais em um mercado dolarizado, gera internamente um certo impacto, um aquecimento na economia e por isso as exportações fazem parte das expectativas locais. A madeira consumida na região é pouca, mas a atividade aquece pois são os que trabalham em várias atividades no setor, embora pequenos compradores locais, pois são os mais pobres que alimentam o comércio.

A Tabela 25 e a Figura 33 apresentam uma comparação da quantidade de bovinos existentes por Subáreas (com demonstração por municípios).

Tabela 25. Soja - municípios maiores produtores - 2004

Santarém	29.700
Santana do Araguaia	18.000
Belterra	13.500
Ulianópolis	11.570
Paragominas	9.777

Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

Uso da terra, modernização da pecuária e dinâmica espacial

A pecuária no Oeste Paraense já iniciou seu processo irreversível de modernização técnica com vistas ao melhoramento dos rebanhos e a elevação da produtividade tanto leiteira como de carne. Os que mais avançam na modernização nem sempre são os maiores criadores, pois estes, em

muitos casos, dispondo de muitas áreas para a expansão do sistema convencional de criação, são menos entusiasmados com as novidades (Figura 34). O acesso à informação e a proximidade de mercados mais exigentes são determinantes na mudança de padrão produtivo.

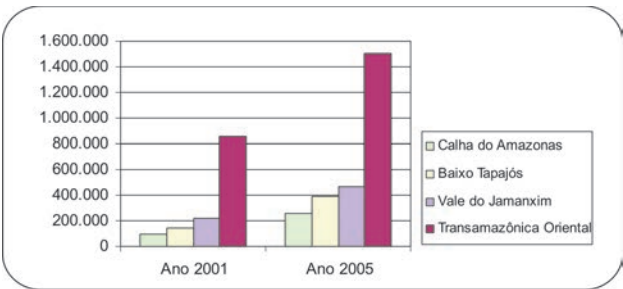


Figura 33. Comparação da quantidade de bovinos existentes por Sub áreas.

Fonte: ZEE- Arquivo Sócio-Economia (NAEA), 2006.



Figura 34. Dinâmicas da Pecuária no Oeste Paraense

Nesse sentido, a pecuária da entrada das rodovias BR-230 e 163 são as mais adiantadas em termos de modernização. Também não de forma homogênea, mas de maneira geral, os pecuaristas da região de Altamira, Novo Progresso e Santarém são os mais adiantados, configurando um padrão que se estende aos municípios do entorno com maior ou menor grau de adoção de práticas de tecnificação e intensificação.

As técnicas de modernização mais comuns são o melhoramento genético por cruzamentos, a adoção do sistema voisin de intensificação das pastagens e a inseminação artificial. As três técnicas estão presentes em todas as sub-regiões, variando a escala. O alvo do melhoramento ainda está centrado no gado de corte. O melhoramento pela cruz faz do mercado de reprodutores um dos mais rentáveis, promovendo uma especialização entre os criadores, a proliferação dos leilões (presenciais e virtuais).

54 Ficou mais paralisado com essa crise quase tudo

Tabela 26. Quantidade de Bovinos por Sub-áreas e seus Municípios

Sub áreas e seus Municípios	Quantidade de bovinos existentes*	
	Ano 2001	Ano 2005
Transamazônica Oriental	861.53	1.504.487
Altamira	152.401	340.147
Anapu	83.407	139.538
Brasil Novo	196.187	263.417
Medicilândia	70.323	137.871
Placas	45.998	74.432
Porto de Móz	0	4.331
Senador José Porfírio	21.385	46.185
Uruará	125.208	248.463
Vitória do Xingu	166.621	250.103
Vale do Jamanxim	220.504	462.135
NovoProgresso	220.504	455.655
Jacareacanga	0	6.66
Baixo Tapajós	141.179	386.682
Aveiro	0	Sem registro
Itaituba	82.508	234.699
Rurópolis	37.224	106.449
Trairão	21.447	45.534
Calha do Amazonas	99.805	258.401
Belterra	0	17.73
Juruti	0	sem registro
Prainha	1.551	93.643
Santarém	98.254	147.028
Total das Sub áreas	1.323.018	2.611.705

Fonte: Adepará, 2006.
* Dados relativos ao levantamento do segundo semestre de cada

Os agricultores familiares, presentes na pecuária na Transamazônica e Baixo Amazonas numericamente mais expressivos são os que apresentam menor participação na modernização da pecuária na região.

Os municípios que apresentam maior ocupação por pastagens são municípios de ocupação antiga, sendo que destes, apenas Vitória do Xingu teve uma influência direta da colonização da Transamazônica. No caso Zona Oeste, Novo Progresso já aparece com quase metade de seu território ocupado com pastagens, não necessariamente com gado. Os municípios da Calha do Amazonas (Terra Santa, Santarém, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre) apresentam uma pecuária inercial, intensificada principalmente na década de 1980 e na primeira metade da década 1990, em grande medida ainda impulsionada pelo capital oriundo dos garimpos do Tapajós.

Das quatro dinâmicas que conformam as dinâmicas da pecuária na região, uma é endógena (Baixo-Amazonas), permanecendo por muitos anos confinada geográfica e geneticamente, passando por um processo lento de modernização; a da Transamazônica pode ser caracterizada como semi-endógena, pois foi formada há menos de quarenta anos, não estando confinada geograficamente, mas configurando uma dinâmica estruturada

a partir dos atores econômicos já internos à região, mesmo quando o incremento do rebanho recorreu à aquisição de matrizes em outros estados; as dinâmicas de São Félix e Zona Oeste são exógenas, pois são comandadas com frequência por atores econômicos que têm no território apenas um locus de reprodução de capital. Essa tipologia admite a não absolutização das características, apoiando-se em predominâncias identificáveis nas quatro sub-regiões do território.

A maioria faz uma rota intermediária no Sul do Pará, que começa por volta de 1975, com ciclos de, no máximo dez anos, em cada lugar, variando de acordo com a capacidade que a atividade produtiva teve de se estabelecer. A pecuária perfaz um ciclo de 12 a 20 anos (Figura 35). A madeira abre em ciclos mais curtos.

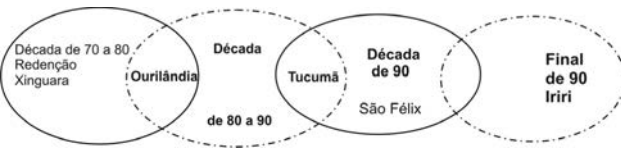


Figura 35. Avanço da fronteira dos anos 1970 a 2002
Fonte: ZEE- Arquivo Sócio-Economia (NAEA), 2006.

Em todos os municípios da Área de Abrangência do ZEE da BR-163, há não somente incidência da pecuária como atividade predominante, mas também seu crescimento exponencial.

Mecanização Agrícola e Soja

A agricultura empresarial mecanizada na Área de Influência Zona Oeste paraense é caracterizada pela concentração produtiva e geográfica. Portanto, é natural que o estudo dos aspectos particulares de sua expansão como atividade econômica, assim como da dinâmica social e ela associada possa ser aproximado através da análise dos produtos que a constituem - a soja, o arroz e o milho - na sua área melhor representativa; a área do planalto santareno.

A introdução do arroz e do milho precede o plantio em larga escala da soja por vários motivos. Primeiramente, porque as próprias características físicas das duas culturas permitem a adaptação do cultivo mecanizado a terrenos ainda não completamente despojados dos resíduos das florestas nativas, permitindo a gradual “limpeza” do solo no decorrer de várias safras. Isto faz com que tanto o milho quanto o arroz exijam um nível de investimento razoavelmente menor, o que explica, ademais, o fato de serem encontradas na região formas não mecanizadas de plantio.

A análise da agricultura mecanizada na região de influência Zona Oeste deve focar-se na região polarizada

por Santarém, como melhor aproximação do núcleo mais dinâmico de transformações econômicas sub-regionais representado pelo recente crescimento da produção de grãos. Ademais, sabe-se que, apesar da cultura da soja ainda não representar uma parcela significativa da produção de grãos no planalto santareno, seria impossível compreender os movimentos no mercado de terras e o comportamento dos preços de produtos agrícolas oriundos da produção familiar sem levar em consideração as dinâmicas produtivas desencadeadas pela produção sojeira. A produção de soja, em certa medida, prenuncia, através das suas altas taxas de crescimento, tendências futuras do perfil econômico daquela subárea.

O estado do Pará foi o que mais cresceu em áreas de plantio de soja e essa produção passou a ser o carro chefe para o agronegócio na região. Existe uma grande expectativa da Embrapa que o plantio de soja no estado seja equivalente ao que se cultivava em todo o país (ÉPOCA, 2005).

Segundo estimativas da prefeitura de Santarém, em 2004 a cidade tinha entre 500 mil e 600 mil hectares de floresta antropizada, propícia para o uso agrícola. Esta foi então a base imediata utilizada pelos primeiros produtores de grãos para a sua expansão. A área colhida pela agricultura no município de Santarém, a partir de 1997, cresceu monotonicamente. Em 1998, a agricultura ocupava cerca de 14 mil hectares do município, menos da metade dos 31.853 hectares de 1996. Em 2000, essa área passou para 18.000 hectares, chegando, em 2002, a cerca de 30 mil hectares, e a quase 80.000 hectares em 2003. (IBGE, 2005).

Foi, entretanto, só com o estabelecimento do terminal graneleiro da empresa exportadora de grãos *Cargill*, é que as grandes empresas produtoras de grãos do Mato Grosso começam a se interessar pelas terras do planalto santareno.

A logística envolvida na chegada da soja até o porto compreende o seu transporte por via rodoviária até Porto Velho e depois de balsa, passando por Itacoatiara, no Amazonas, até Santarém. Tal trajeto representa uma diminuição em até 1000 km em relação à Paranaguá, porto através do qual grande parte da soja do cerrado é ainda escoada.

Em 2003, temos então o que já se convencionou chamar de segunda onda de invasão da soja na região de Santarém. Grandes produtores começam a ocupar áreas de terras devolutas ao leste (gleba Pacoval) e ao sul (Projeto de assentamento do Mojuí I e II) do planalto santareno. Parte dessas áreas era de floresta primária e são demarcadas em lotes maiores do que a média até então observada (maiores de 2500 hab) (CPT, 2005).

Simultaneamente, esses grandes sojicultores começam um processo de compra de áreas de produtores familiares, que culminava com a simples expulsão dos agricultores remanescentes nas áreas de maior especulação. Segundo estimativas da Emater, o preço da terra passa dos R\$300,00/ha para até R\$3000,00/hect nas áreas mais próximas às localidades de Mojuí dos Campos e Tabocal.

Como consequência imediata deste processo de especulação fundiária, temos tanto o êxodo rural, com a migração de muitas famílias para a área urbana de Santarém, como a fuga para áreas de terras devolutas ou para regiões mais afastadas do próprio planalto, como o Projeto de Assentamento (PA), Corta Corda. Este segundo movimento gera, na disputa por terras devolutas, um novo foco de tensão entre os sojicultores e os camponeses.

Neste mesmo período, a agricultura mecanizada também começa a se expandir em direção aos outros municípios da Calha do Amazonas, causando impactos muitos similares àqueles verificados anteriormente na área de Santarém/Belterra. A expansão deu-se principalmente ao redor da rodovia PA-254, que vai do município de Faro até a fronteira do Amapá, passando por Prainha e Almerim.

A intensidade da expansão da agricultura mecanizada na área Zona Oeste paraense é ilustrada pelas Figuras 36 e 37, que mostram a taxa de crescimento da produção de grãos selecionados. A produção agregada de arroz e milho na Mesorregião Central e na subárea Transamazônica Oriental manteve uma taxa de crescimento média constante, dada pela inclinação da série histórica em escala logarítmica.

As imagens das mesmas variáveis são bem distintas quando consideramos os dados para a subárea Calha do Amazonas. Dois fatos chamam a atenção nesses dados. Em primeiro lugar, o crescimento robusto da produção de soja a partir da “segunda onda” de sojeiros na região, ou seja, a partir de 2002/2003, quando o porto da Cargill entra em operação. Em segundo lugar, a evidente correlação entre o crescimento da produção e área colhida do arroz e da própria soja, em contraste com o crescimento mais moderado, ou até decréscimo, da produção de milho – até então o grão mais produzido na subárea.

Entretanto, o que estas estatísticas não nos indicam é o potencial de expansão da atividade. A agricultura mecanizada pode crescer tanto em direção às áreas devolutas do pólo de Santarém, após a exaustão de seus recursos madeireiros, quanto para os municípios de terras planas e férteis na Calha Norte do Amazonas.

A concentração produtiva no pólo de Santarém fez com que o município assumisse em 2004 o primeiro lugar entre os produtores de soja no Pará, superando Paragominas e Santana do Araguaia, município este que pertence à

área polarizada pela produção do Mato Grosso. Não por coincidência, o terceiro maior produtor de soja do Pará passa a ser, no mesmo ano, Belterra, município da microrregião de Santarém (Tabela 27).

Tabela 27. Preço por Hectare ao ano

Ano	Preço/hectare
1999	R\$200,00
2001	R\$500,00
2003	R\$1.000,00
2005	Até R\$3.000,00

Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

Os empresários da produção mecanizada na região de Santarém, no geral, são agricultores atraídos do sul do Brasil pela possibilidade de comprar terras mais baratas e conseguir assim capitalizar a sua produção de grãos. Esses produtores vieram para a região a partir do início da década, na chamada segunda onda de produtores de grãos em Santarém. Chegaram com suas famílias, ainda que a vinda de alguns represente a possibilidade de empreender um negócio próprio com a conformação de um novo núcleo familiar. De qualquer forma, ainda que a agricultura mecanizada tenha a lógica de investimento empresarial, ao contrário da agricultura tradicional da região, ela é firmemente baseada na propriedade familiar.

Estes produtores plantam na média abaixo de 500 hac de grãos, os que os caracteriza com produtores pequenos, de acordo com os critérios utilizados pelos órgãos de financiamento à produção.

O financiamento para a produção varia conforme o tipo de produto a ser plantado. O milho e o arroz têm contado com financiamento do Banco da Amazônia, através do FNO e do Banco do Brasil. Já a soja é inteiramente auto financiada, ou através de financiamento via contrato direto com a Cargill.

Para contrastar, os agricultores familiares não mecanizados da região são, em geral, naturais do próprio estado ou de origem nordestina. Vieram para a região a décadas atrás, ou são de gerações de residentes locais.

As suas propriedades têm, em média cerca de 30 hectares, onde produzem culturas permanentes, principalmente frutas, ou temporárias de subsistência e mandioca para venda local. Não é rara a presença de animais para consumo familiar ou como reserva de valor, poupança para a reprodução familiar. Segundo estimativas da Embrapa, este tipo de produção gera um posto de trabalho a cada 8 hectares, enquanto a agricultura mecanizada gera um a cada 200 hectares.

A agricultura familiar não mecanizada tem testemunhado a chegada da produção mecanizada de forma traumática. Não são poucas as histórias de grilagem e venda de terras,

com migração para núcleos urbanos ou reativação da fronteira, com apropriação de terras em áreas cada vez mais distantes dos centros de comercialização.

Os processos inovativos na agricultura mecanizada em Santarém são caracterizados por dois elementos principais.

Primeiro, a inovação por meio de imitação de processos tecnológicos já existentes no mercado, com muito pouca ação inovativa com base local. Segundo, a inovação de processos com forte viés poupador de trabalho. Cerca de 50 % dos entrevistados por Almeida *et al.* (op. cit), a inovação teve como um dos principais impactos uma alta redução dos custos associados ao uso da força de trabalho. Para efeito de comparação, os mesmos empresários disseram que a redução nos custos de insumos através de inovação foi de apenas média intensidade.

A expansão do cultivo de grãos teve como primeiro e mais marcado efeito uma violenta valorização das terras cultiváveis no planalto Santareno. Segundo dados da Tabela 29, coletados em entrevistas e estudos anteriores, a evolução do preço de um hectare de terreno de pasto, ou em condições similares, na região de Mojuí dos Campos teve incremento significativo.

A alta valorização está diretamente relacionada à procura por áreas privilegiadas que possam tanto aproveitar o preços favoráveis do arroz, quanto fornecer grãos para a Cargill. O aumento do preço destas *commodities* viabiliza a incorporação de terrenos de menor produtividade à produção, que é o que explica a corrida por terras da região. A valorização é um processo em grande parte retro-alimentado, à medida que a própria valorização gera fundos para o investimento que trará ulterior transformação dos níveis produtivos dos terrenos a partir da mudança tecnológica. Ou seja, a decisão de investir na correção de um terreno que antes não era considerado propício para a produção de grãos é feita somente a partir do momento em que certas condições iniciais são cumpridas. No caso do arroz, o preço mínimo. Para a soja, crédito e mercado, garantido pela Cargill.

Este aumento no preço da terra, que na verdade se reflete em um crescente aumento na renda da terra criará, em condições de desorganização da sociedade civil, uma inevitável concentração fundiária.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, entre 2000 e 2003, 500 famílias venderam suas terras para agricultores cujo intento era introduzir a agricultura mecanizada. A partir de 2004 este processo se desacelera, já que os preços haviam atingido R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 o hectare mecanizável.

A relação entre a expansão da agricultura mecanizada e o desmatamento não é direta, já que a mecanização

exige áreas já totalmente antropizadas, o que do contrário, tornaria a própria atividade inviável economicamente. O Planalto santareno conta com cerca de 500 mil hectares (correspondendo a 71 % de sua área total) propícios para a mecanização, e grande parte desta área já havia sido transformada pela ação humana, através da extração madeireira, pecuária e agricultura familiar.

Entretanto, o crescimento acelerado da produção de grãos naquela área impactou, sem dúvida, os níveis de desmatamento, que se aceleraram a partir do "boom" da soja no final do século passado.

A valorização das terras causada pela entrada dos sojicultores na região do Planalto Santareno e imediações gerou dois processos diretos: a concentração de terras através da compra e grilagem, e a transformação de terrenos antes considerados inviáveis para a atividade extrativa e agrícola no rol de opções de investimento.

A migração de camponeses expropriados para terras mais baratas gerou novas frentes de desmatamento em regiões de fronteira revitalizada. Os camponeses vendem ou perdem suas terras e, em troca, buscam novas áreas onde possam desenvolver a agricultura familiar em áreas maiores ou de igual tamanho.

A chegada da soja, ao aquecer o mercado de terras também possibilita o desmatamento a partir da capitalização de madeireiros, que vendem ou arrendam suas antigas propriedades e passam a grilar terras devolutas. Esta apropriação de novas áreas de floresta primária poderá vir a se constituir numa nova área de expansão da agricultura mecanizada no futuro. Isto dependerá da própria taxa de expansão da atividade e das formas como fiscalizadas as terras da união após o asfaltamento da rodovia BR-163.

Os impactos sobre o meio ambiente causados pela expansão da soja não se restringem à aceleração do desmatamento. A migração de colonos para áreas ao redor dos igarapés e rios tem causado assoreamento de muitos de seus leitos. Ademais, foram relatados pela CPT (2005) casos de poluição de rios já em áreas da nova expansão agrícola, principalmente Monte Alegre e Alenquer.

O uso de inseticidas também tem sido um fator de forte impacto sobre as comunidades ao redor das plantações mecanizadas. As escolas de algumas dessas comunidades têm sido rotineiramente fechadas nos dias em que é realizada a aplicação de produtos químicos nas plantações. Casos de envenenamento de trabalhadores e expulsão de pequenos produtores rurais também foram relatados. Finalmente, muitos agricultores resolveram vender as suas terras como forma de escapar da intoxicação de animais e pessoas causada pelo uso intensivo de agrotóxicos na agricultura mecanizada que cerca as pequenas propriedades.

O conjunto dessas dinâmicas, com profundas consequências para a transformação da paisagem e das formas de uso do solo, desenrola-se, no entanto, paralelamente a uma total irregularidade dos processos de apropriação das terras: a ocupação da região prescindia aparentemente de qualquer planejamento formal por parte dos órgãos fundiários e ambientais. Na verdade, a apropriação fundiária evoluiu para uma forma permissiva, onde qualquer documento – inclusive simples registros protocolares, como os Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), ou promessas de compra e venda registradas em cartório, serviam – para alguns indivíduos, apadrinhados por funcionários cúmplices no seio dos órgãos oficiais – obterem Planos de Manejo Florestal, crédito bancário, etc. A colonização evoluiu para uma apropriação privatista, conduzindo à transferência indiscriminada de terras para as mãos de particulares, e generalizou-se a utilização de milícias privadas para intimidar populações residentes num local ou assassinar seus representantes (como no caso da Fazenda Tigre, Gleba Gorotire, etc.). A comparação entre o número de imóveis por módulo fiscal e superfície ocupada (Figuras 36 e 37) dá uma boa idéia da concentração fundiária resultante desse processo no Estado do Pará.

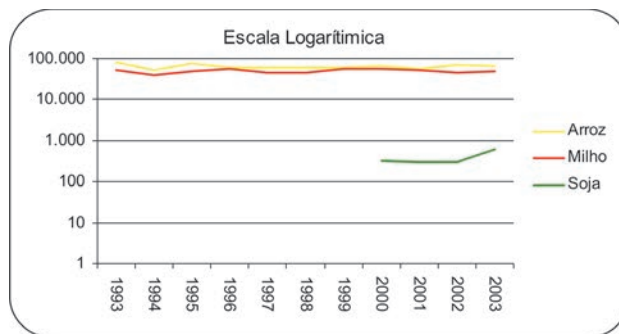


Figura 36. Produção Agrícola: Meso Central e Sub-área Transamazônica Oriental



Figura 37. Produção Agrícola: Sub-área Calha do Amazonas

Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

A ocupação territorial desordenada e a exploração predatória dos recursos esta igualmente vinculada a uma economia urbana marcada pela alta concentração da renda, pela precariedade do emprego e pela ausência de acesso da maioria da população aos serviços básicos.

Infra-estrutura, mercado de trabalho e renda

Os dados produzidos pelo IBGE (2000) acerca dos municípios que compõem a área de abrangência do ZEE Zona Oeste, distribuídos pelas quatro subáreas definidas (Tabela 28), mostram um contingente populacional de 724.940 habitantes, que apresentam, em média, uma densidade demográfica de 1,51 hab/km². A maior concentração populacional está na área considerada urbana com 402.490 habitantes, distribuídos em 85.935 domicílios, apresentando a média de 4,7 habitantes por domicílio. A população residente na área rural é de 322.450 habitantes, que vivem em 63.956 domicílios, com uma média aproximada de 5,04 habitantes por domicílio, caracterizando-se como mais alta que a média de habitantes por domicílios na área urbana.

A forte atração e fixação de pessoas e a circulação de mercadorias em três cidades consideradas pólos – Santarém, Altamira e Itaituba – vêm provocando maior concentração de serviços públicos e infra-estrutura em seus

espaços microrregionais. Essas cidades exercem um papel de comando da economia regional, dada a concentração populacional e de serviços, que não só incrementa percentuais significativos de adensamento populacional nas cidades circunvizinhas, como difunde seus dinamismos.

Podem, no entanto, ser arrolados pelo menos três tipos de aglomerados humanos: o primeiro, corresponde às três cidades-pólos que monopolizam as dinâmicas urbanas e, conseqüentemente, a concentração de serviços públicos, equipamentos coletivos e infra-estruturas; o segundo, corresponde aos municípios que mantêm certo equilíbrio entre os espaços considerados rurais e urbanos, entre os quais é emblemática a situação de Porto de Moz; o terceiro, é revelado pelo conjunto majoritário dos municípios que apresentam maior concentração populacional no meio rural, o que pode ser visualizado na Tabela 29.

O alto índice de urbanização deve aqui ser relativizado. Predomina na região, em verdade, uma economia de base eminentemente rural, que produz um excedente populacional propenso a migrar para as cidades em razão de dois conjuntos de fatores principais:

Tabela 28. Extensão territorial, população total e por situação de domicílio, densidade demográfica e crescimento populacional dos municípios da área de abrangência da Zona Oeste

Sub área/ Município	Extensão Territorial	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Hab/ Km²	Taxas de crescimento anual (%)		
						1970/1980	1980/1991	1991/2000
Calha do Amazonas								
Santarém	22.887	262.672	186.518	76.154	10,76	3,57	2,98	-0,1
Belterra	4.398	14.567	5.101	9.466	5,52	0	0	0
Prainha	12.599	27.288	7.146	20.142	1,96	13,94	-4,68	0,21
Juruti	8.304	31.210	10.781	20.429	3,74	1,92	0,26	3,32
Baixo Tapajós								
Itaituba	62.041	94.717	64.447	30.270	1,52	11,76	10,56	-2,26
Aveiro	17.074	15.546	2.982	12.564	0,91	3,75	-1,43	4,05
Rurópolis	7.021	24.647	8.418	16.229	3,53	0	0	2,66
Trairão	11.991	14.281	3.033	11.248	1,19	0	0	0
Transamazônica Oriental								
Altamira	159.696	77.355	62.265	15.090	0,48	11,73	4,11	0,74
Anapú	11.895	9.265	3.111	6.154	0,78	0	0	0
Sem. José Porfírio	14.374	15.720	5.330	10.390	1,18	7,82	18,01	-9,61
Porto de Moz	17.423	22.460	9.079	13.381	1,28	4,61	2,45	4,28
Uruará	10.791	45.098	13.131	31.967	4,16	0	0	6,62
Medicilândia	8.273	21.423	6.744	14.679	2,58	0	0	-3,57
Vitória do Xingú	2.966	11.158	3.929	7.229	3,75	0	0	0
Brasil Novo	6.368	17.077	4.367	12.710	2,67	0	0	0
Placas	7.173	13.349	3.507	9.842	1,86	0	0	0
Vale do Jamanxim e Jacareacanga								
Jacareacanga	53.303	24.074	5.677	18.397	0,45	0	0	0
Novo Progresso	38.162	24.985	9.580	15.405	0,65	0	0	0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Pará – 1970 a 2000.

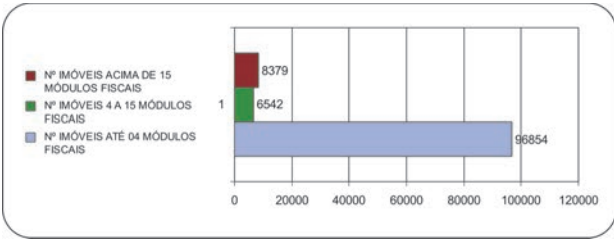


Figura 38. Número de imóveis por módulo fiscal e superfície ocupada no Pará

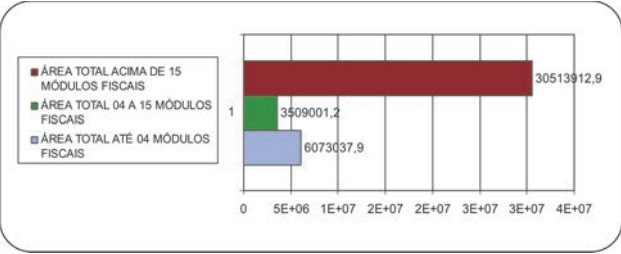


Figura 39. Ocupação territorial exploração predatória dos recursos

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – apud Elielson Pereira da Silva “Reforma Agrária na Amazônia: cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável” MDA-INCRA/SR-01 2005

- a pressão exercida pela apropriação ilícita de vastas áreas de terra pela exploração madeireira conjugada à pecuária, que precariza e avilta as relações de trabalho no campo (trabalho escravo, infantil, etc.);

- a incorporação de tecnologias de produção e gestão (agricultura mecanizada, verticalização da pecuária, etc.), que impõe novos limites à inserção da força de trabalho no processo de produção social.

A cidade é portanto importante para a dinâmica da reprodução dos ciclos e metamorfoses do capital e do trabalho. A formação do mercado e, em seguida, o desenvolvimento da produção e da circulação ampliada são funções da cidade, mais precisamente, o mercado é um fenômeno urbano. O surgimento de pequenas e/ou médias empresas nas cidades de Santarém, Altamira e Itaituba tem a ver com os processos de produção, particularmente, devido suas posições estratégicas em relação aos espaços subregionais, gerando em função dessas infra-estruturas e serviços uma polarização, ao mesmo tempo, em que estes municípios monopolizam a economia nessa sub-região. As formas de

Tabela 29. Distribuição Percentual de Unidades, Pessoal Ocupado, Pessoal Assalariado

Sub-área/ Município	% de Unidades Locais			% de Pessoal Ocupado			% de Pessoal Assalariado		
	Atividades			Atividades			Atividades		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
Calha do Amazonas									
Santarém	0,27	0,35	0,48	0,33	0,39	0,59	0,34	0,40	0,64
Juruti	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prainha	0,03	0,01	0,01	0,20	0,01	0,00	0,25	0,01	0,00
Belterra	0,02	0,01	0,01	0,05	0,01	0,00	0,06	0,00	0,00
Baixo Tapajós									
Itaituba	0,07	0,15	0,16	0,05	0,15	0,15	0,05	0,15	0,15
Aveiro	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rurópolis	0,01	0,02	0,02	0,00	0,01	0,03	0,00	0,01	0,04
Trairão	0,01	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00
Transamazônica Oriental									
Altamira	0,21	0,18	0,15	0,14	0,16	0,14	0,10	0,16	0,13
Senador José Porfírio	0,02	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00
Porto de Moz	0,03	0,01	0,01	0,02	0,01	0,00	0,03	0,01	0,00
Uruará	0,06	0,04	0,03	0,07	0,07	0,02	0,07	0,07	0,01
Medicilândia	0,05	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00
Vitória do Xingu	0,06	0,01	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00
Brasil Novo	0,02	0,02	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Placas	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
Anapú	0,05	0,02	0,01	0,02	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00
Vale do Jamanxim e Jacareacanga									
Jacareacanga	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Novo Progresso	0,05	0,12	0,05	0,07	0,10	0,03	0,08	0,10	0,02

Fonte: ZEE- Arquivo Sócioeconomia (NAEA), 2006.

aglomerações tem funções específicas e necessárias à comercialização de produtos primários e de serviços de baixa complexidade, como por exemplo, escolarização em ciclos básicos, saúde, manutenção, reparo e substituição de peças de maquinários, serviços bancários e existência de escritórios voltados ao suporte deste setor.

Essas considerações permitem compreender que a inserção da força de trabalho está condicionada ao modelo de desenvolvimento econômico. Aos trabalhadores que não se inserem no mercado formal de trabalho só resta recorrer à informalidade.

A baixa qualificação deste tipo de trabalho é uma de suas principais características, mas há ainda a realização de pequenas tarefas por profissionais que perderam postos de trabalho no âmbito do trabalho formal. Assim, considera-se informalidade pela inserção em atividades de baixa qualificação associada à falta de oportunidades do emprego no mercado formal. Entende-se que, estruturalmente, neste tipo de mercado está ocorrendo a redução de postos de trabalho, fenômeno predominante no atual estágio da economia no capitalismo contemporâneo, mas que na região estudada tem ainda outros determinantes, como o êxodo rural e o crescimento das periferias nas médias e pequenas cidades.

O mercado de trabalho na área de abrangência do ZEE Zona Oeste, vem acompanhando essas determinações em escalas proporcionais às particularidades desta sub-região, onde a velocidade no processo de alteração de uso do solo e da força de trabalho, com a emergência de novas formas de organização da produção e, conseqüentemente, de reestruturação do emprego tem sido dinamizada pela penetração da agricultura comercial, responsável por profundas alterações nas formas de produção e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, gerando um novo desenho no meio urbano e rural, fato este que implica na atualização das características do mercado de trabalho nos dezenove municípios estudados.

A população economicamente ocupada está distribuída em setores de atividades distintas, no entanto, com predominância para o setor terciário articulado essencialmente às demandas do setor primário, o que não significa uma mutação de caráter estruturante das formas de trabalho nestes municípios. Ao se constatar, na pesquisa de campo, a predominância do trabalho típico da área rural, merece destaque a incidência do trabalho familiar e da informalidade e, com menos ênfase, as relações de assalariamento.

O setor terciário ao assumir destaque engloba um amplo espectro de atividades (comerciais, serviços, transporte e comunicações, até as atividades sociais e da administração pública), em que se observa índice positivo de incorporação da força de trabalho aí ocupada. No entanto, os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho⁵⁵ têm sido pressionados pelas mudanças estruturais geradas por determinantes da reestruturação produtiva, que se iniciou no Brasil, com maior visibilidade, na década de 1990, diante da abertura da economia ao mercado internacional.

A agricultura mecanizada, ao indicar as metamorfoses recentes e as tendências para a nova dinâmica econômico-social nos limites territoriais dos dezenove municípios abordados, aponta para a redução do número de postos de trabalho e de emprego do trabalho vivo.

Os trabalhadores nesta condição, ao serem lançados à própria sorte, estão submetidos às relações de precarização do trabalho, e conseqüentes reflexos nas condições de vida e, no limite, à situação extrema de inempregabilidade. Entre estes, encontra-se o segmento que assume, por iniciativa própria (o chamado “conta propismo”), as alternativas de geração de renda, tanto sob a forma auto-financiada, que é limitada pela baixa capacidade de poupança da maioria dos trabalhadores, como aquelas incentivadas, ainda de modo tímido e restritivo, pelo Estado⁵⁶.

A heterogeneidade do trabalho comporta, portanto, uma variedade de tipos de ocupação, uso e remuneração dos trabalhadores, mas também diferentes relações na estrutura produtiva dos municípios que compõem a área de abrangência do ZEE-Zona Oeste.

A prevalência da economia informal, nos espaços municipais dos dezenove municípios, é observada particularmente no setor de serviços (alimentação, venda de pequenos objetos de uso cotidiano, etc.) e é apontada como uma das atividades econômicas mais dinâmicas dessas municipalidades, nas quais essas trocas informais constituem um mecanismo impulsionador da produção social local. Esse mecanismo é acrescido de particularidades da economia de subsistência (rural e urbana) prevalente, na qual é emblemática a baixa monetarização das trocas. Este fenômeno é revelado por práticas típicas de escambo, a partir de relações de parentesco ou de vizinhança, pautadas pela não circulação de moeda e pela troca entre produtos apenas com valor de uso. Essas formas de trocas não são computadas para efeito de renda, já que somente são consideradas aquelas corres-

55 Para Dedecca, “a formalidade é definida em relação ao cumprimento das normas legais que organizam a atividade econômica e o mercado de trabalho. Na experiência brasileira, a formalidade é explicada pela existência da carteira de trabalho para os assalariados, pela contribuição à Previdência, pelo registro municipal para os autônomos e pela constituição de uma empresa para os empregadores. O cumprimento ou não das normas legais explica uma segmentação do mercado de trabalho entre formal e informal” (1998, p. 98-9).

56 A partir da segunda metade da década de 1990, vem ocorrendo a implementação de políticas públicas de micro-crédito e de financiamento da pequena propriedade familiar, propostas pelo governo federal, destacando-se, dentre outras modalidades, o FNO, o Proger, o Pronaf, etc. O “Banco do Povo” tem sido implementado, em maior escala, por municipalidades administradas por governos democrático-populares (POCHMANN, 1998, p.266).

pondentes à remuneração formal, havendo, portanto, necessidade de estudos específicos e aprofundados para explicação do fenômeno da renda, familiar ou individual, relacionado a estas formas de trabalho.

Ao tratar da informalidade nessa subárea é mais do que necessária a ampliação da noção de mercado informal, como foi assinalado anteriormente, ao serem incluídos nesta condição desde pequenos comerciantes de rua, principalmente de alimentos, até a inserção de trabalhadores com qualificação profissional. Neste amplo espectro pode-se perceber que há, em seu interior, desde o trabalho realizado no âmbito familiar, para complemento de renda, como a confecção de produtos artesanais. Os trabalhadores que não possuem registros e os autônomos que trabalham por produção (peça, empreitada, etc.) são características que precisam ser estudadas com maiores detalhes, incluindo situações em que é utilizada a força de trabalho de diversos membros da família, que mesmo sem a remuneração direta participam ativamente da renda familiar.

As formas existentes de inserção no trabalho permitem compreender, de um lado, que a força de trabalho é condicionada pelas formas de produção, muitas vezes dramáticas, no meio rural, onde a mais-valia absoluta é uma das causas da precarização e das situações de trabalho escravo em grandes propriedades sob a lógica da acumulação e de auto-reprodução desse tipo de atividade, de outro, que a legislação trabalhista tem pouca funcionalidade, abrindo espaço para que impere a ilegalidade sob pressão de grileiros que ameaçam pequenos produtores rurais, levando-os à perda dos meios de produção.

A heterogeneidade e a desigualdade social, reveladas pelos baixos salários da imensa maioria dos trabalhadores residentes nos dezenove municípios, conforme Tabelas 30 e 31, são características que prevalecem, atualmente, no mercado formal de trabalho no Brasil. As faixas de renda das famílias aí residentes estão concentradas entre um a dois salários mínimos. O somatório daqueles cuja renda não ultrapassava dois salários mínimos é outro dado que precisa ser ressaltado. Esse perfil de distribuição de renda, ao indicar a prevalência de rendimentos inferiores a dois salários mínimos, demonstra o grau de segregação social ao qual está exposta a maioria dos trabalhadores desses municípios, daí a condição de baixos níveis de qualidade de vida pelo acesso restrito aos bens e serviços socialmente produzidos.

A situação da renda é ainda mais aviltante quando se associa à falta de acesso aos serviços sociais básicos, o que revela segmentos majoritários da população com renda média *per capita* oscilante, vinculados à agricultura familiar e mecanizada, pesca, produtos florestais não-madeireiros e ao setor terciário (comércio e serviços), com baixa qualificação.

Os traços marcantes das formas de trabalho predominantes na maioria dos municípios estudados mostram a vulnerabilização das populações locais, pressionadas em condições desfavoráveis pela concorrência em torno do uso da terra e dos recursos naturais, o que tem causado processos de expulsão do campo e maior adensamento populacional nas pequenas e médias cidades. A vulnerabilização torna-se uma das condições para a ampliação da informalidade, pois as atividades vinculadas a esta condição de trabalho tornam-se alternativa de inserção de grande parte do contingente do trabalho vivo, incorporado de forma abrupta ao tecido urbano.

A diversidade da agricultura familiar: principais características estruturais, trajetórias e dinâmicas

A diversidade da agricultura familiar na Amazônia não se explica somente por meio dos fatores socioeconômicos e políticos, mas também com base nos fatores agroecológicos ainda pouco compreendidos. Os resultados de pesquisas biológicas feitas na Zona Bragantina, em Paragominas e Capitão Poço mostram que a agricultura de pousio representa um sistema de uso da terra diferente do que pressupõe a estereotipada noção da agricultura itinerante. Isso acontece, sobretudo quando se considera de maneira sistemática o papel fundamental da capoeira para a manutenção dos fluxos de nutrientes e das funções ecológicas básicas, como o ciclo hidrográfico e a biodiversidade.

Por existir uma densidade demográfica e uma integração ao mercado relativamente altas, não se pode falar mais somente de uma agricultura de subsistência miserável nas margens das fronteiras agrárias ou, como alternativa, de uma agricultura comercial de médio porte com fortes insumos externos.

As categorias que seguem revelam a complexidade de situações e de atores nas áreas estudadas, com interesses, motivações e papéis bastante diferenciados na ocupação e uso da terra e no processo de desmatamento.

- Colono sitiante (clássico): chegado no projeto inicial da colonização, ocupando módulos de 100 hab, assentados nas margens da rodovia, com estruturas familiares e comunitárias sólidas;

- Migrante dos garimpos: grupo formado, geralmente por homens que procuraram se estabelecer na agricultura após o declínio dos garimpos da bacia do Tapajós. Ocuparam alguns lotes das margens, mas, a maior parte, os menos capitalizados, ocuparam as vicinais.

Tabela 30. Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por sexo e classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (%)

Municípios	Total	De 1/4 a 3 S.M		De 3 a 5 S.M		De 5 a 10 S.M		Mais de 10 S.M		Sem Rendimento	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Pará	1.309.033	50	15	8	2	6	1	4	1	8	4
Calha do Amazonas											
Santarém	53.334	48	18	7		6	1	3	1	10	4
Juruti	5.303	70	12	3	0	2	0	1	0	10	1
Prainha	4.816	70	10	3	0	2	0	1	0	12	2
Belterra	2.983	53	11	5	1	4	1	1	0	22	2
Baixo Tapajós											
Itaituba	20.007	47	16	8	2	7	1	3	0	10	5
Aveiro	2.926	56	8	3	0	1	0	1	0	26	3
Rurópolis	5.177	71	9	7	1	5	0	3	0	3	0
Trairão	2.062	69	7	9	0	4	0	3	0	6	1
Transamazônica Oriental											
Altamira	17.469	47	15	11	2	9	1	5	0	6	3
Sen. José Porfírio	2.958	69	7	7	0	4	0	2	0	9	1
Porto de Moz	3.963	61	9	7	0	6	0	4	0	11	2
Uruará	9.679	55	7	14	1	9	1	6	0	7	1
Medicilândia	4.722	39	6	11	1	10	1	8	0	20	4
Vitória do Xingu	2.190	55	9	7	1	5	1	3	0	17	3
Brasil Novo	3.637	58	6	10	0	7	0	4	0	13	1
Placas	2.777	71	5	8	1	6	0	4	0	3	1
Anapu	1.854	44	5	8	1	5	0	3	0	33	1
Vale do Jamanxim e Jacareacanga											
Novo Progresso	3.683	31	5	7	1	4	1	2	0	44	5
Jacareacanga	4.314	44	6	19	2	12	1	4	0	11	1

Fonte: IBGE, Censo 2000 (SIDRA)

Tabela 31. Renda familiar

Municípios	Salário. mínimo	R\$1,00/ mês	R\$1,00/ ano	US\$1,00/ mês	US\$1,00/ ano	Índice de GINI *
Pará	1,50	220,70	2,648,41	113,76	1,365,16	0,69253
Calha do Amazonas						
Santarém	1,25	183,58	2,202,93	94,63	1,135,53	0,67251
Juruti	0,62	91,81	1,101,72	47,32	567,90	0,68743
Prainha	0,50	73,68	884,13	37,98	455,73	0,55506
Belterra	0,53	78,76	945,10	40,60	487,17	0,60978
Baixo Tapajós						
Itaituba	1,37	202,43	2,429,16	104,35	1,252,14	0,66878
Aveiro	0,50	73,19	878,31	37,73	452,74	0,59428
Rurópolis	1,11	162,90	1,954,75	83,97	1,007,60	0,63545
Trairão	0,83	122,74	1,472,83	63,27	759,19	0,57212
Transamazônica Oriental						
Altamira	1,85	272,77	3,273,24	140,60	1,687,24	0,65916
Senador José Porfírio	0,92	135,82	1,629,85	70,01	840,13	0,65187
Porto de Moz	1,09	160,42	1,925,00	82,69	992,27	0,69227
Uruará	1,77	260,31	3,123,71	134,18	1,610,16	0,64841
Medicilândia	1,85	272,33	3,267,90	140,37	1,684,49	0,71458
Vitória do Xingu	1,08	159,57	1,914,82	82,25	987,02	0,66363
Brasil Novo	1,16	170,59	2,047,07	87,93	1,055,19	0,55401
Placas	1,30	191,17	2,294,06	98,54	1,182,51	0,63568
Anapu	1,13	165,93	1,991,12	85,53	1,026,35	0,70568
Vale do Jamanxim e Jacareacanga						
Jacareacanga						
Novo Progresso	1,86	273,82	3,285,89	141,15	1,693,76	0,60757

Fonte: IBGE, Censo 2000 (SIDRA)

*O Índice de Gini é um indicador de distribuição de renda, cuja “medida assume valor mínimo de 0 (zero), situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos em uma sociedade, e valor máximo de 1 (um), situação extrema de desigualdade, em que apenas um indivíduo ou família se apropriam de toda renda disponível” (JANNUZZI, 2003).

- Assentados pelo Incra: grupo formado por pequenos produtores assentados a partir de 1996, em Projetos de Assentamentos (PAs) que obedecem o modelo conhecido na Amazônia como “Quadrado Burro”: lotes de 100 hab, linearmente situados, sem condições de viabilidade.

- Brasiguaiois: pequenos produtores que perfizeram a trajetória de migração a partir da construção de Itaipu ou pela escassez de terras em outras regiões do Paraná, que trabalharam com soja no Paraguai e, nos últimos anos, fracassados, procuram terras mais baratas na Santarém-Cuiabá com o objetivo de se estabelecerem como pequenos pecuaristas.

- Colonos retornantes: sitiantes que abandonaram os lotes nos períodos críticos de intrafegabilidade da rodovia e estão retornando com a possibilidade de asfaltamento e valorização da região.

- Possesiros (aspirantes a produtores): chegam todos os dias em todas as cidades da rodovia, vindos do Maranhão, do Tocantins e, principalmente, do Mato Grosso. Procuram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, as prefeituras e as empresas em busca de terra e emprego.

Os colonos que chegaram no início da ocupação são uma minoria e, aparentemente estão mais fortes onde conseguiram ficar juntos numa mesma sub-região. É o caso das comunidades de São José, Linha Gaúcha e Santo Antônio a 55 quilômetros da cidade de Novo Progresso, ao norte da Santarém-Cuiabá. Estão, em sua maioria há mais de vinte anos, onde formaram lotes em torno de 200 hab, com pequena pecuária e cultivos diversificados, principalmente para a subsistência. Estão organizados em comunidades e como associação de produtores. A relativa estabilidade econômica e a estrutura de trabalho baseado na mão-de-obra familiar vêm permitindo a permanência na terra, mas dificilmente a reprodução social das famílias com esse perfil.

Os estados de origem dos pequenos produtores que migraram para a Zona Oeste, que passou por um intenso processo de concentração da terra, a partir da década de 1950, eram: Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Essas dinâmicas ocasionaram diferentes movimentos migratórios no rumo do interior do país, sendo que, a partir da década de 1960, foram diretamente incentivados pelo Estado Nacional. As trajetórias descritas Figura 40, encontradas na Cuiabá-Santarém, são a continuidade dessas dinâmicas macro vivenciadas no país.

Estão representadas, na Figura 41, as diversas origens da população de trabalhadores daquela região que seguiram na história recente da Amazônia, a trilha das empreiteiras dos grandes projetos, das empresas de madeira e de

garimpo, dos programas de colonização, ou vieram por conta própria para aventurar terra e/ou trabalho, e procura traçar as suas trajetórias mais comuns.

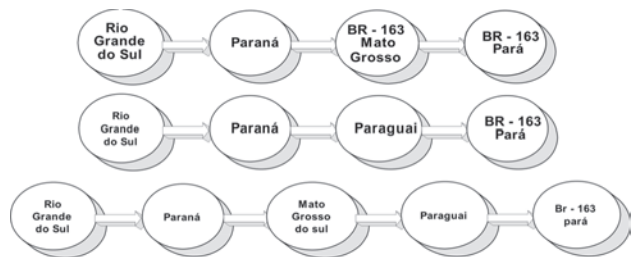


Figura 40. Rotas dos colonos sitiantes e brasiguaiois
Fonte: Pesquisa de Campo BR-163 - Abril/2002

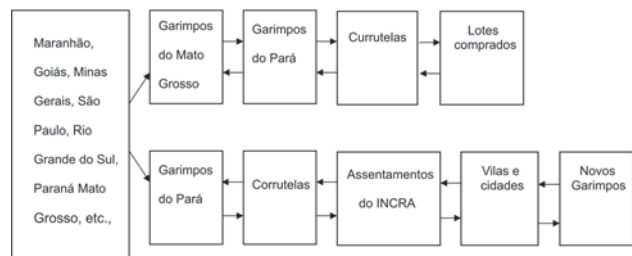


Figura 41. Rotas dos colonos sitiantes e brasiguaiois
Fonte: Pesquisa de Campo BR-163 - Abril/2002

Na atividade garimpeira, aparentemente se repetem diferenciações sociais vistas em outras atividades. A maior parte da mão-de-obra não qualificada vem do Nordeste, enquanto a competência técnica e o controle das explorações ficam com pessoas originárias de estados que também tiveram tradição de mineração (Goiás, Minas, São Paulo, mesmo Paraná). Em Itaituba, onde os garimpos de ouro precedem a Zona Oeste, a dinâmica e a propriedade das explorações está ligada a grupos da própria região.

Para os colonos sitiantes, a movimentação no espaço ocorre num tempo maior. Os que se estabeleceram no início da colonização e permanecem até hoje estão com suas pequenas propriedades estruturadas e a perspectiva de migração pode vir a ocorrer pelas seguintes razões geracionais: i) os filhos não desejam prosseguir na atividade e nem no local ou os velhos começam a precisar de assistência médica e precisam morar nas cidades; ii) isolamento produtivo e fundiário: os produtos diversificados não terão escala suficiente para uma organização produtiva mais forte, dificultando a relação com o mercado.

No caso dos brasiguaiois, na origem da saída do Paraná, estão a implantação dos grandes cultivos de soja e a barragem de Itaipu. No Paraguai, alguns se estabeleceram como proprietários e hoje, conforme depoimentos, as terras que ocuparam estão sendo adquiridas por produtores de soja dos Estados Unidos.

Os migrantes dos garimpos, de acordo com as observações, teriam mais dificuldade de se estabelecer. Suas trajetórias levaram a perda dos vínculos com a terra, em certos casos, por mais de uma geração. A terra é uma oportunidade que tem uma função de aventura, uma possibilidade de “bamburro”⁵⁷. Para eles, ganhar a terra e a casa em um assentamento já é um bamburro. Poder vender a madeira do lote, associando a venda à manutenção da estrada. Mas, quando acaba a madeira e a remuneração do trabalho passa a depender apenas da agricultura de subsistência possível sem nenhuma assistência, então o assentamento perde o sentido. Acaba-se a madeira, as empresas só mantêm a estrada se a mesma for acesso para outras explorações. Sem escola e sem assistência médica, o movimento no espaço se inverte e essa mão-de-obra errante sai em busca de outros pequenos, eventuais e virtuais bamburros.

Os assentados do Incra vêm dos garimpos, mas podem fazer parte das levas de mão-de-obra que estão se movimentando atrás da migração da atividade madeireira que chega ao Pará com a expectativa de que aqui poderão ser proprietários de terra. O sonho da pecuária move muitas dessas trajetórias como referencial de sucesso econômico.

A trajetória de ocupação de um assentamento na Zona Oeste pode ser descrita na Figura 42.

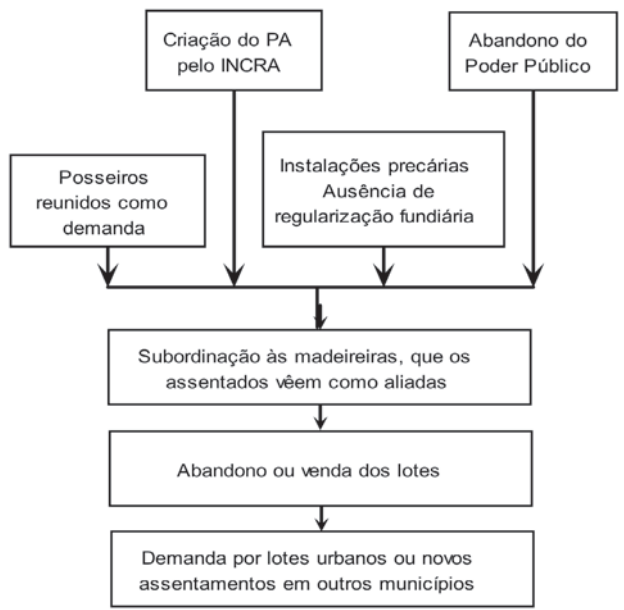


Figura 42. Sucessão na posse da terra e assentamentos
Fonte: Pesquisa de Campo BR-163 – Abril/2002

A questão fundiária é um fator determinante na situação atual de todos os tipos de pequenos produtores dessa região. Em geral, ninguém tem título de propriedade, mesmo os que chegaram no início do projeto. A ocupação pela pecuária de grande porte, que vem encontrando nessa região sua área de expansão está resultando numa brutal concentra-

ção das terras. A apropriação de vastas áreas pelas empresas madeireiras também restringe as possibilidades de expansão das atividades características da pequena produção.

Cada tipo de pequeno produtor se relaciona de uma forma, pois suas diferenciações também determinam graus diferenciados de legitimidade e tolerância diante dos grupos empresariais que comandam a política da região. Os colonos sitiantes são vistos como produtores os que sabem trabalhar. Em Trairão, é nítida a aversão de dirigentes do Poder Público contra o STR por este estar tentando organizar os posseiros para conseguir terra. Em Novo Progresso, há uma verdadeira ideologia que une pequenos proprietários aos médios e grandes para a exclusão dos posseiros e até em termos de organização social. A maior parte dos pequenos produtores está vinculada à associação de produtores ligada a Faepa. Os migrantes dos garimpos assentados nos PAs são vistos, em geral, como meros trabalhadores. Embora, todos reconheçam que as dificuldades estruturais desestimulam e justificam vender ou abandonar os lotes.

Pode-se afirmar que os colonos sitiantes são tolerados, embora sejam assediados para vender suas terras, tanto quanto os assentados dos PAs. Os assentados e os posseiros se relacionam com as empresas como reserva de mão-de-obra cativa de empresas madeireiras (como no caso do Areias) e como mão-de-obra barata para a exploração das terras, tanto na oferta da madeira como na destocagem que facilita a entrada da pecuária. O custo do desmatamento de grandes áreas é alto, sendo desejável aos grandes proprietários que parte desse serviço seja feito pelos pequenos proprietários, às próprias custas.

O conflito também marca a relação com os pecuaristas que pretendem expandir suas áreas nos assentamentos.

A relação com as madeireiras, até onde se pode perceber, é marcada por uma aliança de sobrevivência. São elas que garantem a estrada e, em alguns casos, o aviamento para a exploração da madeira. São elas que transportam doentes nas emergências. Principalmente, são elas que permitem um mínimo de circulação monetária entre os assentados. As empresas que industrializam no local são também as depositárias da expectativa de emprego.

Os projetos de colonização planejada que foram implantados no espaço amazônico na área de abrangência Zona Oeste foi formulado a partir da implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, e estava associado a problemas sociais decorrente da seca que atingia a região Nordeste. Como a situação começava a tornar-se demasiadamente crítica, em função do grande número de retirantes que invadia propriedades rurais e centros urba-

⁵⁷ “Bamburrar” significa achar muito ouro, compensar as dificuldades da busca e do investimento feito

nos, provocando arrombamentos e saques. É dentro desse contexto que o presidente Emílio Garrastazu Médici, após visitar a região do dia 04 a 06 de junho, declarando-a sob o estado de calamidade pública, baixava, no dia 16 desse mesmo mês, o Decreto-Lei nº 1106, criando o PIN.

Esse decreto ressaltava que o programa tinha como objetivo financiar um plano de infra-estrutura nas regiões que compreendiam áreas de atuação da Sudam e da Sudene e promover a mais rápida integração dessas duas regiões a economia nacional. Sendo que a primeira etapa do programa seria constituída da construção imediata das rodovias Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, sendo que as margens dessas rodovias (10 km) serviriam para a colonização. Com tais medidas, o governo federal tinha por objetivo:

1º - promover a ocupação efetiva, a organização agrícola e a exploração mineral de amplas áreas da Amazônia, a fim de incorporá-la ao econômico-social brasileiro;

2º - orientar e fomentar, por um lado a migração do nordestino para a Amazônia.

A agricultura familiar na Área de Abrangência Zona Oeste não é distribuída de forma homogênea. É altamente concentrada na Microrregião Altamira (Transamazônica Oriental), Microrregião Itaituba (Baixo Tapajós) e na Microrregião de Santarém (Calha da Amazonas). Nessas áreas, a agricultura familiar de 0 – 200 hab dominam a estrutura agrária, com aproximadamente 90 % dos estabelecimentos rurais.

A agricultura patronal, inclusive a grande e média pecuária, predomina na parte sul da Área de Abrangência da Zona Oeste, como no município de Novo Progresso, sul dos municípios de Itaituba (Transgarimpeira, Moraes de Almeida) e de Altamira (Castelo de Sonhos) na Zona Oeste em direção ao Mato Grosso.

Essa diferenciação na organização espacial da agricultura familiar e patronal tem sua origem nos processos da colonização dirigida (oficial e privada) e espontânea que ocorreu na área, principalmente quando se considera a dimensão temporal, o papel do Estado e a composição dos atores sociais. A identificação dessa diferenciação é extremamente importante para demonstrar as trajetórias atuais e futuras do uso da terra e dos recursos naturais na Área de Abrangência Zona Oeste.

A ocupação da Mesorregião do Baixo Amazonas (dentro desta Santarém), iniciou-se a partir do século 17 pelos portugueses que instalaram as primeiras povoações e missões religiosas nesta região. Mas, é a partir do século 18, com o ciclo da borracha, que os nordestinos inauguram um ciclo de ocupação mais intenso e ordenado sobre esse espaço. Esta população acaba por constituir, ao longo dos anos, um campesinato caboclo ou ribeirinho, pautado na

agricultura de subsistência e no extrativismo de produtos florestais (borracha, castanha, peles de animais, etc). As cidades de beira de rio (Santarém, Itaituba e Altamira), alojaram esta população migrante mais antiga que se articulou e hibridizou-se com os indígenas, habitantes autóctones das florestas e beira dos rios.

Pelas condições ecológicas (várzea), históricas (antiga ocupação) e socioeconômicas (importância dos rios, da pesca e das culturas anuais em relativamente pequenas áreas) o Baixo Amazonas (Santarém) se distingue das outras subáreas da Área de Abrangência da Zona Oeste. Uma das características marcantes (com a exceção de alguns municípios como Prainha) da região de Santarém é a grande importância da agricultura familiar. Segundo o censo agropecuário de 1996, os agricultores familiares na faixa de 0 – 200 hab eram responsáveis por 96 % dos estabelecimentos rurais, 58 % da área plantada, 90 % do valor bruto de produção vegetal, 94 % do pessoal ocupado e 74 % da produção animal, sendo que dentro desta 73 % eram bovinos.

Com a chegada recente da agricultura mecanizada, sobretudo de milho, arroz e soja, os municípios de Novo Progresso, Rurópolis, Itaituba e principalmente Santarém e Belterra, principais produtores, a estrutura fundiária (minifúndio) e produtiva (agricultura familiar) começou a mudar o que tem levado a focos de conflito envolvendo a posse da terra.

Em contraste com a colonização de Santarém, mais antiga, a colonização nas Microrregiões de Altamira e Itaituba data da década 1970 com a construção da rodovia Transamazônica e implantação dos PICs.

No entorno da Transamazônica, desde Altamira até Itaituba (Baixo Tapajós), foram implantados projetos de colonização pelo Incra. Os municípios as margens dos rios Amazonas, Xingu e Tapajós, como Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Aveiro pela sua posição geográfica não foram plenamente integrados no processo da colonização oficial.

Nas áreas de colonização, a intervenção das agências estatais como Incra, Embrapa, Ceplac ajudou a consolidar o fundamento da agricultura familiar com áreas de 100 hab e mais; uma alta diferenciação produtiva com a inclusão das culturas perenes e só mais tarde também da pecuária; uma grande capacidade de acumular e de defender a hegemonia da agricultura familiar. Apesar de freqüentes vendas de lotes e uma relativa concentração das propriedades, isso raras vezes afetou a predominância da agricultura familiar, porque aconteceu mais no interior dela. Como resultado disso, a agricultura familiar na faixa de 0-200 hab ainda representava, em 1996, 88 % dos estabelecimentos rurais,

86 % do pessoal ocupado, 46 % da área (média 78 hab), 78 % do valor bruto de produção vegetal e 49 % animal. Altamira foi, em 1996, uma das poucas Microrregiões no Pará com uma distribuição equilibrada do valor de produção da agricultura familiar: 29 % culturas perenes, 29 % temporárias e 29 % bovinos, segundo dados do censo agropecuário/IBGE, de 1996.

Na subárea do Baixo Tapajós, os municípios de Rurópolis, Trairão e Itaituba (Miritituba) sofreram colonização planejada pelo Estado, o que possibilitou a esses municípios o desenvolvimento da agricultura familiar e um importante papel das culturas perenes, sendo que nos municípios de Aveiro e Itaituba não houve colonização, mas a agricultura familiar tem um importante papel na economia desses municípios. Nestes quatro municípios, a agricultura familiar alcança os seguintes valores: Aveiro (89 %), Rurópolis (79 %), Trairão (62 %) e em Itaituba (63 %). Esses números são superiores aos encontrados na Transamazônica Oriental nos municípios de Uruará (62 %) e Medicilândia (72 %).

A parte sul da rodovia BR-163, que corta os municípios de Altamira (Castelos de Sonhos), Novo Progresso e Itaituba (Moraes de Almeida), representava a mais nova fronteira econômica da Área de Abrangência Zona Oeste com um predomínio absoluto da agropecuária patrimonial e ausência de um setor relevante da agricultura familiar. Nessa área, observa-se uma articulação entre pecuaristas e madeireiros no processo de ocupação e uso da terra, que tem entre uma de suas características a apropriação ilícita da terra.

No Vale do Jamanxim, segundo o Censo Agropecuário de 1996 a participação da agricultura familiar na faixa de 0-200 hab alcançou em Jacareacanga apenas 1,7 % dos estabelecimentos rurais e em Novo Progresso 10,3 %. Para área na faixa de 0-100 hab apenas 1 % dos estabelecimentos rurais respectivamente. A agricultura familiar representou em Novo Progresso apenas 47 % dos estabelecimentos, 23 % do valor de produção, 42 % do pessoal ocupado e 13 % dos bovinos.

A baixa participação da agricultura familiar, em Jacareacanga, deve-se a alguns fatores:

A maior parte do município (mais de 90 %) é área de proteção ambiental, formada por terras indígenas, reservas e parques ambientais;

A maior parte da população do município é formada por índios que se dedicam ao extrativismo e a uma agricultura bastante rudimentar;

A atividade econômica que impulsionou um grande fluxo migratório para essa área foi a mineração do ouro,

levando a uma ocupação transitória de acordo com ciclo da mineração;

Outro fator importante que explica a fraca pressão antrópica sobre esse espaço é sua localização geográfica, extremo sudoeste do Pará, e a condição de acesso a esse município que são bastante precárias.

Nos últimos anos, aconteceram algumas mudanças devido à criação de novos assentamentos pelo Incra. Estes serviram mais para absorver ex-garimpeiros e trabalhadores do setor madeireiro despedidos devido à fiscalização mais rígida, e muito menos os migrantes e agricultores de outras regiões. Mas todos os relatos consultados e entrevistas no campo mostram que os fundamentos dessa estrutura agrária altamente polarizada não mudaram.

A predominância da agricultura familiar na Área de Abrangência Zona Oeste pode ser evidenciada quando se analisa as principais culturas temporárias e permanentes cultivadas na região. Para efeito representativo das culturas temporárias e permanentes, foram selecionadas aquelas que são mais vinculadas a agricultura familiar. Dentre as culturas temporárias, tem-se: arroz, feijão, milho, mandioca e soja. Entre estes, destacam-se a produção de mandioca com 692.150 t e de arroz com 292.132 t, sendo que a subárea com maior produção é a Calha do Amazonas, com 228.048 t de arroz⁵⁸ e 336.250 t de mandioca.

Com relação à cultura permanente, foram selecionados os seguintes gêneros: banana, coco, cacau, pimenta e laranja. Dentre estes, destacam-se a banana com 217.961 t e a laranja com 26.602 t, sendo que a subárea com maior produção da banana é a Transamazônica Oriental e da laranja é a Calha do Amazonas.

Os indicadores econômicos da região de influência Zona Oeste demonstram maior resiliência econômica dos municípios com base produtiva mais diversificada. Indicadores sociais demonstram também que o virtuosismo econômico das regiões que concentram a maior produção do agronegócio não têm o mesmo rebatimento em empregabilidade, regularidade trabalhista, serviços públicos de saneamento e abastecimento de lixo. O encadeamento entre economia primária e terciária também não é correspondente.

Os municípios que se destacam por uma economia equilibrada entre produção madeireira, pecuária, plantios permanentes e culturas anuais são os da Transamazônica, mais precisamente, entre Rurópolis e Pacajá, com as ressalvas das distorções ocorridas em Anapu e Pacajá, ocasionadas pelas frentes madeireiras recentes. A pauta da produção agropecuária compreende: cacau, pimenta, pecuária, madeira, banana, mandioca, urucum e frutas e pequenos animais para o auto-abastecimento.

⁵⁸ Na Calha do Amazonas, a produção de arroz é comandada pelo município de Santarém, com 198.000 ton. Este número é bastante superior aos demais municípios da Área de Abrangência da BR-163. Isso é decorrente da introdução da agricultura mecanizada no Planalto Santareno.

Atividade Pesqueira

A caracterização e dinâmica da atividade pesqueira na área de influência Zona Oeste paraense, objeto de estudo deste relatório, não difere da configuração desta atividade para a região amazônica como um todo, bem como para o restante do estado do Pará, pelo menos no que diz respeito, ao seu segmento artesanal.

A importância da pesca como atividade econômica tem uma vinculação direta com o ambiente natural amazônico e suas repercussões sócio-culturais para a população local e sua inserção no espaço, particularmente ocupado pela população ribeirinha. De um lado a atividade pesqueira se relaciona diretamente aos aspectos históricos e sociais que modelam os municípios que compõem a área de influência Zona Oeste, principalmente porque tem no rio um dos principais meios de ocupação e formação da estrutura urbana destes municípios. De outro porque o rio sempre funciona como válvula de escape, seja alimentar, uma vez que é capaz de fornecer sustento a baixo custo a população direta ou indiretamente; seja ocupacional, em vez que a atividade é atrativa para um contingente populacional que com baixa qualificação, envereda por uma atividade que depende do seu esforço individual e na medida deste.

A pesca artesanal é a única modalidade existente em todos os municípios que compõem as Mesorregiões paraenses na área de influência Zona Oeste, não existindo pesca industrial em nenhum desses municípios, apesar da existência de um segmento verticalizado da cadeia produtiva, relacionado ao beneficiamento feito pelos frigoríficos, particularmente localizados na cidade de Santarém.

Aliás, o município de Santarém, situado na Mesorregião da Calha do Rio Amazonas, e maior Produtor do estado do Pará e da região norte de pescado “in natura” assume um papel diferenciado entre todos os outros que compõem a área de influência paraense Zona Oeste. Sua importância na atividade pesqueira na região, diz respeito a todas as etapas da cadeia produtiva. Assume um destaque não somente na quantidade produzida (terceira em desembarque no estado), e seus efeitos irradiadores diretos e indiretos no próprio município, como geradora de renda e ocupação, mas também, enquanto articuladora dos canais de distribuição e comercialização, que atinge um grande número de municípios da região amazônica, incluindo, cidades como Belém, Manaus, e Macapá, maiores centros consumidores da região norte.

A pesca artesanal realizada na área de influência Zona Oeste não se distingue da caracterização geral da pesca artesanal, enquanto um sistema tradicional, tanto pela forma como é realizada a captura, como também, em termos do tipo de embarcação utilizada para esta finalidade.

Isto tem uma estreita ligação com a forma como a atividade é tratada pelas comunidades ribeirinhas, e seu caráter histórico e cultural. Assim sendo, é possível se estabelecer uma tipologia, não muito rígida, quanto à finalidade da pesca e seu grau de profissionalização em pesca de subsistência e pesca comercial, como o fazem, por exemplo, Ruffino *et al.* (1999).

A primeira voltada como objetivo principal embora não único, ao abastecimento e o consumo do próprio pescador e de seus familiares. Assim, assume caráter de atividade não principal – de subsistência –, geralmente complementar a outras atividades econômicas como pequena agricultura (familiar), pecuária, extrativismo, e criação de animais. A comercialização de excedentes ocorre esporadicamente, existindo também o escambo dos mesmos.

Por outro lado, quando se fala de pesca comercial se invertem os papéis, pois esta tem como finalidade principal à comercialização da produção, relegando função complementar ao auto-consumo, que ocorre na alimentação para o sustento da jornada de trabalho, bem como através da provisão de certa parte da produção para as famílias dos pescadores, cujo rateio da captura gerada depende do tipo de relação que se estabelece entre o pescador direto e os outros participantes da cadeia produtiva.

Os meios de produção, utilizados em ambas as modalidades, não se diferem muito em termos das chamadas artes de pesca utilizadas nas capturas, que são em geral, passadas por gerações a partir de relações de parentescos, evidenciando um claro exemplo de conhecimento tácito. Entretanto, o pescador comercial, especialmente aqueles que recebem algum tipo de aviação e mantém relações de trabalho vinculadas a terceiros, utilizam instrumentos de produção que permitem uma maior produção e produtividade, como, por exemplo, redes de nylon de maior tamanho e resistência.

Nos últimos anos, a sobrepesca tem sido um problema identificado pelos pescadores, especialmente devido à concentração da captura em algumas poucas espécies, com maior apelo comercial e, ligadas aos hábitos de consumo da população local. São elas: pacu, jaraqui, mapará, surubim, tambaqui, tucunaré, dourada, aracu, filhote, curimatã e pirarucu.

Existe uma longa cadeia de comercialização do pescado, surgindo neste processo, diferentes agentes sociais, que participam direta e indiretamente tanto da comerciali-

zação propriamente dita como na distribuição do produto. O grau de complexidade dessa cadeia varia em função do volume a ser comercializado, do seu grau de verticalização e do seu caráter sazonal – momentos de “safra”.

Ainda que existam diferenças espaciais, em torno dos vários agentes que compõe a cadeia em cada município, pode-se distinguir três tipos de agentes bem definidos, que têm diferentes estratificações espacialmente.

O agente produtor: pescador, que pesca individualmente e coletivamente, estabelecendo relações de trabalho autônomas, ou vinculadas de alguma forma, aos intermediários e comerciantes.

O intermediário que apenas compra e repassa a produção para comerciantes varejista e atacadista. O comerciante varejista (relação direta com o pescador), no qual se estabelecem relações de aviação e o comerciante atacadista que agrega valor a produção, como filetagem, por exemplo, é o caso dos frigoríficos

A captura de peixes ornamentais é uma atividade que vem ganhando grande importância nos últimos anos, já ocupando frações expressivas da população local, onde esta modalidade de pesca existe.

Ela se caracteriza pela captura de algumas espécies vivas de peixes ornamentais, especialmente àqueles da família dos acaris - acari-pedra (*Hypostomus emarginatus*) e acari-bodó (*Liposarcus pardalis*). Com menor frequências são também capturadas diversas espécies de acaras e arraias anãs, entre outros. Essa realizada por mergulhadores.

A grande reclamação da categoria dos pescadores-mergulhadores é não ser reconhecida comom pescadores, de modo que não possuem registros nas colônias de pescadores ficando à margem dos seus benefícios sociais, inclusive do seguro desemprego.

Três Mesorregiões assumem particular importância quanto à incidência desta atividade, Mesorregião da Calha do Rio Amazonas, destacando-se Santarém e Prahna; Transamazônia Oriental, com Altamira e Mesorregião do Baixo Tapajós, com Itaituba e Trairão.

A fiscalização do Ibama tem procurado estabelecer cotas as empresas, quanto ao número de unidades de cada espécie que pode ser capturada e exportada, para tentar diminuir a sobrepesca de algumas espécies mais procuradas pela demanda externa.

Apesar de vislumbrarem sobrepesca de algumas espécies na região, o que sempre é tido como fator motivador para criação em cativeiro, existem poucas iniciativas voltadas à aqüicultura nas Mesorregiões paraenses da Zona Oeste.

Em Santarém e Itaituba, estão registrados em cada município, dois criadores que praticam esse tipo de atividade com intuito de comercialização. Em Itaituba, os dois

criadouros produzem especificamente tambaquis, no qual ocorreu a primeira produção no ano de 2006, garantindo o abastecimento nos pontos de comercialização no município na época do defeso desta espécie.

O ambiente natural e a diversidade de espécies de peixes, vem tornar a pesca esportiva uma das principais atrações turísticas de muitos municípios das Mesorregiões que compõem a Zona Oeste paraense. De fato, alguns municípios possuem em seu calendário de eventos durante o ano, festas e torneios esportivos ligados à pesca.

Santarém lidera o turismo esportivo com este intuito, possuindo operadoras turísticas que oferecem em seu roteiro oportunidades para a pesca esportiva.

Atualmente algumas “fazendas”, que oferecem seus serviços com o rótulo de turismo ecológico, têm na pesca esportiva uma das suas atrações. Alguns desses hotéis-fazenda dispõem de infra-estrutura para hospedar turistas, inclusive, em seus próprios ambientes. Eles podem ser encontrados com essa denominação em Santarém, Altamira e Itaituba.

Em verdade, estas fazendas funcionam como atrativos turísticos de cada município, em vez que oferecem como oportunidade de lazer a pesca.

Pela sua importância no contexto regional, algumas considerações merecem ser feitas acerca da economia da pesca em Santarém.

De fato, Santarém ocupa papel-chave na articulação da cadeia produtiva do pescado entre os municípios da Zona Oeste. Ocupa a terceira posição no volume de desembarques de pescado, apresentando uma posição privilegiada quer seja pela sua localização geográfica, com a presença de uma geografia lacustre bastante piscosa e de fácil acesso.

Em Santarém, existem diferentes microrregiões, onde estão concentradas as comunidades de pescadores, muito embora, muitos pescadores também residam na zona urbana do município.

A Tabela 32 fornece uma rápida percepção acerca do volume de pescado em Santarém para as principais espécies, o qual se pode inferir sobre a possibilidade de sobrepesca dessas espécies. De fato, comparando-se os dois períodos: 1992-1993 e 2002-2003 percebe-se que para algumas espécies como: DOURADA, CURIMATÃ, SURUBIM, TAMBAQUI E PESCADA, JARAQUI, PACU, ocorreu não só uma queda absoluta, mas também relativa. Apenas, para o ARACU E PIRAMUTABA, houve incremento do volume pescado, nos dois anos consecutivos, em relação ao período anterior. O Mapará, por sua vez, apresentou forte crescimento no primeiro período, de 57 %; embora no

Tabela 32. Variação da Captura das Principais Espécies em Santarém

Espécie de Peixe	1992	1993	Var%	2002	2003	Var%
Mapará	513.582	810.625	57,84	860.216	759.152	-11,75
Dourada	554.277	836.225	50,87	540.193	430.000	-20,40
Curimatã	428.059	184.534	-56,89	217.630	99.500	-54,28
Surubim	304.233	497.699	63,59	186.325	192.500	3,31
Aracu	109.087	151.605	38,98	143.985	164.000	13,90
Jaraqui	125.371	339.088	170,47	121.638	131.000	7,70
Tambaqui	209.345	125.153	-40,22	89.533	48.000	-46,39
Pacu	150.274	102.650	-31,69	99.285	69.500,00	-30,00
Pescada	315.894	286.353	-9,35	193.392	193.000	-0,20
Piramutaba	116.700	237.864	103,83	288.434	309.500	7,30

Fonte: 1992, 1993: Ruffino, 2000; 2002: Rufino, 2005 e 2003: CEPNOR, 2006.
*Os valores para Mapará para os anos de 2002 e 2003, referem-se ao ano anterior: 2001 e 2003.

segundo período, tenha aumentado em termos absolutos, mas caído em termos relativos.

O sistema de comercialização é complexo e envolve um conjunto amplo de agentes e relações sociais.

As diversas formas de organização social dos pescadores, como as associações, colônias, organizações não-governamentais, e entidades representativas, juntamente com órgãos públicos, se unem em diferentes fóruns para discutir e tomar consciência do papel do Ibama e legislação pertinente. A partir destes encontros, o papel do Ibama passa, de uma maneira geral, a ser visto com bons olhos pelos pescadores, especialmente, enquanto seu papel orientador da atividade e zelador de seus interesses coletivos – cumprimento da regulamentação por todos, o que implica na fiscalização da atividade.

O período de defeso estabelecido pelo Ibama varia de acordo com as espécies proibidas em cada área de incidência daquela espécie. Nas Mesorregiões da Zona Oeste, especificadas pelo PAS, são abrangidas as mesmas espécies: ARACU, PACU, TAMBAQUI, CURIMATÃ, PIRAPITINGA, MATRINCHÃ, BRANQUINHA E MAPARÁ, mas o período varia um pouco entre a data de início e do fim, mas sempre, entre novembro de um ano e fevereiro (março) do ano seguinte. Além disso, nem todos os municípios são considerados em áreas de defeso como, por exemplo, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Já existe uma rede organizacional entre os pescadores, que permite diversos tipos de atividades cooperadas entre os pescadores e suas entidades representativas e entidades governamentais e não-governamentais que atuam com diversos programas voltados a atividade pesqueira na região.

Contando com a associação de 15 colônias do Oeste do Pará e Baixo Amazonas, está o Movimento dos Pescadores do Oeste do Pará e Baixo Amazonas – Mopebam que recebe apoio financeiro do ProVárzea/ Ibama.

O ProVárzea, criado em 2001, pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente e executado Ibama, através do Programa Piloto para

Proteção das Florestas Tropicais – PPG7, tem sido divisor de água no estudo da atividade pesqueira na Região Amazônica, incluindo, área do município de Santarém.

Suas linhas de ação estão assentadas em três vertentes: estudos estratégicos; iniciativas promissoras e monitoramento e controle, envoltas no objetivo de contribuir para a elaboração de políticas públicas e no desenvolvimento de sistemas de conservação e manejo dos recursos naturais da várzea, têm gerado um conjunto de estudos muito importantes e tendo participação ativa na integração dos pescadores e suas colônias.

As colônias de pescadores na região já têm um número expressivo de associados, e vem crescendo em cada ano. As com maior número de associados são justamente àquelas cuja atividade tem maior representatividade na estrutura ocupacional da economia do município, incluídas suas áreas de abrangência. São elas: Itaituba, Prainha e Santarém.

Embora os pescadores se queixam que algumas colônias sejam deficientes na obtenção de certos objetivos, especialmente aqueles relacionados à capacitação profissional, melhoria das condições de trabalho, e diminuição de custos de capital de giro: gelo e combustível é através das colônias que o pescador têm acesso ao seguro-desemprego, bem como assistência médica e previdenciária.

A colônia acaba funcionando como o elo de ligação entre o poder público formal e o pescador direto, na valorização de sua cidadania. Isto inclui sua regularização profissional, inclusive, quanto à obtenção da carteira profissional de pescador e, principalmente quanto à obtenção dos benefícios sociais: previdência e seguro-desemprego.

A Tabela 33 apresenta as colônias de pescadores, sua área de abrangência e o número de associados na área de abrangência Zona Oeste. Assim, assume destaque as colônias Z-20 em Santarém, Z-31 em Prainha e Z-56 em Itaituba, todas com pelo menos mil associados.

O sistema de financiamento existente envolve diferentes agentes financeiros que oferecem diversas oportunidades de acesso ao crédito. Os agentes financeiros são tanto

os de caráter nacional que dispõem de linhas de crédito para a pesca artesanal e aquíicultura, como o BNDES e o Banco do Brasil, por exemplo, quanto às agências de desenvolvimento e bancos públicos locais, como o Basa e o Banpará, que operam com linhas de financiamento voltadas ao crédito dos pequenos produtores da região, bem como fundos destinados ao desenvolvimento local, como o FNO. Em ambos os casos, a existência de certos Programas de Financiamento como o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), que opera com financiamentos de baixos valores e baixo custo financeiro, constituem-se em meio de capitalização do pescador.

Tabela 33. Colônia, Abrangência e Número de Associados na Área de Abrangência da Zona Oeste – 2002.

Colônia	Área de Abrangência	Associados
Z-57-Altamira	Altamira	496
	Uruará	
	Jacareacanga	
	Novo Progresso	
Senador José Porfírio	Sen. José Porfírio	105
Z-12-Vitória do Xingu	Vitória do Xingu	474
Z-64-Porto de Moz	Porto de Moz	143
Z-56-Itaituba	Itaituba	1.000
	Medicilândia	
	Rurópolis	
	Trairão	
Z-52-Aveiro	Aveiro	128
Z-20-Santarém	Santarém	3.700
Z-42-Juruti	Juruti	700
Z-31-Prainha	Prainha	2.000

Fonte: SETEPS/SINE-PA, 2003.

O acesso ao crédito tem esbarrado, entretanto, em entraves burocráticos, de modo que a maior parte dos trabalhadores, não tem sido beneficiado pelo mesmo, sendo esta uma queixa dos pescadores e colônias a dificuldades de se obter esses recursos. Apenas a colônia dos pescadores Z-56, informara que alguns pescadores já são beneficiados pelo Pronaf.

Ao longo deste capítulo algumas das dificuldades enfrentadas pela atividade puderam ser identificadas, como a baixa e instabilidade da renda dos pescadores, o que se traduz em condições de vida com baixa qualidade, seguro-desemprego não atingindo toda categoria, inclusive excluindo os pescadores-mergulhadores, dependência dos pescadores as relações de aviamento para compra de equipamentos, inclusive, capital de giro, entre outras. Todavia, em pesquisa direta realizada com pescadores em Santarém, por

Martins *et al.* (2006) estes apontaram como aquelas dificuldades de maior grau de intensidade as listadas na Tabela 34.

Tabela 34. Principais Dificuldades Enfrentadas pela Atividade Pesqueira

Dificuldades	Percentual de Alta Dificuldade
Contratar empregados qualificados	6,1
Produzir com qualidade	21,3
Vender a produção	17,4
Custo ou falta de capital de giro	48,9
Custo ou falta de capital para aquisição de máquinas e equipamentos	63,8
Custo ou falta de capital para aquisição/locação de instalações	23,4
Pagamento de juros	6,5
Outras dificuldades	25,0

Fonte: Martins et al. 2005.

Observa-se que a descapitalização, seja para o capital de giro, seja para a compra de equipamentos são apontadas como as principais elencadas pelos pescadores.

No particular, ao capital de giro, algumas ações isoladas, têm sido realizadas por algumas colônias. Assim, por exemplo, a colônia dos pescadores de Itaituba recebeu financiamento para a construção de uma fábrica de gelo.

Disto deriva, decorrente da mesma pesquisa, o que os pescadores apontam como as grandes necessidades de intervenção do poder público na promoção de políticas para o setor: estabelecimento de linhas de crédito para financiamento, melhoria na educação básica e programas de capacitação profissional e treinamento técnico Tabela 35.

Tabela 35. Políticas Públicas que Incentivariam a Atividade.

Políticas	Percentual de Alta Dificuldade
Programas de capacitação profissional e treinamento técnico	44,0
Melhoria na educação básica	60,0
Programa de apoio à consultoria técnica	4,0
Estímulo à oferta de serviços tecnológicos	10,0
Programas de Acesso a Informação	8,0
Linhas de crédito e outras linhas de financiamento	61,2
Incentivos fiscais	14,0
Políticas de fundo de aval	2,0
Programas de estímulo ao investimento	18,0
Outras	2,1

Fonte: Martins et al. 2005.

A dificuldade apontada na obtenção de financiamento ao “pequeno produtor” tem na avaliação dos próprios pescadores esbarrado nos seguintes empecilhos: entraves burocráticos, e existência de aval e garantias da parte das agências e instituições de financiamento.

Turismo

As subáreas da Calha do Rio Amazonas, Baixo Tapajós e Transamazônica Oriental, localizadas na área de influência Zona Oeste, são dotadas de excelentes atrativos naturais, culturais e étnicos capazes de potencializar o turismo como atividade econômica e dar maior dinamismo e vigor à economia da região.

A Rodovia Transamazônica, BR-230, pode também ser considerada como atrativo. A história da ocupação da região é indissociável da história da rodovia. Para a área do seu entorno, a partir da década de 1970, deslocou-se um grande contingente populacional. Este fluxo migratório, por sua vez, não foi acompanhado por políticas públicas capazes de garantir o assentamento, com qualidade, para os novos moradores. As precárias condições de vida das pessoas que para lá foram estimuladas a migrar, visíveis nas péssimas condições da Transamazônica e de suas vicinais, tornaram-se temas de matérias jornalísticas e estudos acadêmicos, acabando por se transformar, também, em canal de divulgação da região. As potencialidades turísticas abrem-se para um novo segmento de visitantes que não busca encontrar oportunidades de negócios ou lazer, mas objetos de investigação científica ou de produção de matérias jornalísticas.

Não há diferenciações significativas entre os atrativos turísticos existentes nas subáreas da Calha do Rio Amazonas, do Baixo Tapajós e da Transamazônica Oriental. A natureza, dadas as especificidades da região amazônica, constitui o grande atrativo. São as belezas dos rios, da floresta, das praias fluviais, das cachoeiras e dos igarapés e a diversidade da flora e da fauna que atraem visitantes. Somam-se aos atrativos naturais, aqueles relacionados à riqueza cultural e ao fato de existirem, na região, numerosas etnias.

Estes elementos estão presentes nas três subáreas e, de certa forma, homogeneizam-nas em termos dos atrativos que apresentam. Isto pode vir a ser um complicador, na medida em que venha a desencadear o desenvolvimento das atividades turísticas de forma concentrada em determinada subárea, em detrimento das demais. Há indícios de que este processo já vem se manifestando. Existem evidências empíricas de que Santarém começa a assumir posição hegemônica e a se transformar no portão de entrada do turismo na região.

O fenômeno da concentração espacial decorre, e é inerente, dos processos de reprodução e acumulação do capital e, portanto, não pode ser considerado restrito à área em questão. Minimizar os efeitos perversos que a polarização das atividades turísticas no município de Santarém venha a desencadear sobre as economias dos municípios circunvizinhos constitui um desafio para as políticas públicas. Visto sob outra ótica, o desafio que se coloca é o de como transformar a polarização em fator indutor do fortalecimento do turismo em todos os municípios do entorno.

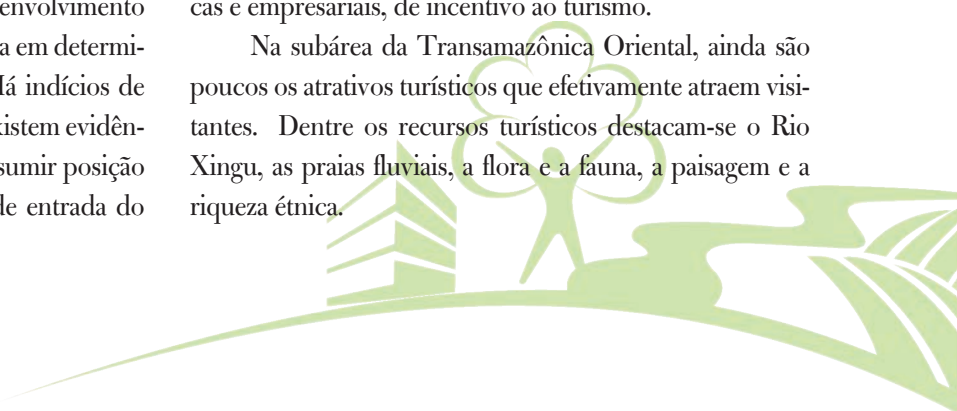
A festa do Sairé, uma mistura de rituais religiosos e profanos, que acontece na vila de Alter do Chão, mobiliza visitantes nos mercados doméstico, regional, nacional, e é o maior evento cultural e turístico realizado no município de Santarém.

A vila de Alter do Chão, situada à margem direita do rio Tapajós, distante 35 km de Santarém por via rodoviária, é considerada atrativo turístico nos mercados doméstico e regional. O acesso a Vila, a partir de Santarém, também pode ser feito navegando-se pelo rio Tapajós. A viagem pela estrada é realizada em, aproximadamente, quarenta minutos e o deslocamento, por barco, em três horas.

Na Transamazônica Oriental constituem atrativos de primeira grandeza o rio Xingu, a fauna e a flora e a riqueza étnica. Na Calha do Rio Amazonas os rios Tapajós e Amazonas, o balneário de Alter do Chão, a Floresta Nacional do Tapajós e o conjunto natureza/ paisagem/ flora/ fauna são os atrativos classificados como de primeira grandeza. O Parque Nacional da Amazônia e o rio Tapajós constituem os atrativos de primeira grandeza na subárea do Baixo Tapajós.

Com base no Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, na Calha do rio Amazonas, os rios Amazonas e Tapajós são classificados atrativos turísticos de primeira grandeza para os mercados doméstico, nacional e internacional. Os únicos atrativos com potência de atração por si mesmos, no mercado internacional, são os rios Amazonas e Tapajós com seus lagos, suas praias fluviais e o fenômeno do encontro das águas. A natureza, a flora e a fauna, a Floresta Nacional do Tapajós e a cultura tapajônica, que se expressa no artesanato, na cerâmica e na gastronomia, apresentam potencial para virem a se tornar atrativos de primeira grandeza. Estes dados sinalizam a direção para onde devem se voltar as políticas, públicas e empresariais, de incentivo ao turismo.

Na subárea da Transamazônica Oriental, ainda são poucos os atrativos turísticos que efetivamente atraem visitantes. Dentre os recursos turísticos destacam-se o Rio Xingu, as praias fluviais, a flora e a fauna, a paisagem e a riqueza étnica.



O Rio Xingu é o grande atrativo nos quatro segmentos do mercado. As águas transparentes, o volume do rio e a vegetação que o margeia imprimem-lhe extraordinária beleza. Se por um lado, o relevo torna o rio impróprio para a navegação comercial na região de Altamira, devido à alta declividade do seu leito, por outro, propicia a ocorrência de belas cachoeiras e lindas corredeiras. No verão, com a baixa do nível das águas, emergem as praias fluviais de areia branca, tornando a paisagem ainda mais atraente.

A fauna, a flora e a riqueza étnica apresentam-se como atrativos de primeira grandeza nos mercados nacional e internacional, porém, ainda apresentam pouco valor enquanto atrativos nos mercados doméstico e regional.

A subárea da Transamazônica Oriental é detentora de um atrativo que a faz possuir vantagens comparativas em relação às demais – a riqueza étnica. A partir desse recurso, que exerce forte atrativo nos mercados nacional e internacional, poder-se-iam elaborar produtos estratégicos e únicos. Coloca-se, porém, uma questão crucial – o impacto do uso econômico do atrativo sobre a vida dos povos indígenas que habitam a região.

Se a subárea da Transamazônica Oriental enfrenta como restrição ao desenvolvimento do turismo as dificuldades de acesso, para o Baixo Tapajós o grande obstáculo que se coloca é o de ser a subárea dotada de atrativos de mesma natureza e, por conseguinte, com as mesmas características dos existentes na subárea da Calha do Amazonas, ou seja, praias fluviais, áreas de conservação ambiental e, ainda, a localização às margens do mesmo rio, o Tapajós. Com isso, seus atrativos turísticos perdem, de forma significativa, poder de atração, dadas as condições de infra-estrutura mais favoráveis disponíveis em Santarém.

Na subárea do Baixo Tapajós, são classificados como atrativos de primeira grandeza o rio Tapajós, o Parque Nacional da Amazônia e as praias fluviais.

O Parque Nacional da Amazônia foi criado pelo decreto federal nº 73.683 de fevereiro de 1.974, possui uma área de 994.000 hectares, aproximadamente, e a quase totalidade do seu território encontra-se situada no município de Itaituba. A área da reserva é cortada pelo rio Tapajós e pelo seu principal afluente, o rio Jamanxim. Caracterizando-se como zona de transição entre antigos terrenos consolidados e terrenos de formação mais recente, o solo do Parque é coberto, em sua maior parte por floresta úmida, de terra firme, com numerosas espécies de árvores, chegando as mais altas a alcançar 50 metros. A reserva é habitada por uma rica fauna que inclui espécies em extinção como o tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu canastra (*Priodontes giganteus*), o cachorro-do-mato vinagre (*Speothos venaticus*), o cachorro-do-mato-de ore-

lha-curta (*Atelocynus microtis*), o urubu rei (*Sarcoramphus papa*) e a águia real (*Harpia harpyja*). Entre as espécies não consideradas em extinção destacam-se diversos peixes, como o pirarucu, e pássaros típicos da região Amazônica.

Em função das condições precárias em que se encontram as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, principalmente no período das chuvas de inverno, a utilização do transporte rodoviário, como via de acesso ao município, não é significativa. Para quem se dirige, a partir de Belém, para as cidades que integram esta subárea, os principais meios de transporte continuam sendo o aéreo e o fluvial, com predominância do transporte fluvial, devido ao seu baixo custo em relação ao preço do transporte aéreo. Quando os moradores se deslocam de um município para outro, nos limites geográficos da subárea, predomina também o transporte fluvial.

Enquanto atividade econômica, o turismo deverá se tornar uma fonte geradora de trabalho e renda. Para viabilizar o alcance do objetivo, o Plano estabelece como estratégias o incremento da demanda nacional e internacional e os aumentos do tempo de permanência média do visitante no local e do gasto turístico. Para assegurar as garantias necessárias e imprescindíveis ao sucesso da ação interventiva, o Plano detalha os Programas e as Ações a serem implementadas, define as estratégias a serem utilizadas, a formatação dos produtos turísticos, o marketing a ser praticado, além de identificar os mercados a serem conquistados.

Foi proposta a criação de seis pólos turísticos, a saber, Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Araguaia/Tocantins e Xingu. Dois destes pólos estão localizados na área de influência Zona Oeste – os Pólos Tapajós e Xingu. O critério empregado para definir quais municípios seriam os escolhidos como estratégicos para integrar cada um dos pólos foi a existência de produtos turísticos consolidados. A priorização deste critério significa reconhecer que estes municípios apresentam maior grau de potencial, pela força de seus atrativos e por disporem de um mínimo de infra-estrutura já instalados. O pólo Tapajós compreende os municípios de Santarém, Monte Alegre e Alenquer, enquanto que o pólo Xingu abrange os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Porto de Moz e Uruará. Observa-se, desde já, que a regionalização proposta difere daquela definida pelo ZEE Zona Oeste. Não são contemplados pelo Plano, por exemplo, o município de Itaituba e cidades adjacentes.

Zoneamento participativo e “ausência do estado”

As recentes medidas tomadas pelo governo federal para coibir a exploração predatória e ilícita dos recursos naturais nas áreas sob a influência Zona Oeste como condição para a realização de um ordenamento territorial eficaz, acarretaram impactos perceptíveis sobre vários setores de atividade que, como a exploração madeireira, têm grande importância na geração de empregos na área. Essas medidas, destinadas a provocar uma necessária dissociação entre a exploração madeireira e a destruição indiscriminada da cobertura florestal pela pecuária e/ou pela expansão do agro-negócio, ainda assim geram insatisfação e desemprego na região, num primeiro momento.

Por outro lado, muitas das propostas que hoje em dia orientam o esforço de ordenamento territorial na área de influência Zona Oeste – como o mosaico de Unidades de Conservação - UCs - foram formuladas graças ao relativo sucesso obtido pelo paradigma socioambiental e as idéias de desenvolvimento sustentável na esfera estatal. No debate sobre o desenvolvimento sustentável é cada vez mais relevante a noção de gestão integrada dos recursos naturais. Por meio dela indica-se a possibilidade de antever e prevenir os problemas ambientais; regular as relações entre os sistemas sócio culturais e o meio ambiente biofísico, e garantir a renovação ou preservação desses recursos. Acima de tudo, a noção de gestão integrada aparece como um modo de conciliar preservação e desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável possui assim duas dimensões essenciais:

- a) A necessidade de preservar os equilíbrios ecológicos e usar de forma prudente os recursos naturais;
- b) A necessidade das populações participarem do planejamento do uso dos recursos, como forma de garantir o acesso de todos à riqueza produzida.

Um aspecto importante do esforço de gestão da economia a partir desses parâmetros consiste, sem dúvida, numa real agregação de valor ao extrativismo (madeireiro e não-madeireiro), que dê ao setor condições mínimas de competitividade econômica e o torne atraente como alternativa de investimento. Ora, dada a estrutura atual do mercado de trabalho, a persistência de conflitos fundiários generalizados e as imensas desigualdades que prevalecem no acesso aos bens, aos serviços, e as garantias da cidadania, estamos longe de alcançar uma situação ideal em que as políticas públicas concebidas para a região, mesmo as melhor intencionadas, desemboquem automaticamente numa distribuição de renda mais justa.

Contemporaneamente, considera-se que, para remediar a essa situação, o ordenamento territorial deva implicar o envolvimento tanto dos agentes estatais quanto da sociedade local, tendo em vista que nele se realizam ações de curto, médio e longo prazos que devem integrar-se às particularidades das diferentes zonas a serem ordenadas. Nesse sentido, o processo de ordenamento territorial requer uma descentralização que tanto possibilite articular os propósitos estabelecidos nacionalmente com as necessidades e realidades regionais, quanto levantar as informações relevantes para esse processo - o que se expressa pela participação de todas as organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área ambiental em um dado território e também da própria população.

Iniciativas não governamentais, como as reuniões do Fórum Permanente Zona Oeste e outras de mesma natureza - que formulam reivindicações com base na construção de um conhecimento local sobre o território (ONGs, associações locais, etc.) podem fornecer indicações preciosas à tomada de decisão pelos poderes públicos.

Cabe porém evitar que essas formas de mobilização se resumam à produção de um mero unanimismo de circunstância, o que esvaziaria totalmente a possibilidade de um real processo participativo. É demais às próprias instituições governamentais que incumbe a maior parcela de responsabilidade nesse contexto. É por intermédio delas, de fato – como não poderia deixar de ser – que são implementadas as grandes linhas do ordenamento territorial. Sua maior ou menor eficiência na construção de um bem coletivo ao longo do tempo (durável), democratizando o acesso à terra e aos recursos naturais e garantindo uma distribuição mais equitativa das rendas produzidas, constitui o melhor indicador de sua capacidade de refletir as aspirações locais.

O funcionamento dos dispositivos burocrático-administrativos responsáveis pelo ordenamento territorial, tanto no âmbito federal quanto estadual, está longe no entanto de corresponder ao que se espera deles. Muito pelo contrário, a existência de relações transversais entre proprietários de terras, empresários e/ou grupos de interesse atuando no seio dos próprios órgãos governamentais, e articulando interesses locais e regionais em função de uma estratégia de controle e subordinação dos dispositivos político-institucionais a seus desígnios, inviabilizam com frequência os efeitos esperados de determinadas políticas públicas. Esses grupos impõem modalidades próprias à organização da paisagem e do território, claramente identificáveis (estradas, delimitações privadas, etc.), legitimando-as a *posteriori* por intermédio – também – da mobilização de populações locais dependentes de sua ação para terem acesso ao mercado e aos serviços ofe-

recidos pelo Estado. Disso resulta também muitas vezes a impossibilidade de conciliar múltiplas propostas de ordenamento, dando, por vezes, a impressão de que as regras de manejo do território possuem efeitos meramente conjunturais, pois suas modalidades de implementação se conjugam ao sabor de reviravoltas permanentes nas correlações de força em presença.

Apesar de algumas mudanças positivas advindas das reformas do Estado e de novas leis (responsabilidade fiscal, etc.), e da renovação do quadro funcional de certos órgãos, esse estado de coisas continua porém a frustrar a boa vontade de muitos funcionários públicos que pretendem desempenhar suas funções de acordo com os objetivos institucionais.

Na verdade, esse *status quo* é tacitamente aceito como “natural” na prática das negociações políticas. Em decorrência disso, a questão em si da construção do Estado e de sua capacidade de implementação a longo prazo de políticas públicas, não acede ao *status* de problema a enfrentar. Na melhor tradição da “análise de políticas públicas” tal como a instaurou a “revolução conservadora” (BARRAQUÊ, 2002), o simples cômputo da relação custo-benefício (alcance de certas metas pelo órgão, por exemplo) torna-se a principal base de avaliação da atuação institucional, ignorando critérios declaradamente importantes como a transparência das ações e a qualidade da participação das populações no processo.

A atuação institucional deve portanto constituir objeto de seminários específicos no quadro do zoneamento, e de diagnósticos sistemáticos ao longo do tempo, com a contínua avaliação de situações - desde um ponto de vista *interno* às diferentes instituições- sobre o seu desempenho individual e conjunto. Da ausência desse tipo de iniciativa tem resultado em grande parte a dificuldade de se questionar socialmente a falta de convergência entre as prioridades de diferentes instâncias institucionais. A iniciativa, recomendada no processo do zoneamento, representa enfim condição *sine qua non* para que a implementação de medidas de descentralização, necessárias ao ordenamento territorial, tenha chance de êxito.

REFERÊNCIAS

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44. p. 32-51, 1999-2000.

GUAPINDAIA, Vera. MPEG. **Relatório do Levantamento Arqueológico do Porto de Santarém (PA)**. Belém, 2001.

LOPES, P. R. C. MPEG. **Diagnóstico Arqueológico da área do Projeto Antares Mineração e Comércio LTDA.-Aveiro/PA**. Belém, 2004.

MAGALHÃES, M. P. MPEG. **Relatório de Pesquisa: Levantamento Arqueológico ao longo das BRs 230 (PA): Transamazônica e 422 (PA): Novo Repartimento/Tucuruí**. Belém, 2003.

_____. MPEG. **Relatório de Prospeção Arqueológica: Projeto Estudos Arqueológicos na linha de transmissão Tramoeste, trecho Altamira-Ruopólis**. Belém, 2000.

NEVES, E. G. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999. p. 359-367.

_____. O velho e o novo na Arqueologia Amazônica. **Revista USP**, São Paulo, n. 44. p. 86-111, 1999-2000.

PEREIRA, E. MPEG. **Estudo dos Registros Rupestres da Região de Prainha e Almeirim, Estado do Pará**. Belém, 2000.

_____. MPEG. **Relatório Levantamento e Resgate do Sítio Pedra das Arraias**. Belém, 2000.

_____. MPEG. **Levantamento Arqueológico na Área da UHE-Belo Monte, Rio Xingu (PA), Relatório Final**. Belém, 2002.

SCHAAN, D. P. MPEG. **Relatório de viagem BR-230 Transamazônica: Trecho Altamira-Medicilândia, Br - 422: Novo Repartimento-Tucuruí**. Belém, 2005.

SIMÕES, M. & ARAUJO-COSTA, F. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém: MPEG, 1978.



SISTEMA de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPesquisaPatrimonioCultural> .

SOUZA, A. M. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Associação de Documentos da Estácio de Sá (ADESA), 1997.

ZONEAMENTO ecológico-econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Belém: SDS, UFPA, MPEG, IBGE, CENSIPAM, CPRM, DNPM, EMBRAPA, 2004. 45 p.

